

Projeto Pedagógico do Curso Licenciatura em Pedagogia

Modalidade de ensino: Presencial

(APROVADO PELO COEPE/UEMG EM 16/12/2016)

Unidade Ibirité
2016

Estrutura administrativa da UEMG

REITOR

Dijon Moraes Júnior

VICE-REITOR

José Eustáquio de Brito

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Cristiane Silva França

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

Terezinha Abreu Gontijo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Giselle Hissa Safar

PRÓ-REITOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Adailton Vieira Pereira

COORDENADORA DE GRADUAÇÃO

Cristiane Carla Costa

DIRETOR (A) DA UNIDADE ACADÊMICA

Elizabeth Dias Munaier Lages

VICE-DIRETOR (A) DA UNIDADE ACADÊMICA

Tatiane Maciel Gontijo de Carvalho

COORDENADOR (A) DO CURSO

Camila Jardim de Meira

VICE-COORDENADOR (A) DO CURSO

Marilene Oliveira Almeida

As primeiras ações para a implementação dos processos da reforma curricular da licenciatura em Pedagogia ocorreram no início do ano letivo de 2015. Em reunião convocada pela Coordenação de Curso, criou-se uma Comissão de Reforma Curricular responsável por discutir, refletir e elaborar um novo Projeto Pedagógico de Curso - PPC. Com o objetivo de possibilitar e ampliar a participação de docentes, discentes e demais membros da comunidade acadêmica no processo de construção deste Projeto, as reuniões se fizeram abertas e públicas, optando-se pela rotatividade de dias e horários dos encontros.

Comissão de Reforma Curricular instituída em fevereiro de 2015:

Presidente: Prof^ª. Camila Jardim de Meira

Vice-presidente: Prof^ª. Marilene Oliveira Almeida

REPRESENTANTES

Corpo Docente

Prof^ª. Aline Vicentina Santos Barroso; Prof^ª. Ana Cecília Oliva de Abreu; Prof^ª. Cássia Jardim Moreira; Prof^ª. Christiane Campos Araújo; Prof^ª. Elizabeth Dias Munaier Lages; Prof^ª. Fernanda Abbatepietro Novaes; Prof^ª. Fernanda Nobre Amaral Vilanni; Prof^ª. Janaina da Conceição Martins Silva; Prof^ª. Janaina do Rosário Diniz; Prof^ª. Lilian Sipoli Carneiro Cãnete; Prof^º. Marcelo dos Santos Isidório; Prof^ª. Márcia Auxiliadora Foncesa; Prof^ª. Márcia Helena Mesquita Ferreira; Prof^º. Marcus Vinícius Rodrigues Martins; Prof^ª. Mariana Oliveira e Souza; Prof^ª. Marilânia Gomes de Freitas; Prof^º. Matheus Batista dos Reis; Prof^ª. Patrícia Karla Soares Santos Doroteio; Prof^º. Ricardo Riebeiro Martins; Prof^ª. Romilda Oliveira Alves; Prof^ª. Welessandra Aparecida Benfica; Prof^º. Wesley Moreira Saraiva e Prof^ª. Thatiane Santos Ruas

Corpo Técnico-Administrativo indicado fevereiro de 2015

Maria Claudia Belchior

Corpo Discente

Agnes Maryane de Araújo Pereira, Alessandra do Prado Cunha e Silva, Alexandra Vieira Sturzeneker, Alison Azevedo Souza, Cristina Aparecida de Faria Pereira do Nascimento, Ednélia Ramos Pereira, Eliamar Neiva de Oliveira Jesus, Janete Amorim Ribeiro.

Projeto Pedagógico do Curso revisado em 2023:

Correção textual e atualização aprovada em Colegiado de Curso.

COORDENADOR (A) DO CURSO

Welessandra Aparecida Benfica

VICE-COORDENADOR (A) DO CURSO

Janaina da Conceição Martins Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Adálcio Carvalho de Araújo

Adelson Afonso da Silva França Júnior Douglas

Tomácio Lopes Monteiro Patrícia Karla Soares

Santos Dorotéio Welessandra Aparecida Benfica

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Instituição de Ensino Superior: Universidade do Estado de Minas Gerais

Natureza jurídica: Autarquia Estadual

Representante legal – Reitora: Lavínia Rosa Rodrigues

Endereço da sede e Reitoria:

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Ed. Minas - 8º andar - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - MG - CEP: 31.630-900 - Tel: +55 (31) 3916-0471.

CNPJ: 65.172.579/0001-15

Ato de criação: Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989.

Ato regulatório de credenciamento: Lei Estadual 11539 de 23 de julho de 1994.

Ato regulatório de renovação de credenciamento: Resolução SEDECTES nº 59 de 28/08/2018, publicada em 30/08/2018.

Ato regulatório de credenciamento para oferta de cursos a distância: Portaria nº 1402 de 06/11/2017, publicada em 07/11/2017.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Instituição de Ensino Superior: Universidade do Estado de Minas Gerais

Unidade Acadêmica: Unidade Ibitaré - Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira

Esfera administrativa: Estadual

Curso: Pedagogia

Habilitação: Licenciatura

Modalidade: Presencial

Turnos de funcionamento: Manhã e Noite

Tempo de integralização do curso: - Mínimo: 4 anos - Máximo: 7 anos

Número de vagas autorizadas: 120 vagas (80 vagas no 1º semestre divididas em 40 vagas manhã e noite e 40 vagas noite no 2º semestre)

Carga horária total do curso: 3.906 horas/aulas, 3.255 horas/relógio, sendo 217 créditos, incluindo 29 créditos de Práticas de Formação Docente, 27 créditos de Estágio Supervisionado, 14 créditos de Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais.

Formas de ingresso: Vestibular, Sistema de seleção unificado - SISU, transferência e obtenção de novo título, reopção.

Dias letivos semanais: 6 dias –segunda à sábado

Autorização: Decreto nº 41.733 de 25/06/2001, publicado em 26/06/2001

Reconhecimento: Resolução SEE Nº 4.585 de 01/07/2021, publicada em 03/07/2021

Município de implantação: Ibitaré – Minas Gerais

Endereço de funcionamento do curso: Avenida São Paulo, nº 3996 – Vila Rosário - Ibitaré/MG

Sumário

1-	Apresentação/ Contextualização	9
1.1	Histórico da UEMG	16
1.2	Histórico da Unidade Acadêmica de Ibitaré	18
1.3	Justificativa do curso.....	21
1.4	Legislação- Requisitos legais e normativos do Curso de Pedagogia.....	23
1.5	Articulação do curso com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG.....	30
2.	Organização didático-pedagógica	31
2.1	Concepção do curso	32
2.2	Objetivos do curso	33
2.3	Perfil do egresso.....	35
3.	Organização curricular	38
4.	Do enriquecimento curricular	44
4.1	Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.....	45
4.2	Disciplinas curriculares	47
4.3	Disciplinas Obrigatórias.....	48
4.4	Disciplinas Optativas	49
	Distribuição das disciplinas do Núcleo de Estudos Comuns às Licenciaturas.....	50
	Distribuição das disciplinas do Núcleo de Estudos Básicos - PEDAGOGIA.....	51
	Distribuição de disciplinas no núcleo de aprofundamento.....	52
	Distribuição de atividades e disciplinas no núcleo de estudos integradores	52
4.5	Disciplina Eletiva	53
5.	Adaptações	53
5.1-	Flexibilização curricular	55
6-	Organização da oferta semipresencial e/ou a distância	57
6.	Estágio curricular supervisionado	57
8 -	Prática de Formação Docente - PFD	57
9-	Atividades Acadêmico Científico e Culturais – AACC/NIP	58
10-	Estrutura curricular	60
11-	Ementário	70
11.1-	Ementário – Disciplinas Optativas.....	130

12- Metodologia de ensino	142
12.1 Avaliação de desempenho discente	143
12.2 Avaliação Institucional	143
13 Atendimento ao estudante	146
14 Regime Especial de Estudos - RE	148
15 Orgãos colegiados do Curso de Pedagogia e Núcleo docente estruturante (NDE)	149
16 Infraestrutura do Curso de Pedagogia	149
17 Laboratório de Práticas Pedagógicas Helena Antipoff - LAPPHA	156
18 Laboratório de Arte e Educação	158
19 Laboratório de Informática	159
Referências	159
APÊNDICE 1	
Regulamentação do Estágio Curricular no Curso de Pedagogia-UEMG- Unidade Ibirité.....	160
APÊNDICE 2	168
Regulamento do Núcleo de Integração e Práticas	168
APÊNDICE 3	174
Estatuto do Núcleo de Integração e Práticas do Curso de Pedagogia - UEMG-Unidade Ibirité.....	174
APÊNDICE 4	178
Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial da Unidade Ibirité.....	178
APÊNDICE 5	196
Curricularização da Extensão Universitária	196
Regulamentação das Atividades extensionistas.....	201

1- Apresentação/ Contextualização

As primeiras ações para a implementação dos processos da reforma curricular da Licenciatura em Pedagogia da UEMG- Unidade Ibirité, ocorreram no início do ano letivo de 2015. Em reunião convocada pela Coordenação de Curso, criou-se uma Comissão de Reforma Curricular responsável por discutir, refletir e elaborar um novo Projeto Pedagógico de Curso - PPC. Com o objetivo de possibilitar e ampliar a participação de docentes, discentes e demais membros da comunidade acadêmica no processo de construção deste Projeto, as reuniões se fizeram abertas e públicas, optando-se pela rotatividade de dias e horários dos encontros.

A Comissão de Reforma Curricular instituída em fevereiro de 2015 foi composta pela Presidente: Prof^a. Camila Jardim de Meira, tendo como vice-presidente: Prof^a. Marilene Oliveira Almeida e com representantes do corpo Docente nominalmente composto por: Prof^a. Aline Vicentina Santos Barroso; Prof^a. Ana Cecília Oliva de Abreu; Prof^a. Cássia Jardim Moreira; Prof^a. Christiane Campos Araújo; Prof^a. Elizabeth Dias Munaier Lages; Prof^a. Fernanda Abbatepietro Novaes; Prof^a. Fernanda Nobre Amaral Vilanni; Prof^a. Janaina da Conceição Martins Silva; Prof^a. Janaina do Rosário Diniz; Prof^a. Lilian Sipoli Carneiro Cãnete; Prof^o. Marcelo dos Santos Isidório; Prof^a. Márcia Auxiliadora Foncesa; Prof^a. Márcia Helena Mesquita Ferreira; Prof^o. Marcus Vinícius Rodrigues Martins; Prof^a. Mariana Oliveira e Souza; Prof^a. Marilânia Gomes de Freitas; Prof^o. Matheus Batista dos Reis; Prof^a. Patrícia Karla Soares Santos Doroteio; Prof^o. Ricardo Riebeiro Martins; Prof^a. Romilda Oliveira Alves; Prof^a. Welessandra Aparecida Benfica; Prof^o. Wesley Moreira Saraiva e Prof^a. Thatiane Santos Ruas. O Corpo Técnico-Administrativo indicado fevereiro de 2015 teve como representante a funcionária Maria Claudia Belchior e o corpo Discente foi composto por Agnes Maryane de Araújo Pereira, Alessandra do Prado Cunha e Silva, Alexandra Vieira Sturzeneker, Alison Azevedo Souza, Cristina Aparecida de Faria Pereira do Nascimento, Ednélia Ramos Pereira, Eliamar Neiva de Oliveira Jesus, Janete Amorim Ribeiro. Privilegiou-se nesse momento a participação da Comunidade local representada por Waderson Cleres (Diretor de Educação Básica – Fundação Helena Antipoff- FHA) e também a representação dos Ex-alunos com o nome de Gleice Tatiana Marques Barbosa da Silva. Para atingir os objetivos de produção de um documento que mantivesse a discussão da Pedagogia como campo de conhecimentos os/as colaboradoras/es da discussão conceitual e

epistemológica foram: Prof^a Amarílis Coelho Coragem (UFMG); Prof^a Ângela Imaculada Freitas Dalben (UFMG); Prof^o Miguel Gonçalves Arroyo (UFMG); Prof^a Regina Helena de Freitas Campos (UFMG); Prof^a Vânia Aparecida Costa (UEMG). Durante Assembleia de professores para aprovação desta Proposta de Projeto Pedagógico de Curso, em 21 de junho de 2016 foi instituído o Núcleo Docente Estruturante - NDE em cumprimento à Resolução COEPE/UEMG nº 162/2016, com a indicação dos seguintes membros: Presidente: Camila Jardim de Meira; Representantes docentes: Welessandra Aparecida Benfica, Christiane Campos Araújo, Lillian Sipoli Carneiro Cãnete, Patrícia Karla Soares Santos Dorotéo e Welessandra Aparecida Benfica.

O processo de reestruturação curricular delineou novos desafios à comunidade acadêmica do Curso de Pedagogia, dentre eles, a discussão do próprio campo da Pedagogia como Ciência da Educação e *locus* de formação de professores, bem como a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso em uma configuração adequada à Unidade Universitária. Um dos pontos centrais foi a necessidade de se construir um Projeto Pedagógico que articulasse e indissociasse o ensino, a pesquisa e a extensão no processo de formação inicial dos licenciandos e de formação continuada dos próprios professores universitários. Diante das questões suscitadas, priorizar processos dialógicos que possibilitassem a troca de experiências e a socialização dos diferentes modos de conceber e vivenciar a Pedagogia entre os agentes da reforma curricular, tendo como foco a formação docente, foram os balizadores das discussões iniciais.

Assim, o processo de reforma curricular ora iniciado no início do ano letivo de 2015, compreendeu a necessidade de se instituir a Comissão de Reforma Curricular, que iria coordenar as ações de estudo da legislação, compreensão da realidade do curso e da comunidade atendida, das discussões teóricas que fundamentariam os caminhos escolhidos para a elaboração do novo Projeto Pedagógico do Curso, em um movimento de envolver de forma mais ampla possível os interessados nas discussões: alunos matriculados e egressos, técnicos administrativos e gestores, comunidade do entorno, professores da Unidade e de outras Universidades.

Nesse mesmo ano de 2015, foi definido pela Comissão um cronograma como proposta de desenvolvimento do processo de reforma com as seguintes etapas: análise e delineamento da formação oferecida no curso vigente para se projetar a formação que queríamos e precisávamos oferecer, apontamentos dos percursos formativos, tendo como norte a superação das dificuldades e possibilidades atuais da Unidade

Acadêmica.

Em reuniões quinzenais foi realizado estudo da legislação atual, com o objetivo de oferecer subsídios teóricos e legais aos participantes para os seus posicionamentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96; Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia/Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 e o atual Projeto Pedagógico do Curso.

O estudo crítico da legislação apontou outras vertentes para as discussões e para a compreensão da Pedagogia em seu percurso histórico no Brasil, os campos de atuação que envolvem diferentes saberes e dilemas. Diante das necessidades apontadas, realizou-se fóruns de discussões, envolvendo professores e alunos durante todo o ano de 2015. Foram encontros com debates produtivos e interessados, discutindo o percurso de criação e implementação do Curso Superior de Pedagogia no Brasil na década de 1930, na época vinculado às Faculdades de Letras e Filosofia. Apesar de se projetar a formação de professores em nível superior, certamente no contexto das influências das premissas de renovação da educação materializadas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, a formação de docentes para os primeiros anos de escolaridade, na educação primária, ocorria essencialmente na modalidade secundária, em Curso Normal. Evidencia-se nesse percurso que o Curso de Pedagogia, desde sua criação, vivencia dilemas que perpassam definições quanto a natureza de seus próprios conteúdos, finalidade de formação e atuação, tendo alguns críticos radicais apontado até mesmo para a possibilidade de sua extinção.

Já em 1961, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 4.024/61, definiu-se um currículo mínimo para o Curso de Pedagogia, integrando a didática à estrutura do bacharelado e licenciatura. Cria-se nesse momento uma abertura para a formação superior de professores para atuar na educação primária. Posteriormente, com a Reforma Universitária estabelecida pela Lei 5.540/68, foram criadas as Faculdades de Educação, que ofereciam formação superior para a atuação no magistério. Os currículos das licenciaturas se organizavam em dois blocos, um destinado aos Fundamentos da Educação e outro, às Disciplinas específicas de formação. Na mesma tendência, o Parecer 252/69, recomendou a licenciatura plena e curta nos cursos de graduação, estabelecendo currículo mínimo de 2.200 horas para licenciatura curta com a finalidade de preparar os profissionais da educação.

Na década de 1970, intensificou-se o debate sobre a reformulação do Curso de

Pedagogia, as discussões centraram-se sobre suas especificidades e identidade. Percebe-se neste contexto a “negação” da Pedagogia como Ciência, prevalecendo a formação de especialistas/técnicos da educação em detrimento da formação como processo de investigação do fenômeno educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 5.692/71, fomentou reformas curriculares em algumas Universidades, estabelecendo a formação de professores de 1º Grau no Curso de Pedagogia.

A década de 1980 foi fortemente marcada pelos movimentos dos profissionais da educação, impulsionando a criação da Comissão Nacional de Cursos de Formação de Educadores, que, posteriormente, se transformaria em Associação Nacional de Formação de Profissionais da Educação - ANFOPE. Tais movimentos foram fundamentais para as lutas pelos direitos dos trabalhadores em educação e objetivavam, simultaneamente, delimitar o lugar da docência na formação docente, sobretudo na formação universitária.

Por força da LDB 9.394/96, a segunda metade da década de 1990 foi marcada por intensa demanda de formação dos professores da educação básica em Nível Superior. A procura pela formação superior dos professores dos anos iniciais impulsionou a criação do Curso Normal Superior, direcionando a formação de especialistas em educação para a Pós-graduação em nível de especialização. A literatura da área registrou inúmeros estudos e debates que se deram em decorrência dos realizados sobre o percurso do Curso Superior de Pedagogia desde a sua criação até a atual LDB 9.394/96. O que acabou prevalecendo, após as Diretrizes do Curso de Pedagogia estabelecidas em 2006, foi a definição do Curso de Pedagogia como licenciatura, evidenciando que a formação docente envolve processos tensos e, muitas vezes, contraditórios. O cenário que se apresenta na atualidade é de questões ainda postas e não equacionadas, demonstrando que a arena da Pedagogia, como “lugar da Ciência da Educação”, é um campo ainda a ser conquistado ao se considerar a profissionalidade docente como *locus* também desse saber.

Conscientes de que a reestruturação do curso de Pedagogia da Unidade Ibirité envolveria diferentes vozes, a equipe de Comissão de Reforma Curricular encarregou-se de organizar encontros temáticos, orientados por alinhar os Projetos Pedagógicos e Cursos almejados e os possíveis. Centrados em compreender se a Pedagogia estaria a serviço da docência ou se a docência estaria a serviço da Pedagogia buscou-se pautar as ações da reforma curricular em relação a carga horária, organização curricular e habilitações, considerando-se as orientações indicadas pelas Diretrizes

Curriculares para os Cursos de Licenciatura, pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 e dos Pareceres: CNE/CP nº 05/ 2005 e CNE/CP Nº 03/ 2006. Tais indagações motivaram a realização da I Jornada Pedagógica do Curso de Pedagogia, um “Encontro com a formação docente”, resgatando-se traços das raízes históricas do lugar que ocupamos na UEMG, atual Unidade Ibirité. As origens da instituição, vocacionada a formar professores, se remete ao movimento educacional e social iniciado pela educadora e psicóloga russa Helena Antipoff ao criar o Curso Normal Regional para formar normalistas rurais em 1948, e, em 1955, ao criar o Instituto Superior de Educação com o objetivo de formar especialistas educacionais para áreas rurais, uma necessidade premente na época. A I Jornada Pedagógica aconteceu entre os dias 18 e 20 de junho de 2015, na Unidade Ibirité, situada na Fundação Helena Antipoff, parafraseando-se o poeta Carlos Drummond de Andrade “Casa de Helena” de hoje e de daqui a 20, 30, 40, 50 anos. O nome do Encontro, Jornada Pedagógica, foi inspirado nos documentos do acervo do Memorial/Centro de Documentação Helena Antipoff - CDPHA, que reúne diversas informações e que nos dão a dimensão do movimento em favor da educação que se desenvolveu no Complexo da Fazenda do Rosário, desde sua criação em 1939 na região de Ibirité, do qual fez parte a atual Fundação Helena Antipoff. De alguma maneira esse “Encontro com a formação docente” conectou-se com a história e movimentou as discussões do processo de Reforma Curricular da Unidade Ibirité.

A Jornada Pedagógica teve papel central no oportuno processo de reestruturação das licenciaturas da nossa Unidade Acadêmica, em que se problematizou a formação docente e o currículo como fronteira de disputas, de trabalho e de avanços na formação de autônomoas, de culturas e de identidades profissionais. Foi este um momento oportuno para se refletir sobre os dilemas da sociedade contemporânea e sobre a formação docente, no evento recebemos como convidados conferencistas a Professora Ângela Imaculada de Freitas Dalben – FAE/UFMG, com o tema **Pedagogo** - Uma história de dilemas e desafios; o Professor Miguel Gonçalves Arroyo, com tema **Currículo**: Território em Disputas e a Professora Vânia Aparecida Costa, na ocasião Pro-reitora de Extensão da UEMG, com o tema **Reinventando as relações de ensino**: os jovens, os saberes e a formação discente no espaço do ensino superior. Igualmente colaboradores foram a Presidente Maria do Carmo Lara Perpétuo, da Fundação Helena Antipoff e servidores, a Direção e Secretaria Acadêmicas da Unidade Ibirité, bem como outros Professores Convidados, Docentes e Discentes do Curso de Pedagogia, que

construíram conosco o evento, um marco na história e na memória dos lugares estampados e pousados na “Casa de Helena”, ao construirmos um momento de discussão dos princípios formativos presentes neste Projeto Pedagógico. As jornadas seguiram-se conforme exposto nesse documento, com temas e ações sempre voltados para as discussões do Curso de Pedagogia.

Outro momento formativo que contribuiu para o processo de reformulação do Curso de Pedagogia, em que a Comissão de Reforma Curricular esteve representada pela Coordenação de Colegiado de Curso, foi o I Encontro de Coordenadores/as das Licenciaturas da UEMG que aconteceu nos dias 22 e 23 de setembro de 2015. O encontro promoveu debates sobre a formação de professores no Brasil frente à aprovação da Resolução CNE/CES Nº 2/2015. Além disso, propiciou a apresentação de procedimentos e trâmites relacionados a aprovação dos Projetos Pedagógicos de Curso e rotinas acadêmicas diversas, contribuindo para a ampliação dos saberes inerentes a construção técnica de nossa proposta de reformulação curricular.

Destaca-se ainda uma outra importante reunião da Comissão de Reforma Curricular, realizada em outubro do ano de 2015, em que recebemos novamente o Professor Miguel Arroyo para um debate sobre as tensões do processo de formação de professores na contemporaneidade. O momento foi crucial para a reflexão da nossa realidade acadêmica, levando-nos a pensar sobre: **quem são os alunos que formamos? Serão professores que lecionarão para quais estudantes? Quais os objetivos do curso de Pedagogia que estamos reelaborando? A quais concepções de educação atendemos?**

Em reuniões posteriores, as discussões encaminharam-se para as definições das concepções que embasariam o curso que proporíamos, tendo-se como referência os alunos e a realidade social atendida. Era preciso considerar também as contradições da sociedade contemporânea, muitas delas responsáveis por injustiças sociais que atuam como verdadeiros entraves para que se concretizem os ideais da escola pública, universal, gratuita e de qualidade. Ao se assumir tais contradições, vislumbrou-se conceber concepções de educação dialética que possa possibilitar a formação de graduandos/cidadãos capazes de compreender e criticar as contradições sociais, capazes ainda de posicionarem-se e atuarem contra a manutenção do *status co*.

Para estudar a realidade acadêmica da Unidade Ibirité foi necessário buscar os registros sobre **quem são os estudantes atuais e egressos do Curso de Pedagogia**. No entanto, verificou-se a inexistência de um sistema que oferecesse a sistematização

dos dados na UEMG e na própria Unidade. Assim, foram criadas estratégias de registro desses dados ainda não sistematizados.

Para fins de coleta e organização de informações sobre os alunos foram criados dois formulários com questões que ajudassem na definição do Perfil dos Estudantes Matriculados e de Egressos do Curso de Pedagogia da Unidade de Ibirité, incentivando-se a colaboração na divulgação e participação dos alunos e ex-alunos na pesquisa disponibilizada no sistema on-line do Google Docs.

Em abril de 2016 realizou-se uma semana de mobilização pela participação no processo de Reforma Curricular, com Assembleias de professores e alunos em que se observou as demandas apontadas, principalmente pelos discentes. Os aspectos comuns que se destacaram nas indicações dos alunos e dos professores foram a necessidade de ampliação da formação específica relacionada aos conhecimentos peculiares do curso (metodologias de ensino, discussões da educação infantil, dentre outros) e espaços para momentos de discussão e integração entre os conteúdos curriculares. Além disso, foram recorrentes as demandas inerentes à necessidade de investimento na ampliação da infraestrutura física da Unidade.

O período de abril a junho foi dedicado à **escrita coletiva deste Projeto**, recorrendo-se, inicialmente, da tecnologia digital, a criação de formulário compartilhado no Google Docs, para que os docentes que atuassem no curso e/ou compunham a Comissão de Reforma Curricular pudessem construir o texto. As reuniões presenciais foram dedicadas especialmente a: definir os percursos formativos e nova estrutura curricular; analisar as reformulações e proposições dos conteúdos curriculares, tendo como norte a necessidade de articular a tríade ensino, pesquisa e extensão; revisar as ementas das disciplinas ofertadas e, ainda, buscar estratégias para se criar no curso espaços de discussão entre as disciplinas que compõem as práticas formativas para que estas possam dialogar com o estágio curricular supervisionado.

Resta-nos ressaltar que o **processo de construção coletiva deste documento** aproximou o grupo de professores, alunos e comunidade acadêmica e foi marcado por momentos de incertezas, que nos provocaram ao movimento, ao deslocamento para novos olhares e busca por novas perspectivas, mesmo diante das limitações postas pelo próprio sistema educativo. Alenta-nos perceber que resultou em um documento que intenciona direcionar a integração de saberes curriculares e a pretensão de formar profissionais alfabetizadores para os anos iniciais do ensino fundamental e educação

infantil capazes de atuarem como docentes e de conceber a Pedagogia como Ciência da Educação.

Este capítulo apresenta um panorama histórico da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, da realidade econômica, social e educacional a qual a Unidade Acadêmica se insere e sua contribuição para o desenvolvimento regional, articulada a justificativa de oferta do curso.

1.1 Histórico da UEMG

Podemos afirmar que a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG representa, hoje, uma alternativa concreta e rica de aproximação do Estado mineiro com suas regiões, por acolher e apoiar a população de Minas onde vivem e produzem. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, por meio da realização do tripé ensino, pesquisa e extensão, e na formatação e implementação de seus projetos de desenvolvimento.

A UEMG foi criada em 1989, por disposição contida na Constituição do Estado. Como previsto quando de sua fundação, é uma Universidade multicampi, presente em 18 municípios de Minas Gerais.

Na estrutura orgânica do Estado, a Universidade vincula-se à Secretaria de Estado de Educação – à qual compete formular e implementar políticas públicas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação e o ensino superior no Estado.

Sob o paradigma da regionalização, a Universidade do Estado de Minas Gerais foi criada com a preocupação de construir, nas diferentes regiões do Estado, uma consciência equilibrada de desenvolvimento. Dessa forma, ela nasce multicampi e pela incorporação de fundações públicas que ofereciam basicamente o ensino de graduação.

A criação da UEMG foi direcionada pela premissa do máximo aproveitamento da rede de ensino superior já instalada, em uma iniciativa para evitar a sobreposição de recursos e desequilíbrios na relação oferta-procura, sendo a incorporação das fundações o caminho mais eficaz para o aproveitamento da rede de ensino a que se referiu.

O processo de estruturação da UEMG revelou-se lento e complexo. As fundações

precisavam ser saneadas financeiramente, o que só ocorreria após a resolução de todas as dívidas, inclusive as que dependiam de decisão judicial, para que em seguida pudessem ser extintas, transferindo-se, assim, o patrimônio de que dispunham para a UEMG, bem como todos os seus funcionários, professores e discentes.

No interior, as Fundações Educacionais de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha optaram por serem absorvidas pela UEMG e passaram à condição de campi agregados. Na capital, o campus de Belo Horizonte incorporou os cursos de quatro escolas estaduais de ensino superior: Escola Guignard, Escola de Artes Plásticas (atual Escola de Design), Escola de Música e o Curso de Pedagogia do Instituto Estadual de Minas Gerais (atual Faculdade de Educação).

Em 1995, por meio da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, foi organizada a Universidade como autarquia de regime especial e pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em Belo Horizonte, patrimônio e receita próprios e dotada de autonomia pedagógica e financeira. A UEMG teve um crescimento significativo a partir da instalação de novas Unidades Acadêmicas.

Em 2002 foi criado o Instituto Superior de Educação “Itália Franco” em Barbacena. Em meados de 2002, a UEMG, em convênio com a Autarquia Municipal de Ensino de Poços de Caldas, inicia a oferta do curso fora de sede de Pedagogia da Faculdade de Educação. A Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves foi criada em 2005¹. A Faculdade de Engenharia de João Monlevade iniciou suas atividades em 2006. Ainda em 2006, em Ubá, a Universidade se fez presente com a oferta de um curso fora de sede em Design. Em 2007, a Unidade da UEMG em Frutal foi estadualizada. A Unidade de Leopoldina foi inaugurada em 2011.

A partir de 2013, a UEMG retoma um novo processo de crescimento com o início da incorporação dos cursos oferecidos por seis fundações associadas do interior do Estado, com sede em Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba e Passos. Também em 2013, foram incorporados os cursos mantidos pela Fundação Helena Antipoff, que são vinculados ao Instituto de Educação Superior Anísio Teixeira, em Ibirité.

¹ Em 2021, essa Unidade adotou o nome de Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios Tancredo Neves.

Em 2017, foi aprovada pelo Conselho Universitário – CONUN a criação da Unidade Acadêmica em Poços de Caldas, o que permitiu que o curso de Pedagogia daquela nova Unidade fosse desvinculado da Faculdade de Educação. Duas outras Unidades passaram por processo semelhante, em 2017, por decisão do CONUN: Abaeté e Cláudio passaram à condição de Unidades Acadêmicas, desvinculando-se da Unidade de Divinópolis.

Em dezembro de 2018 a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG aprovou a legislação que autorizou o Governo do Estado a assumir o passivo das fundações, bem como a transferência de bens para a UEMG.

Desde a sua criação, pela Constituição Mineira de 1989, a UEMG vem se consolidando como instituição de ensino superior pública, gratuita e de qualidade. Em 2022, ela beneficia 23.000 (vinte e três mil) estudantes, dos quais cerca de 74% (setenta e quatro por cento) são oriundos de escolas públicas. Nesse sentido, a UEMG representa, em algumas regiões, a única possibilidade de acesso à universidade pública para as parcelas mais desfavorecidas da população. São 133 (cento e trinta e três) cursos de graduação, sendo 50 (cinquenta) cursos de licenciatura que preparam os futuros professores da Educação Infantil e da Educação Básica. Os bacharelados e cursos tecnológicos, em diversas áreas, formam profissionais conscientes e comprometidos com as mudanças de nossos tempos.

1.2 Histórico da Unidade Acadêmica de Ibirité

Traçar um histórico, ainda que breve, da Unidade Acadêmica de Ibirité requer contextualizá-la de maneira intrínseca a história de Helena Antipoff (1892-1974) e ao seu legado educacional. O tratamento da criança especial, a preocupação com o homem do campo e a formação de profissionais para o magistério, dentre outros, foram objetos de trabalho da educadora, tendo se dedicado a fundação de instituições para esse fim.

A obra de Helena Antipoff, em Ibirité, se inicia com a criação da Fazenda do Rosário em 1939 dedicada a complementar a formação das crianças e adolescentes da primeira turma do Instituto Pestalozzi de Bele Horizonte, fundado em 1935 sob a iniciativa da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Dentre o legado da educadora no que se refere à formação de professores, destaca-se a criação do *Curso Normal Regional em 1949*,

denominado “*Curso Normal Regional Sandoval Soares de Azevedo*”, a partir de 1950. Dedicção à formação de normalistas para atuarem em áreas rurais, o trabalho de Helena Antipoff se consolida com a criação do *Instituto Superior de Educação Rural – ISER, em 1955*. A instituição foi idealizada a formar em nível superior especialistas em assuntos de Educação Rural.

Em 1970, o *ISER* se transforma em *Fundação Estadual de Educação Rural – FEER*, cujo primeiro objetivo era a instituição e manutenção, de acordo com os termos legais, de um *Instituto de Educação*, destinado à formação de regentes do ensino primário e professores primários para a zona rural. Em 1978, a FEER passa a denominar-se *Fundação Helena Antipoff - FHA*, em homenagem póstuma a sua fundadora.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Fundação Helena Antipoff, que envolveram formação de cursos técnicos em áreas agrícolas, magistério, contabilidade, passando a dedicar-se à educação básica a partir de 1996, destaca-se o *Centro de Pesquisas e Projetos Pedagógicos – CPPP*, cujo foco, desde 1999, estava na criação de cursos superiores. Nesse contexto, em convênio com a Unimontes, foi ofertado ao longo de dois anos o curso Normal Superior. Tal parceria fundamenta a demanda pela criação do *Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira – ISEAT*, oficializado pelo Decreto 41.733 de 25 de junho de 2001, o que possibilitou à Fundação Helena Antipoff assumir os cursos de graduação, pós-graduação, extensão e aperfeiçoamento, então desenvolvidos em sua sede, na condição de instituição privada.

O ISEAT passou então a ofertar o curso *Normal Superior – Licenciatura em Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental* até o ano de 2006. Em fevereiro de 2007, à vista do Parecer CEE Nº 188/07, o Conselho Estadual de Educação aprova a transformação do referido curso em *Graduação em Pedagogia – Licenciatura, Docência na Educação Infantil e anos iniciais de Ensino Fundamental*. Na oportunidade, para todos os efeitos legais, os atos normativos e administrativos inerentes ao Curso Normal Superior foram incorporados ao Curso de Pedagogia, cabendo aos órgãos competentes do Sistema os devidos registros.

Em 2009, cursos de Licenciatura em funcionamento no ISEAT, na época - Pedagogia, Educação Física, Ciências Biológicas e Letras, foram estadualizados, garantindo à comunidade acadêmica o custeio pelo Estado de Minas Gerais, o que conformou um grande ganho para a formação de professores de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Decreto Nº 46.361, de 30 de novembro de 2013, determinou a

incorporação à Universidade do Estado de Minas Gerais dos cursos de educação superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, passando o ISEAT a compor, como Unidade Ibirité, o caráter *multicampi* da UEMG.

A transformação do ISEAT em Unidade Acadêmica UEMG, desde então, tem sido fruto de uma construção coletiva, que contribui para a consolidação de uma instituição que se constitui como referência na formação de professores para a educação básica. Desde sua criação, o ISEAT busca formar educadores comprometidos com as questões éticas, com a cidadania e com os conhecimentos científicos que visam à melhoria das condições sociais, culturais e econômicas do município de Ibirité e demais cidades da região metropolitana. Objetivos que estão em consonância com a missão propagada pela UEMG: promover o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e regiões do estado.

Dentre as finalidades da Unidade Ibirité, destacam-se:

- ☐ Ampliar a oportunidade de acesso à educação superior, principalmente das camadas populares.
- ☐ Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- ☐ Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- ☐ Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- ☐ Estimular o conhecimento dos problemas do mundo contemporâneo, em particular os locais, regionais e nacionais e, contribuir com o desenvolvimento da comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- ☐ Promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão que dialoguem com realidade econômica, cultural e com as situações cotidianas das escolas da rede pública de ensino.

1.3 Justificativa do curso

Conforme já anunciado, o Curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ibirité, foi o primeiro Curso oferecido pelo Instituto de Educação Superior Anísio Teixeira – ISEAT, inicialmente como Curso Normal Superior para formação de professores para Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura – Resolução CNE/CP Nº 01, de 15 de maio de 2006, e considerando, ainda, a manutenção do currículo voltado para a formação de professores para Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, a Fundação Helena Antipoff solicitou e obteve pronunciamento favorável do Conselho Estadual de Educação – CEE, para a oferta do Curso Normal Superior em Pedagogia, mediante Parecer CEE Nº 1.139/2006.

Em fevereiro de 2007, pelo Parecer CEE Nº 188/07, o CEE manifestou-se *in casu* pela transformação do Curso Normal Superior – Licenciatura em Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental em Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, Docência na Educação Infantil e anos iniciais de Ensino Fundamental, tendo sido, em novembro de 2009, aprovado de acordo com Parecer CEE Nº 1.097.

Observada a resolução 450/03, o CEE analisou a documentação apresentada, visitou as instalações do ISEAT e entrevistou o corpo docente e discente, destacando a qualificação e empenho do corpo docente, o nível de satisfação do alunado com a instituição, o significado social do curso para a localidade. Também foi verificada a adequação da estrutura curricular e do projeto político pedagógico ao perfil do profissional que se pretende formar. E submeteu o curso de Licenciatura em Pedagogia a Câmara de Educação Superior que renovou o reconhecimento do curso de por 4 anos.

No dia 3 de dezembro de 2013, foi publicado o Decreto nº. 46.361/2013, determinando que os cursos superiores do ISEAT, da Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, também fossem incorporados à estrutura da UEMG. E o Curso de Pedagogia passa a pertencer a Universidade do Estado de Minas Gerais. Em 2014, o Curso de Pedagogia da Unidade Ibirité foi novamente avaliado e obteve o reconhecimento por mais 05 anos.

Desde sua criação, o Curso de Pedagogia vem contribuindo de forma significativa para a formação de professores da região, de acordo questionário aplicado a alunos, entre os respondentes grande parte dos egressos atuam como professores da Educação

Básica na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo que maior parte atua na escola pública.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia é a maior graduação do ISEAT, no que se refere ao número de estudantes matriculados e profissionais licenciados na última década e até ao ano de 2014, antes do da incorporação da ISEAT pela UEMG, as atividades formativas do curso estavam basicamente ligadas a vertente ensino. Após a incorporação do Curso pela Universidade, observam-se crescentes iniciativas para ampliação da pesquisa e extensão no âmbito da graduação e respectivamente da Unidade Acadêmica.

A proposta de Reforma Curricular do Curso de Pedagogia se insere no conjunto de Reformas Curriculares dos cursos de graduação da Unidade de Ibité em desenvolvimento desde 2014, buscando atender às demandas internas e externas para atualização, flexibilização curricular e atendimento à articulação entre pesquisa, ensino e extensão.

Uma das demandas que visa possibilitar maior flexibilidade aos graduandos nos Cursos da Unidade é a implantação da matrícula por disciplina, respeitando-se a RESOLUÇÃO COEPE/UEMG 132/213. Acredita-se que o processo de flexibilização das matrículas por disciplina muito contribuirá para reestruturar o sistema de controle e registro acadêmico, que atualmente somente aceita matrícula em bloco.

Dentre as questões que colaboram ainda para o enrijecimento do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia em vigência até esta proposta de reforma curricular, pode-se destacar as seguintes: - ausência de disciplinas optativas e eletivas; - disciplinas e atividades em sua maioria desenvolvidas em sala de aula; - excesso de disciplinas e carga horária por períodos; - impossibilidade de matrícula em disciplina isolada e formação encurtada e sobrecarregada em três anos.

Durante o processo de desenvolvimento desta proposta, a Comissão percebeu ser necessário delinear o perfil do egresso almejado em relação ao curso, uma vez que o conjunto de disciplinas deveria ser orientado para a formação desse perfil. Para tanto, deu-se ênfase a discussões sobre quais seriam, portanto, a identidade do curso, suas finalidades e competências necessárias para tal formação.

A Comissão considerou relevante orientar a estrutura do Curso e a formação do Pedagogo para uma configuração que fosse flexível, de forma a possibilitar que o estudante realizasse seu próprio *percurso*. Embora, reconheça-se que a estrutura

curricular ainda se mostre com pouco espaço para opções individualizadas, pretendeu-se possibilitar que o licenciando seja capaz de optar por caminhos distintos e fazer algumas escolhas durante o seu processo de formação.

De acordo com as discussões e estudos realizados foram indicados dois percursos formativos, contemplando a formação do professor alfabetizador e o entendimento da Pedagogia como Ciência da Educação. Assim definiu-se os seguintes percursos:

- Alfabetização;
- Pesquisa em Educação, compreendendo-se que ambos prescindirão de carga horária definida com disciplinas obrigatórias. Após o cumprimento dos créditos comuns, cada estudante poderá escolher um percurso formativo para aprofundamento, cumprindo assim parte dos créditos destinados às disciplinas optativas.

O Projeto apresentado neste documento também pretende atender às atuais demandas para o trabalho do pedagogo, sobretudo na Educação Básica. E em virtude das atuais propostas de ampliação da Educação Infantil, determinadas pela Lei 12.796 de 04 de abril de 2013, expandiu-se a carga horária para estudos e práticas na formação do professor deste segmento.

Os estudos realizados pela Comissão de Reforma apontaram que o Curso de Pedagogia da Unidade se constituiu como referência regional para a formação de professores na Educação Básica. Destaca-se que a Licenciatura é oferecida por uma instituição pública, que recebe alunos de escolas públicas e forma professores, que em sua grande maioria, atuam em escolas públicas da região metropolitana de Belo Horizonte.

Logo, discutir a educação como um bem “público” e universal pretende-se como um princípio da práxis educativa no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité.

1.4 Legislação- Requisitos legais e normativos do Curso de Pedagogia

A legislação sobre a educação é o instrumento crucial das políticas públicas educacionais de atendimento à população ao longo dos tempos. Certamente, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 abriu-se um novo cenário para inúmeras demandas dos movimentos sociais e profissionais em defesa dos direitos da educação pública, gratuita e de qualidade. Diga-se de passagem,

que o regime educacional predominante desde o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e início da redemocratização do Brasil é o da social democracia, no qual o Estado assume o dever de garantia do acesso ao cidadão à educação básica, compreendida pelo ensino infantil, fundamental e médio.

A Constituinte de 1988 teve como fundamento a gestão democrática e a descentralização do poder, assim, a responsabilidade pelas políticas nacionais, entre elas a educação, tendeu a ser compartilhada entre os entes federados (União, Estados e Municípios). Para se garantir essa Lei como sustentáculo dos direitos sociais, incluindo o direito à educação, tem-se como desafio a construção de uma política pública nacional para a educação básica e superior que contemple as demandas da sociedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI, foram elaboradas a partir dos seguintes documentos: Parecer CNE/CEB Nº 22/98, Resolução CNE/CEB Nº 1/99, Parecer Nº 20/2009. Reforça a Constituição de 1988, primeira legislação que reconhece a Educação Infantil como dever do Estado. A partir de então, iniciam-se discussões para criação de textos complementares, visando regular e ampliar a oferta dessa modalidade de ensino no país.

Nos anos seguintes à Constituição de 1988 registraram-se iniciativas em reformas educacionais e sociais com tendência para a estruturação das políticas públicas para a infância e a adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990, e outros documentos legais, como leis, decretos, emendas constitucionais, portarias normativas, resoluções, planos, diretrizes, parâmetros, programas, relatórios de avaliação e pesquisa, dentre outros, apontam para a mesma direção das reformas. No entanto, Brejo (2015) chama a atenção para se analisar de modo minucioso as intenções do poder público, pois esse exercício possibilita uma síntese conjuntural das principais mudanças, retrocessos e avanços na formação docente e na atuação profissional na educação básica.

A diversidade cultural, econômica, social e regional da população brasileira suscita a elaboração de leis educacionais em que sejam consideradas as especificidades dos indivíduos e das culturas locais, com normas menos diretivas, flexíveis às realidades das instituições de ensino distribuídas por todo o território nacional. Ainda que as leis sejam o aparato material e racional do estado de direito de nosso país, cabe aos especialistas da matéria suspeitar da eficiência e eficácia das normas criadas. Os

instrumentos de mecanização da ação e de tecnização da formação docente necessitam ser questionados. As leis operam enquanto alicerce e conteúdo orientador da intervenção social, apesar de comporem os conhecimentos privilegiados a serem estudados nos currículos de licenciatura e no trabalho docente no ensino básico, podem também engessar os saberes necessários à prática educativa.

Diante da complexidade que envolve a educação, algumas questões necessitam ser elaboradas: **As leis educacionais têm sido legitimadas e impactado positivamente o cotidiano das escolas? A reflexão crítica da legislação em educação está contemplada nos cursos superiores de licenciatura?**

Nessa perspectiva, toda reforma curricular deve operar com questões nevrálgicas a priori. **Conhecer a legislação educacional contribui para a chamada de consciência do papel social do professor?** Tanto na formação quanto na atuação docente na educação básica a tarefa parece ser mais complexa. Acredita-se que não basta ao futuro professor conhecer os marcos regulatórios e conteúdos das leis educacionais para estar suficientemente preparado para o mercado educacional.

A formação e a atuação docente convive com as incongruências da prescrição legal e do que é possível ser realizado no campo educacional, havendo, muitas vezes, um distanciamento da legislação com o chão da escola e com os problemas da sala de aula. Essa discussão é imprescindível ao se debater sobre os documentos oficiais que regem a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e para se tratar das especificidades de cada uma dessas etapas da Educação Básica na formação do pedagogo.

A LDB 9.346/96 trata de características básicas para a formação dos professores da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, como a necessidade de graduação em nível superior e aperfeiçoamento contínuo na profissão. Traz ainda a educação infantil como primeira fase da educação básica e alicerce da educação formal, responsável por estimular o desenvolvimento de uma educação integral já nos primeiros anos da infância.

O tema em questão dá licença para se abrir um parênteses, pois esse é ainda um campo em formação no cenário educacional brasileiro, com necessidade de discussão das especificidades que as crianças da educação infantil exigem e as implicações dessas especificidades para a formação docente parecem não se esgotarem ainda na atualidade, principalmente ao se construir este Projeto Pedagógico de Pedagogia.

Para Brejo (2015), devido à baixa escolaridade dos professores que atendiam às crianças em seus primeiros anos de vida, propostas de qualificação profissional passam a fazer parte da agenda dos governos. O contexto exigia a necessidade de se compor espaços de discussão sobre a formação do profissional da educação infantil nos cursos de Magistério, que não deixaram de ser exigidos como formação mínima para atuação nos anos iniciais e educação infantil.

O Parecer CNE/CP5/2005 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia de 2006 estabelecem princípios para a docência, para a gestão e para a pesquisa nesse campo de atuação e formação profissional. A Resolução CNE/CP Nº1 de 2006, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Define além de princípios, procedimentos a serem observados pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas Instituições de Ensino Superior. Assim, no que se refere ao projeto pedagógico de cada curso, as práticas de avaliação são um meio de orientar o trabalho pedagógico e possibilitar a autonomia dos futuros professores em relação ao processo de aprendizagem, devendo permear todo o período de formação do professor.

Diversos países da América Latina, nesse período, sofreram interferências de organismos internacionais com a tônica da Internacionalização da Educação (FELDFEBER, 2009). Brejo (2015) afirma que o Brasil passava por um momento, em que os organismos globais intervieram na ação governamental, alegando principalmente que a infância seria o alvo de financiamentos e projetos de educação institucionalizada dos países emergentes.

Em julho de 2010, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, publica a Resolução Nº 4 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Este documento emite orientações pontuais na formação inicial e continuada dos profissionais docentes da Educação Básica. Aborda que os currículos e programas de formação dos profissionais da educação devem reconhecer a escola como um espaço e tempo de educação para a cidadania e de construção de uma gestão democrática, devendo ser esses requisitos contemplados nas propostas político pedagógicas.

Outra legislação que propõe a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da

educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade contemporânea, foi a Resolução CNE/CES nº2/2015.

Ao longo dessa discussão, a educação necessita ser vista como uma dimensão humana essencial e uma política pública dos governos no poder, em que devem ser observadas as legislações que garantam ações pedagógicas de inclusão social e dos deficientes em suas necessidades específicas; o reconhecimento das matrizes étnico-raciais, de gênero e das minorias que compõem a diversidade cultural brasileira.

Para a construção deste Projeto Pedagógico de Curso é importante destacar a observância dos seguintes requisitos legais e normativos. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental: o conteúdo está contemplado na disciplina Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada:

Carga horária:

- ☐ **Prática de Formação Docente** como componente curricular obrigatório: 435 horas-29 créditos, contempladas e vinculadas às seguintes Disciplinas: Conhecimentos Metodológicos Curriculares para o Ensino de Arte, Ciências Naturais, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática, Integração Curricular; Educação Ambiental e Educação Inclusiva. Embora, vinculada às Disciplinas citadas, a carga horária da Prática de Formação foi considerada como componente distinto.
- ☐ **Estágio Supervisionado:** 405 horas-27 créditos
- ☐ **Atividades complementares:** 210 horas-14créditos
- ☐ **Fundamentos da educação:** contemplados nas disciplinas do Núcleo Básico de Estudos.
- ☐ **Políticas públicas e gestão da educação:** 72 horas - 4 créditos, contemplados na Disciplina: Políticas Públicas e Educação.
- ☐ **Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012):** os conteúdos estão contemplados nos Colóquios propostos na Disciplina: INTEGRAÇÃO CURRICULAR I: Diversidade e Direitos Humanos.

☐ **Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004):** 36 horas - 2 créditos, contemplados na Disciplina: HISTÓRIA E CULTURA AFRO

☐ **Língua Brasileira de Sinais – Libras (Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005):** 36 horas - 2 créditos, contemplados na Disciplina: Libras.

Diversidades de gênero, sexual, religiosa e geracional: os conteúdos estão contemplados nos Colóquios propostos na Disciplina: INTEGRAÇÃO CURRICULAR I: Diversidade e Direitos Humanos.

☐ **Educação especial:** o conteúdo está contemplado na Disciplina Obrigatória EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

☐ **Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas:** os conteúdos estão contemplados nos Colóquios propostos na Disciplina I: INTEGRAÇÃO CURRICULAR: Diversidade e Direitos Humanos.

A Legislação Nacional que o orienta encontra-se dos documentos listados:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 1996;
- Lei 11.788, de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Decreto 5.626, de 2005 e Decreto 9.656, de 2018 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Portaria MEC 2.117, de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior;
- RESOLUÇÃO CNE/CP 1, de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- RESOLUÇÃO CNE/CP 1, de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- RESOLUÇÃO CNE/CP 2, de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- RESOLUÇÃO CNE/CES 3, de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a

serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;

- RESOLUÇÃO CNE/CES 7, de 2018 – Estabelece as Diretrizes da Extensão no Ensino Superior.

Quanto à Legislação do Estado de Minas Gerais:

- Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989;
- Lei 23.197, 2018 - Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências;
- Decreto Estadual 46.352, de 2013 - Aprova o Estatuto da UEMG. PDI 2015- 2024 - Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Resolução CEE/MG 482, de 2021 - Estabelece normas relativas à regulação do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências.
- Resolução CEE/MG 490, de 2022 - Dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

E alicerçadas nessas condições legais a legislação Universidade do Estado de Minas Gerais assim elencadas:

- Resolução CONUN 374, de 2017- Estabelece o Regimento Geral UEMG;
- Resolução CONUN 381, de 2018 - Aprova o Regulamento das Bibliotecas da Universidade do Estado de Minas Gerais;
- Resolução CONUN 419, de 2018 - Cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA e estabelece suas atribuições e condições de funcionamento;
- Resolução CONUN 453, de 2020 - Dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Rede de Bibliotecas da Universidade do Estado de Minas Gerais;
- Resolução COEPE 323, de 2021, que dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMG;
- Resolução COEPE 132, de 2013 - Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos cursos de graduação;

- Resolução COEPE 249, de 2020 - Regulamenta a compensação de faltas e a avaliação de rendimento acadêmico e dá outras providências;
- Resolução COEPE 250, de 2020 - Dispõe sobre o aproveitamento de estudos, adaptações curriculares, exame de proficiência e abreviação do tempo de conclusão no âmbito dos cursos de graduação;
- Resolução COEPE 273, de 2020 - Regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação, estabelece normas complementares para a criação de Departamentos Acadêmicos;
- Resolução COEPE 284, de 2020 - Regulamenta a composição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes no âmbito de cada curso de graduação;
- Resolução COEPE 287, de 2021 - Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos cursos de graduação;
- Resolução COEPE 305, de 2021 - Institui e regulamenta o Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais.

1.5 Articulação do curso com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG

Esta Proposta Pedagógica Curricular se articula com a Missão da UEMG, para promoção do ensino, a pesquisa e a extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado, em especial o município de Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

No decorrer da elaboração da proposta surgiram diversas ações que integram o Curso de Pedagogia à Fundação Helena Antipoff, a comunidade de Ibirité com propostas de pesquisa e extensão, promovendo integração à vertente do ensino na Universidade. Tais ações pautam-se na visão da Universidade de ser referência como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com políticas, demandas e vocações regionais.

Considerando a especificidade local, a Unidade de Ibirité conta com um território fértil para a formação de professores, pois se insere em um importante complexo

educacional fundado pela educadora russa Helena Antipoff.

Pauta-se se nas crenças e valores de Mérito da Qualidade Acadêmica, para a Formação de uma comunidade científica que oportunize a interação com outras instituições produtoras de conhecimento e, ao mesmo tempo, estabeleça uma sinergia a busca da excelência da UEMG.

Outro aspecto destacado no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade se refere à Responsabilidade Social, descrito no documento como compromisso de formar cidadãos éticos, críticos e inovadores; desenvolver pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento que possam contribuir para o avanço tecnológico do Estado e implementar um trabalho extensionista com compromisso de interagir com a comunidade na busca da transformação social, da preservação ambiental, da melhoria da qualidade de vida e da inclusão social.

A Unidade Acadêmica, ao promover ações em parceria com a Fundação Helena Antipoff e comunidade do seu entorno, por via de inovações, estimula o trabalho cooperativo em diversos setores que colaboram para o desenvolvimento científico e sociocultural, interrelacionando-se com os múltiplos processos econômicos, sociais e culturais da região.

Acredita-se que parcerias com instituições da região possam contribuir para a formação da consciência regional, produzindo e difundindo o conhecimento dos problemas e das potencialidades regionais.

Os cursos atualmente oferecidos pela Unidade Acadêmica Ibirité, em diversas áreas do conhecimento, bem como as atividades de pesquisa e extensão, buscam atender aos aspectos supracitados, nos limites das possibilidades da Instituição.

2. Organização didático-pedagógica

Neste item apresenta-se a organização didática pedagógica do curso articulada às diretrizes curriculares e demais legislações pertinentes, buscando atender o perfil do egresso que se pretende formar, os objetivos e concepção do curso.

2.1 Concepção do curso

A educação é fundamental para a formação e desenvolvimento das sociedades e para o processo de humanização do homem. A prática educativa, segundo Saviani (2007), vem sendo objeto da pedagogia, que por sua vez se identifica pela intencionalidade na realização da educação. Desta forma, a educação pode ser entendida como “uma ação e um processo de possibilitar aos sujeitos realizarem-sencomo seres humanos, portanto, inseridos no processo civilizatório” (FRANCO, LIBÂNEO e PIMENTA, 2011, p. 62).

A Pedagogia vem se constituindo historicamente como um campo polêmico, marcado por disputas de hegemonia em que tendências antagônicas se digladiam. Saviani (2007) sugere que, para superar a polêmica que envolve a pedagogia é preciso que as atenções se voltem para a depuração das diversas correntes pedagógicas, nesse processo deve-se identificar as ideias que são permanentes em cada uma, que conseguiram sobreviver aos desgastes provocados pelo tempo.

Ao longo da constituição de seu campo, a pedagogia construiu sua especificidade epistemológica no estudo da educação como prática de formação humana. É hoje a ciência que se debruça sobre “a natureza do fenômeno educativo, os conteúdos e os métodos da Educação”. As diferentes configurações históricas assumidas pela pedagogia produziram profundas mudanças epistemológicas em seu campo. Tal situação provocou muitas vezes o questionamento da cientificidade da pedagogia (FRANCO, LIBÂNEO e PIMENTA, 2011, p. 61).

Segundo estes autores, no Brasil, a pedagogia, e especialmente o curso de Pedagogia, também sempre esteve permeada por controvérsias. Estas passaram por questões sobre o campo de atuação do profissional formado em pedagogia, incluindo desde questionamentos sobre a necessidade de existência do curso até questionamentos sobre o caráter tecnicista assumido pelo curso em determinado momento, chegando à recente controvérsia que envolve a identificação de pedagogia com docência.

A pedagogia foi retirada do centro das discussões educacionais e, conseqüentemente, acarretou no desprestígio dos pedagogos substituídos pelo que Franco, Libâneo e Pimenta (2011) denominam de “tecnólogos da prática”. Este processo desembocou, também, no cerceamento da função social dos professores, que se tornaram simples executores de conteúdos produzidos a sua revelia. Neste sentido, a pedagogia passa a sofrer de um problema identitário, de um reducionismo de seu campo e se distancia

de seus “ideais político-transformadores”.

Saviani (2007) afirma que as atuais diretrizes para o curso de Pedagogia restringiram muito o essencial do campo, ao mesmo tempo em que ampliaram bastante os aspectos acessórios:

São restritas no que se refere ao essencial, isto é, àquilo que configura a pedagogia como campo teórico-prático dotado de um acúmulo de conhecimentos e experiências resultantes de séculos de história. Mas são extensivas no acessório, isto é, se dilatam em múltiplas e reiterativas referências à linguagem hoje em evidência, impregnada de expressões como conhecimento ambiental-ecológico; pluralidade de visões de mundo; interdisciplinaridade, contextualização, democratização; ética e sensibilidade afetiva e estética; exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas; diversidade; diferenças; gêneros; faixas geracionais; escolhas sexuais [...] (SAVIANI, 2007, p. 127).

O autor defende que o curso de Pedagogia deveria se propor a construir um novo modelo de escola, que busque corresponder às necessidades da sociedade de hoje. Esse modelo deve ser de uma escola unitária, que tenha a história como fio condutor e que seja capaz de humanizar os sujeitos singulares que dela fazem parte. O pedagogo formado nos cursos de Pedagogia deveria ter profunda consciência da realidade, e agir a partir de fundamentação teórica e instrumentação técnica que lhe permitissem ações coerentes e eficazes (SAVIANI, 2007).

Apesar de se assumir que a pedagogia é a ciência da práxis educativa, a realidade atual no Brasil, pelas imposições legais, exige que o curso forme o docente dos anos iniciais da educação básica. Neste sentido, a proposta de formação do curso de Pedagogia desta instituição, que historicamente é vocacionada à formação de professores, está alicerçada nas discussões da teoria e prática da docência, sem abandonar as premissas da pedagogia como ciência e campo essencial às discussões amplas da prática educativa.

2.2 Objetivos do curso

O objetivo central deste curso é formar o Licenciado em Pedagogia, com conhecimento específico e fundamentado para a produção; a pesquisa; a crítica e para atuar em escolas públicas e privadas de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos; como docente e como coordenador pedagógico em instituições educacionais diversas; como professor das matérias pedagógicas nos cursos de formação em nível médio; como

educador social em Organizações Não Governamentais (ONG); em movimentos e projetos sociais; em instituições filantrópicas e em demais instituições que tenham como foco o processo educativo que demande a atuação do Pedagogo.

Assume-se o desafio de formar o pedagogo para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais, além de considerar a Pedagogia como Ciência da Educação. Dessa forma pretende-se ainda criar possibilidades de formação do cientista educacional. Os objetivos do curso estão centrados em desenvolver uma formação que permita ao profissional:

- a) atuar como professor na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- b) atuar nos processos práticos e teóricos da docência em espaços escolares e não escolares;
- c) desenvolver capacidades e habilidades por meio do conhecimento teórico e pedagógico das diversas metodologias para o ensino na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, na formação de professores e outros ambientes educacionais;
- d) expressar suas ideias, produzir e desenvolver pesquisas na área educacional;
- e) refletir sobre a própria formação profissional pela análise, questionamento e atualização permanente da sua prática docente;
- f) ter uma atitude reflexiva, investigativa e questionadora frente ao momento educacional atual e ao sistema social dominante e sua relação com a educação;
- g) agir com competência, por meio do desenvolvimento do conhecimento e das habilidades produtivas, permeadas por atitudes e comportamentos proativos;
- h) estar em consonância com as necessidades, mudanças e expressões de sua época;
- i) desenvolver projetos interdisciplinares e integradores nas áreas de atuação profissional, ou seja, a escola de educação básica;
- j) viabilizar a pesquisa científica na educação, visando o aprimoramento, a criação, a compreensão da educação;
- k) Incentivar a valorização da pluralidade cultural da sociedade, contribuindo para a produção científica individual e coletiva;

l) analisar as contradições e as dinâmicas sociais como movimentos fundamentais para as mudanças sociais.

2.3 Perfil do egresso

De acordo com as premissas de formação indicadas nesta proposta pedagógica, pretende-se que o egresso do curso de Pedagogia da UEMG - Unidade Ibirité seja capaz de atuar como professor alfabetizador para os anos iniciais da educação básica e internalizado a Pedagogia como campo da ciência da Educação.

Tal direcionamento sintoniza-se com o perfil do egresso apontado pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, de 2016, e com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 e com a Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015. Neste sentido, o Curso de Pedagogia pretende formar um profissional com habilidades para articular conhecimentos teóricos e práticos e consolidar seu exercício profissional fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética:

- I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;
- III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

O Projeto Pedagógico do Curso, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

- I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;
- II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino aprendizagem;
- III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;
- VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;
- VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos

específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

De acordo com o Art. 8º Resolução CNE/CP Nº 2, de 1º de julho de 2015, o egresso dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; 8 III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica; IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem; VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras; VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras; IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais; X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico; XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros; XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos; XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Em conformidade com o Art. 5º da Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino

Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico; XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

Dessa forma, o Curso de Pedagogia da Unidade Ibirité pretende formar profissionais reflexivos, fundamentando-se em pressupostos teóricos que possam alicerçar a práxis docente. A partir da percepção da Pedagogia como valioso campo científico, pretende-se que estes profissionais sejam também capazes de realizar pesquisas e estudos que

visem ao aprimoramento profissional com ética, criticidade e autonomia, compreendendo os dilemas e desafios da profissão do pedagogo diante da complexidade e contradições da sociedade atual.

3. Organização curricular

A partir do estudo aprofundado das legislações correlatas à formação docente no Brasil e das discussões realizadas no âmbito da Comissão de Reforma Curricular, organização curricular do Curso de Pedagogia apresenta a seguinte estruturação:

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS

Composto por Núcleo de Estudos Básicos congrega as disciplinas fundamentais para a formação do Licenciado em Pedagogia. Algumas podem ser cursadas nas outras licenciaturas ofertadas na Unidade Acadêmica, desde que carga horária e ementa sejam compatíveis.

O Núcleo de Estudos também poderá ofertar disciplinas optativas² vinculadas a Tópicos Especiais, sendo: Tópicos Especiais em Educação.

Segundo o inciso I do artigo 6º da Resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006, das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, o Núcleo de Estudos Básicos, respeitando-se a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, de reflexão e ações críticas, articula:

- aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- aplicação de princípios da gestão democrática em espaços educativos; observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em ambientes escolares e não escolares;
- utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano em

² A oferta de Disciplina Optativa estará vinculada a aprovação e recomendação de seu respectivo Departamento, em consonância com o Colegiado de Curso da Pedagogia

situações de aprendizagem; estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

- atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional.

Tais aspectos são contemplados na carga horária destinada às disciplinas do Núcleo de Estudos Básicos. Outros princípios apontados pela Resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, também foram observados, tais como:

- aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;
- realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativos à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino-aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas; planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviços e apoio escolar;
- estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente, de teorias relativas à construção de aprendizagens, socialização e elaboração de conhecimentos, de tecnologias da informação e comunicação e de diversas linguagens;
- decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física.

As abordagens são contempladas em propostas específicas para os Conhecimentos Metodológicos e Curriculares (CMC) e para a Educação Infantil.

CONHECIMENTOS METODOLÓGICOS CURRICULARES - CMC

O processo de Reforma Curricular foi um importante momento para se refletir sobre o que se faz no Curso de Pedagogia. Durante as discussões entre os docentes que atuam no curso, refletiu-se sobre: **o que deve ser preponderante na formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental? Quais as possibilidades oferecidas durante a formação para se pensar o processo de ensino aprendizagem?**

Tais questionamentos consideram, a priori, que a formação pedagógica pautada nos fundamentos e bases teóricas de ensino-aprendizagem para os anos iniciais é imprescindível à docência, sobretudo no processo de alfabetização.

Na intenção de destacar questões comuns para o trabalho com os Conhecimentos Metodológicos Curriculares - CMC do Ensino de Arte, Ciências Naturais, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática, indica-se nesta proposta alguns pontos comuns relacionados à: nomenclatura, objetivos, carga horária, núcleo de integração, distribuição das disciplinas no currículo, práticas de ensino e vinculação com Laboratório de Pesquisa e Práticas Pedagógicas Helena Antipoff – LAPPHA.

Optou-se por conservar a nomenclatura de *Conhecimentos Metodológicos Curriculares* – CMC por considerar que a discussão de *metodologias* e *práticas* não pode estar desvinculada da abordagem teórica. Logo, é preciso considerar os conhecimentos que embasaram teoricamente os caminhos possíveis para o ensino e a aprendizagem. Ponderou-se ainda que uma abordagem ampla dos *conhecimentos metodológicos curriculares* de cada área permitiria reflexão dos fundamentos que pautam as mais recentes teorias de ensino aprendizagem, enfoque relacionado às nomenclaturas usuais de Metodologias, Práticas e Didáticas de Ensino.

OBJETIVOS

- Discutir teorias e práticas relacionadas a aprendizagem na infância, sobretudo, ao processo de alfabetização e letramentos nas linguagens relacionadas à: Artes, Ciências Naturais, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática;
- Propor, refletir, utilizar, analisar e avaliar propostas metodológicas para

intervenções pedagógicas no processo de alfabetização na área de conhecimento;

- ☐ Analisar metodologias, recursos e materiais didáticos utilizados em escolas de educação básica, destacando as possibilidades e desafios para o ensino e aprendizagem em cada linguagem;
- ☐ Contribuir com o processo de alfabetização e letramento relativo à área de cada CMC;
- ☐ Promover diálogos entre o campo de conhecimento de cada CMC com a alfabetização ao longo da infância desde os anos iniciais da educação infantil;
- ☐ Relacionar as atividades de cada disciplina ao estágio, à disciplina de Integração e Interdisciplinaridade, às práticas de ensino e vinculação com Laboratório de Pesquisa e Práticas Pedagógicas Helena Antipoff – LAPPHA.

VINCULAÇÃO COM LABORATÓRIO DE PESQUISA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS HELENA ANTIPOFF – LAPPHA

Ainda que não esteja definida a organização da utilização do espaço, indica-se a necessidade de criação de videoteca e também da produção e avaliação de materiais pedagógicos no âmbito do Laboratório.

Embora o laboratório apresente em seu nome uma homenagem a Professora Helena Antipoff fundadora da Fundação Helena Antipoff. Ele pertence a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

A segunda vertente da proposta do Laboratório de Pesquisa e Práticas Pedagógicas Helena Antipoff está vinculada ao *ensino*. O laboratório tem como proposta a formação dos estudantes que atuarão na Educação Básica, mais precisamente, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, promovendo ações voltadas para a pesquisa e docência. Devem ser incentivadas medidas que contribuam para que este profissional possa pensar, atuar, agir por meio de práticas pedagógicas que realmente façam sentido para análise da realidade e do dia-a-dia dos alunos da comunidade em que está inserido, promovendo mudanças na comunidade local.

Nesse sentido, o LAPPHA visa consolidar as várias propostas, de acordo com as diversas áreas de formação pertinentes aos espaços específicos de educação e da formação do licenciado. Pretende-se, com a criação do espaço de Laboratório de

Práticas, tornar o curso de Pedagogia mais dinâmico, vinculando cada vez mais a teoria à prática, desenvolvendo ao longo do curso situações para a construção da profissão docente e contribuindo para uma formação integral dos sujeitos.

- EDUCAÇÃO INFANTIL

O PPC do curso de Pedagogia da UEMG - Unidade Ibirité, apresenta cinco disciplinas que compõem o núcleo de formação para a atuação na Educação Infantil. As referidas disciplinas têm como enfoque o aprofundamento nas pesquisas e teorias do campo, favorecendo a ampliação dos debates relativos à Educação Infantil. Abordam os estudos sobre os fundamentos da Infância e suas múltiplas dimensões, bem como reflexões sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, possibilitando uma análise das experiências e linguagens das crianças da creche e da pré-escola e suas abordagens metodológicas, no sentido de contribuir para a atuação do Pedagogo nas instituições de Educação Infantil.

OBJETIVOS

- ☐ Compreender a Educação Infantil no contexto educacional brasileiro, promovendo uma reflexão sobre a constituição do campo;
- ☐ Possibilitar uma compreensão crítica sobre a história da Educação Infantil e das políticas de atendimento à infância no Brasil;
- ☐ Analisar as tendências e as concepções pedagógicas que fundamentam a Educação Infantil no Brasil;
- ☐ Possibilitar o estudo e a análise crítica das propostas curriculares apresentadas para a Educação Infantil
- ☐ Favorecer a formação do pedagogo para atuar na Educação Infantil, abordando os aspectos políticos e ideológicos presentes na formação do profissional da Educação Infantil.

- NÚCLEO DE ESTUDOS DE APROFUNDAMENTO

A Resolução CNE/CP N° 01, de 15 de maio de 2006, das Diretrizes para o Curso de Pedagogia, recomenda um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das

instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades: investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras; avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; e estudo, análise e avaliação de teorias da educação a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras.

O Núcleo de Aprofundamento, pensado para a Licenciatura em Pedagogia-UEMG/Unidade Ibirité, prevê carga horária mínima obrigatória distribuída em dois percursos formativos, que serão aprofundados de acordo com o interesse do estudante, sendo eles: ALFABETIZAÇÃO e PESQUISA E EDUCAÇÃO.

Os percursos formativos de aprofundamento foram indicados a partir das demandas de estudantes matriculados no curso, dos egressos e dos docentes. Tais demandas são evidenciadas ao se considerar o objetivo central do curso, formar o Licenciado em Pedagogia, com conhecimento específico e fundamentado para a docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, inclusive na modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, assume-se o desafio de formar o pedagogo para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais, além de considerar a Pedagogia como Ciência da Educação.

Nesta perspectiva, considera-se o aprofundamento em Alfabetização como saber imprescindível à docência da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A outra modalidade, que prevê o aprofundamento em Pesquisa em Educação Básica, busca sensibilizar o licenciando para a percepção da Pedagogia como campo científico.

Ressaltamos que as disciplinas optativas podem ser oferecidas vinculadas aos dois percursos formativos.

- NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO

Segundo Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia/Resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006, das Diretrizes para o Curso de Pedagogia, o Núcleo de Estudos Integradores deverá proporcionar enriquecimento curricular e compreenderá: participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de

Educação Superior; participação em atividades práticas, de modo a propiciar aos estudantes vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos, atividades de comunicação e expressão cultural.

O Núcleo de Estudos Integradores pressupõe a participação do aluno em situações acadêmicas complementares, com o fim de enriquecimento da formação acadêmica e cultural. O curso prevê que o aluno deverá cumprir, no percurso de sua vida acadêmica, um mínimo de 210 (duzentas e dez) horas - 14 créditos de atividades complementares.

Além das atividades complementares, o Núcleo de Estudos Integradores contará com Disciplinas Obrigatórias, Optativas, Estágio e Práticas Pedagógicas de Formação Docente.

Dentre as discussões previstas pelo respectivo Núcleo, destaca-se a Integração Curricular, conforme orientação do Art. 5º da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015: A formação de profissionais do magistério deve assegurar articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o (a) egresso (a): I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Na intenção de abordar a integração e interdisciplinaridade curricular foi criada as Disciplinas Integração Curricular I, II, III, IV, V, VI e VII com diferentes eixos e temáticas, sendo a primeira vinculada aos Colóquios de Diversidade e Direitos Humanos e as demais aos estágios de cada período (do 2º ao 7º), em concomitância às discussões das disciplinas de cada período e às vivências das práticas de formação docente.

A proposta de disciplinas de Integração Curricular no Projeto de Curso prevê a regência compartilhada de professores de cada período.

4- Do enriquecimento curricular

As atividades complementares se constituem em componente curricular obrigatório, devendo o estudante integralizar as 210 horas propostas. O que for cursado para além desta carga horária, sobretudo em Projetos de Pesquisa e Extensão da Universidade,

pode ser considerado como enriquecimento curricular.

Conforme previsto no Art. 21, Resolução 132/2013 – COEPE/UEMG, entende-se por Enriquecimento Curricular a realização de atividades extracurriculares, como: estágios não obrigatórios, iniciação científica, atividades de extensão, e demais atividades listadas como tal em Projetos Pedagógicos de Curso, ou validadas como tal pelo Colegiado de Curso.

4.1 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A Unidade Acadêmica de Ibitaré busca atuar de forma efetiva para consolidar a tríade ensino, pesquisa e extensão como atividades institucionais relevantes para a comunidade acadêmica e região local. Nos últimos anos, professores e estudantes do curso de Pedagogia participaram de forma ativa de eventos institucionais da Universidade como ouvintes, palestrantes, conferencistas, coordenadores de oficinas e atividades culturais, bem como membros de Comissões Organizadoras. Dentre as ações realizadas destacam-se:

- Semana UEMG;
- Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG;
- Semanas dos cursos de licenciatura (Ciências Biológicas, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia/Jornada Pedagógica);
- Semana de Aquecimento da Matemática;
- Encontro Helena Antipoff;
- Café com Letras e Cesta Poética;
- Seminário de Estágio.
- Seminário de Práticas Pedagógicas.
- Seminário de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em relação aos projetos de ensino, destaca-se a participação dos estudantes do curso de Pedagogia no Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA), intituído e regulamentado pela Resolução COEPE/UEMG nº 305, de 21 de junho de 2021. O referido programa de monitoria destina-se à melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação, por meio do envolvimento de estudantes monitores em projetos de ensino, e compreende o exercício de atividades de caráter técnico-didático, relacionadas ao Projeto Pedagógico do Curso de graduação. No ano de 2022, 14 componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia

presencial da Unidade Acadêmica de Ibirité aderiram ao PEMA, ofertando, semestralmente, de 1 a 3 bolsas por disciplina.

Destaca-se ainda, a participação dos estudantes do curso de Pedagogia em projetos de ensino como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica. Ambos programas são parte da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC). No ano de 2022 participaram do PIBID e do Residência pedagógica 40 estudantes bolsistas do curso de Pedagogia, que tiveram atuação em estabelecimentos escolares de Belo Horizonte (MG) e Região Metropolitana.

Em relação à pesquisa, a Universidade mantém os seguintes programas de apoio: Programa de Apoio a Participação de Docentes em Eventos no País ou no Exterior (PAPEV); Programa de Capacitação Docente (PCRH); Programa de Demanda Social – CAPES (DS); Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG - Papq/UEMG; Programa de Apoio à Pós-Graduação- PROAP (CAPES); Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa - PQ/UEMG. Também gerencia, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), Programas Institucionais de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq - Ações Afirmativas (PIBIC-Af/CNPq); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC/CNPq). Além disso, gerencia o Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) nas modalidades Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica Institucional – BIC. Nos últimos anos, os professores vinculados ao curso de Pedagogia participaram ativamente dos Editais de Pesquisa da PROPPG, com aprovação de projetos contemplados com cotas de bolsas de Iniciação Científica; Bolsas de Professor Orientador; Bolsas Produtividade e Bolsas de formação e capacitação docente. No ano de 2022, professores vinculados ao curso de Pedagogia desenvolveram 21 projetos de pesquisa formalmente aprovados em Editais da PROPPG. Os projetos aprovados têm como característica uma diversidade de temas abarcados, além da perspectiva multi e interdisciplinar e da pertinência das temáticas propostas ao campo da Educação.

Em relação à extensão, deve-se considerar que a UEMG fomenta, por meio de editais, o desenvolvimento de ações extensionistas desenvolvidas na forma de Programa,

Projeto, Curso, Evento, Prestação de Serviços e Consultoria e Publicações, inseridos em áreas temáticas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária. No ano de 2022, professores vinculados ao curso de Pedagogia desenvolveram 6 projetos de extensão, aprovados em Editais PAEX, abarcando um total de 20 estudantes bolsistas. Além desses, outros 5 projetos de interface ensino-pesquisa-extensão foram desenvolvidos por professores vinculados ao curso de Pedagogia, sob aprovação do Departamento de Educação (DE).

Neste sentido, a Unidade Acadêmica de Ibitaré tem sustentado os valores da UEMG, apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao desenvolver atividades ensino, pesquisa e extensão e participar de programas que oportunizam a dignidade humana e que se comprometem com a comunidade na busca da transformação social, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida e promoção da inclusão social. Soma-se a isso o envolvimento em ações voltadas para a promoção de políticas públicas que possuem compromisso ético com a sociedade.

4.2 Disciplinas curriculares

Na Licenciatura em Pedagogia serão ofertadas 160 vagas, distribuídas em dois semestres com 80 vagas cada, sendo 40 vagas por turno, manhã e noite. Quatro anos é o tempo mínimo de integralização e, sete anos, o tempo máximo em regime presencial. O curso perfaz um período de oito semestres de 18 semanas cada, de segunda-feira a sábado, num total de cem dias letivos por semestre.

As disciplinas específicas de outro curso ofertado na Unidade poderão ser consideradas pelo Colegiado de Curso da Pedagogia como enriquecimento curricular ou como disciplina eletiva, considerando que as elas não estão previstas na matriz curricular do curso de origem.

Conforme a RESOLUÇÃO COEPE/UEMG nº 132/2013, a matrícula será realizada por disciplina semestralmente, em sistema de créditos. A duração de cada semestre terá a duração de dezoito semanas, incluindo os sábados. O tempo para integralização dos créditos será de no mínimo oito semestres e máximo de quatorze semestres.

É importante que o estudante observe o número de créditos por tipo de disciplinas que ele deverá cumprir. Para integralizar o curso, o aluno do Curso de Licenciatura em Pedagogia deverá cumprir 220 créditos, considerando todos os componentes curriculares, assim distribuídos

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR NÚCLEO FORMATIVO

	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	DISCIPLINAS OPTATIVAS/ ELETIVAS	TOTAL
Núcleo de Estudos Básicos	42 créditos	*	630 H/R
Núcleo de Estudos Básicos da Licenciatura em Pedagogia	96 créditos***	*	1440 H/R
Núcleo de Aprofundamento	Percurso Formativo: Pesquisa e Educação** – 6 créditos Percurso Formativo: Alfabetização e Letramento** - 6 créditos		120 H/R
Núcleo Estudos Integradores	Disciplinas Obrigatórias*** 18 créditos AACC – 14 créditos Estágio – 27 créditos	*	
		Disciplina Eletiva 2 créditos	30 H/R
		Disciplinas Optativas “Livres” – 6 créditos * (A partir do 2º período)	120 H/R
TOTAL	209 CRÉDITOS	08 CRÉDITOS	217 CRÉDITOS 3.255 HORA/RELOG IO

*** As 405 horas de Práticas de Formação estão distribuídas como componentes curriculares integradas as Disciplinas: Arte Educação, Conhecimentos Metodológicos e Curriculares, Integração Curricular, Educação Inclusiva, Educação Ambiental, Educação infantil III: Linguagens da educação infantil e avaliação e Integração Curricular.

4.3 Disciplinas Obrigatórias

As disciplinas obrigatórias são consideradas imprescindíveis à formação do estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia. O estudante deverá cumprir 3.906 hora/aula, 3255 hora/relógio - 217 créditos de disciplinas obrigatórias, divididas em Núcleo de Estudos Básicos: 42 créditos, Núcleo de Estudos Fundamentais à Licenciatura em Pedagogia: 96 créditos, Núcleo de Aprofundamento: 12 créditos e Núcleo de Estudos integradores: 18 créditos; outras atividades integradoras: 49 créditos.

4.4 Disciplinas Optativas

As disciplinas optativas compõem a matriz curricular e serão dispostas no quadro de disciplinas ofertadas no semestre, pelos Departamentos, e são escolhidas pelo estudante.

A carga horária destinada a disciplinas optativas no curso será de 90 horas/relógio – 6 créditos, sendo que 60 horas- 4 créditos deverão ser cumpridos de acordo com o interesse do estudante. Entretanto elas serão ofertadas tendo como referência os percursos formativos (Alfabetização – Pesquisa e Educação) e os Tópicos Especiais em Educação.

Distribuição das disciplinas do Núcleo de Estudos Comuns às Licenciaturas

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TEÓRICA	HORAS DE PRÁTICA/ HORAS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO
1. Antropologia e Educação	4	60 H/R	***
2. Didática I	4	60 H/R	***
3. Leitura e Produção Textual I	4	60 H/R	***
4. História da Educação	4	60 H/R	***
5. História e Cultura Afro	2	30 H/R	***
6. Iniciação Filosófica	4	60 H/R	***
7. Libras	2	30 H/R	***
8. Metodologia do Trabalho Científico	2	30 H/R	***
9. Psicologia e Educação I	4	60 H/R	***
10. Políticas Públicas e Educação	4	60 H/R	***
11. Sociedade, Educação e Tecnologia I	2	30 H/R	***
12. Sociedade, educação e Tecnologia II	2	30 H/R	***
13. Sociologia da Educação	4	60 H/R	***
SUBTOTAL	42	630 H/R	***

Distribuição das disciplinas do Núcleo de Estudos Básicos-PEDAGOGIA

NÚCLEO DE ESTUDOS FUNDAMENTAIS À LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TEÓRICA	HORAS DE PRÁTICA DE FORMAÇÃO
1. Planejamento e Avaliação	4	60 H/R	***
2. Arte e Educação	2	15 H/R	15 H/R
3. Didática II	4	60 H/R	***
4. Corporeidade	2	30 H/R	***
5. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Artes I	4	45 H/R	15 H/R
6. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Artes II	2	15 H/R	15 H/R
7. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Ciências Naturais I	4	45 H/R	15 H/R
8. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Ciências Naturais II	2	15 H/R	15 H/R
9. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Educação Física I	4	45 H/R	15 H/R
10. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Educação Física II	2	15 H/R	15 H/R
11. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Geografia I	4	45 H/R	15 H/R
12. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Geografia II	2	15 H/R	15 H/R
13. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de História I	2	15 H/R	15 H/R
14. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de História II	4	45 H/R	15 H/R
15. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa I	4	45 H/R	15 H/R
16. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa II	4	45 H/R	15 H/R
17. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa III	2	15 H/R	15 H/R
18. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Matemática I	4	45 H/R	15 H/R
19. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Matemática II	4	45 H/R	15 H/R
20. Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Matemática III	2	15 H/R	15 H/R
21. Currículo e Prática Curricular: ideologia, cultura, poder e cidadania	4	60 H/R	***
22. Estudos sobre a Infância	2	30 H/R	***
23. Educação Infantil I – A constituição do campo no Brasil	4	60 H/R	***

24. Educação infantil II - Teorias, pressupostos e fundamentos legais	4	45 H/R	15 H/R
25. Educação Infantil III - Princípios norteadores e especificidades do desenvolvimento da criança pequena no espaço da educação infantil	4	45 H/R	15 H/R
26. Educação Infantil IV - Linguagens da Educação Infantil e Avaliação	4	45 H/R	15 H/R
27. Estatística	2	30 H/R	***
28. Educação de Jovens e Adultos	2	30 H/R	***
29. Formação e Profissão docente	2	30 H/R	***
30. Psicanálise e Educação	2	30 H/R	***
31. Pedagogia: aspectos históricos e teóricos-filosóficos	2	30 H/R	***
32. Pesquisa em Educação III: Seminários de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	2	30 H/R	***
SUBTOTAL	96	1140 H/R	300 H/R

Distribuição de disciplinas no núcleo de aprofundamento

NÚCLEO APROFUNDAMENTO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
PERCURSO FORMATIVO – PESQUISA E EDUCAÇÃO (OB) – 6 CRÉDITOS		
1. Pesquisa em Educação I: Métodos e epistemologias	2	30 H/R
2. Pesquisa em Educação II: Projeto de Pesquisa	4	60 H/R
PERCURSO FORMATIVO – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO (OP) – 6 CRÉDITOS		
3. Alfabetização e Letramento I	4	60 H/R
4. Alfabetização de Jovens e Adultos	2	30 H/R
SUBTOTAL	12	180 H/R

Distribuição de atividades e disciplinas no núcleo de estudos integradores

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TEÓRICA	HORAS DE PRÁTICA DE FORMAÇÃO
1. INTEGRAÇÃO CURRICULAR I: Colóquios de diversidade e direitos humanos	2	15 H/R	15 H/R
2. INTEGRAÇÃO CURRICULAR II: A escola como espaço sociocultural	2	15 H/R	15 H/R
3. INTEGRAÇÃO CURRICULAR III: Estágio, planejamento, projeto político-pedagógico e plano de aula no Ensino Fundamental	2	15 H/R	15 H/R
4. INTEGRAÇÃO CURRICULAR IV: Prática docente no processo de alfabetização e a relação professor/aluno	2	15 H/R	15 H/R

5. INTEGRAÇÃO CURRICULAR V: Especificidades da ação docente na Educação	2	15 H/R	15 H/R
6. INTEGRAÇÃO CURRICULAR VI: Tempos e espaços na Educação Infantil	2	15 H/R	15 H/R
7. INTEGRAÇÃO CURRICULAR VII: As possibilidades de investigação nos espaços educativos	2	15 H/R	15 H/R
8. Educação Ambiental	2	15 H/R	15 H/R
9. Educação Inclusiva	2	15 H/R	15 H/R
SUBTOTAL	18	135 H/R	135 H/R
OUTRAS ATIVIDADES INTEGRADORAS			
Estágio Curricular Supervisionado (OB)	27	405	
Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais – AACC (OB)	14	210	
Carga horária de Disciplinas Optativas de interesse do estudante.	6	90	
Carga Horária de Disciplina Eletiva	2	30	
SUBTOTAL	49	735 H/R	

4.5 Disciplina Eletiva

A disciplina eletiva compõe a carga horária do curso, sendo de livre escolha do estudante. Não será elencada neste Projeto Pedagógico, visto que compõe a carga horária total a ser cumprida pelo estudante conforme suas opções e escolhas. A carga horária mínima para disciplina eletiva é de 30 horas - 2 créditos, e pode ser cursada em qualquer outro curso ofertado pela Universidade, ou em cursos de outras Instituições do Ensino Superior, sendo computada na carga horária total do curso e incorporada ao histórico escolar do aluno.

5- Adaptações

Alguns aspectos precisam ser observados para cumprimento da reformulação curricular, como a mudança imediata no processo de matrícula que será feito por disciplina e não mais por bloco de disciplinas como ocorria. Destaca-se que a matrícula poderá ser reajustada conforme a mudança de ofertas de vagas averiguadas após o processo de matrícula. Após a matrícula haverá um período de ajuste, determinado pelo Colegiado de Curso, que permitirá a alteração de matrícula devido ao preenchimento das vagas das disciplinas optativas e do número mínimo de alunos

matriculados para que tais disciplinas sejam oferecidas.

Haverá a transformação de toda carga horária do curso em créditos: um crédito é equivalente a 18 horas-aula; cada hora-aula equivale a 50 minutos; ou um crédito equivale a 15 horas-relógio. A carga horária de Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais – AACC (210 horas-14créditos), Estágio Supervisionado (405 horas-27 créditos) e Práticas de Formação Docente (405 horas-27 créditos) serão convertidas em créditos, considerando apenas a referência de hora-relógio devido ao entendimento de que tais componentes não podem ser convertidos em hora-aula. Considera-se que, apesar da possibilidade de se contar com a orientação dos professores, tais atividades não se restringem apenas ao ensino e não se configuram como “aula”.

As disciplinas obrigatórias serão apresentadas com sua carga horária distribuída em cada semestre e a prioridade de matrícula é para estudantes do período correspondente. No entanto, considerando a existência de vagas, não haverá impeditivo para que outros alunos se matriculem.

As disciplinas de Integração Curricular são presenciais e integram a grade curricular regular do curso, sendo obrigatória do primeiro ao sétimo período. Essas disciplinas serão acompanhadas das atividades de Prática de Formação Docente e dos Estágios Supervisionados. É recomendável que o estudante se matricule no estágio juntamente com a disciplina de integração como a mesma temática.

A oferta das disciplinas Optativas será indicada pelo responsável a pedido e com consentimento do Colegiado de Curso, salientando que para uma disciplina optativa ser oferecida é necessário o mínimo de oito (8) vagas preenchidas.

A disciplina eletiva poderá ser cursada em outros Cursos da Unidade, em outras unidades da UEMG ou em outras IES (Instituições do Ensino Superior) devidamente reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação/CEE ou pelo Ministério da Educação/MEC sendo de livre escolha e responsabilidade do aluno.

As vagas para qualquer disciplina (com exceção das com pré-requisitos) que não forem ocupadas pelos alunos do curso regular poderão ser oferecidas aos alunos de outros cursos da Unidade Ibirité/UEMG como disciplina de enriquecimento curricular ou disciplina eletiva. Essas disciplinas poderão ser ainda oferecidas à comunidade acadêmica da UEMG como vaga de disciplina eletiva e à comunidade em geral como disciplina isolada. As vagas disponibilizadas somente poderão ser ocupadas a partir

de requerimento preenchido pelo aluno, avaliado e deferido pelo professor e referendado pelo Colegiado do Curso de Licenciatura de Pedagogia/UEMG.

5.1 Flexibilização curricular

A proposta de matrícula por disciplina proporciona ao estudante a opção de indicar as disciplinas que deseja cursar em cada semestre. Assim, a Matriz Curricular opera apenas como sugestão de percurso formativo. O graduando poderá cursar mais disciplinas que a indicação da Matriz e poderá, inclusive, matricular-se em disciplinas de período posteriores, desde que se observe os pré-requisitos e disponibilidade de vaga.

Durante as discussões nas reuniões da Comissão de reforma, percebeu-se que, embora se saiba da importância de elaboração de uma proposta flexível, para este primeiro momento de reconfiguração curricular, não se conseguiu assegurar a flexibilização desejada. Necessita-se sintonizar o curso em uma lógica de trajetórias curriculares mais flexíveis, ampliando a carga horária das disciplinas optativas e de oferta semipresencial, questões a serem consideradas posteriormente pelos órgãos colegiados da Unidade Acadêmica e pelo Núcleo Docente Estruturante, propondo adequações para atendimento das demandas docentes e discentes ainda não contempladas neste Projeto.

Entretanto, mesmo que a flexibilização almejada não tenha sido amplamente alcançada, esta proposta já apresenta alterações significativas de flexibilização e integração curricular. Exemplo disso é que a Matriz Curricular propõe dois percursos formativos Pesquisa e Educação; Alfabetização e Letramento, cabendo ao estudante optar por aprofundamento em um dos percursos ou, optando por tempo maior de curso, integralizar os dois percursos formativos. Além dos créditos de disciplinas optativas vinculadas aos percursos formativos, o estudante contará com carga horária para cumprimento de disciplinas optativas “livres”, ou seja, independente do núcleo ou percurso ao qual esteja vinculado. Também se compreende como flexível a carga horária destinada à disciplina eletiva que deverá ser cursada fora da graduação de origem.

A proposta é que haja flexibilidade para que cada estudante construa sua própria formação, delineando diferentes percursos para graduandos de uma mesma turma. Para tanto é importante que o aluno conheça o Projeto Político do Curso, de forma

que consiga visualizar suas possibilidades de percurso conforme o número de créditos mínimos e de disciplinas que deverá cumprir, atentando para o máximo de aproveitamento do tempo disponibilizado para integralização total do curso que lhe é disponibilizado.

Outro aspecto importante é a particularidade da Unidade Acadêmica de Ibirité, que possui seus cinco cursos de graduação voltados para a formação de professores, sendo a flexibilização importante para que os alunos possam transitar pelos cursos. A proposta de um Núcleo de Estudos Fundamentais para a Licenciatura de Pedagogia da Unidade permitirá que os estudantes tenham maior flexibilização no processo de matrícula por disciplina, podendo optar por cursar as disciplinas obrigatórias do Núcleo em diferentes cursos da Unidade, o que ampliará possibilidades de horários e de vivências aos licenciandos.

Para promover integração entre os cursos, o discente poderá matricular-se nas disciplinas do Núcleo Básico em qualquer curso da Unidade, considerando a oferta de vagas do curso pretendido e a compatibilidade de carga horária e ementa.

Nos Fóruns e Assembleias realizadas com os estudantes, apontou-se para a necessidade de se possibilitar a interdisciplinaridade dos conhecimentos durante o curso superior. É imprescindível que se considere que a interdisciplinaridade é um aspecto fundamental para o trabalho do Pedagogo, tanto na docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, quanto na coordenação de processos educativos escolares e não-escolares.

Nesse sentido, propôs-se disciplinas de Integração Curricular do primeiro ao sétimo período, visando a integração entre componentes curriculares semestrais. Tais disciplinas contarão com aulas compartilhadas de professores de diferentes áreas. A cada semestre a disciplina terá um enfoque que dialogará com as discussões do período vigente, possibilitando debates e interlocuções entre o campo de estágio e as vivências das práticas formativas nos diferentes componentes curriculares do curso.

Ainda é preciso ressaltar que a oferta de disciplinas optativas, ocorrerá semestralmente, respeitando o quadro de disciplinas disponíveis por período.

6- Organização da oferta semipresencial e/ou a distância

As disciplinas Metodologia do Trabalho Científico II, Leitura e Produção Textual II e Fundamentos de Educação à distância, e outras, poderão ser ofertadas, caso seja acordado entre o colegiado do curso e os professores responsáveis pelas disciplinas, em modalidades semipresencial e/ou à distância, respeitando o limite de carga horária possível de ser ofertado nessa modalidade, em conformidade com a legislação vigente. O ambiente virtual de aprendizagem que será utilizado é o MOODLE. E os materiais didáticos e os objetos de aprendizagem serão confeccionados pelos professores responsáveis pelas disciplinas. Ressalta-se a importância do auxílio de alunos bolsistas e um corpo de técnicos para auxiliarem os professores na elaboração dos materiais e objetos de aprendizagem.

A oferta se dá conforme PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância -EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. oferta de disciplinas e será submetida e aprovada pelo Colegiado do curso.

7- Estágio curricular supervisionado

O estágio curricular supervisionado encontra-se regulamentado de acordo com documento nos apêndices do PPC.

8 - Prática de Formação Docente - PFD

A prática de formação como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo se difere do estágio supervisionado. O Parecer CNE/CES nº 15/2005 corrobora com essa compreensão ao afirmar que (...) *a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência.*

Neste sentido, orientando-se e pelo parecer supracitado, as atividades caracterizadas como componente curricular serão desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Pedagogia como parte de disciplinas e como atividades formativas em outros ambientes, além da Universidade.

As atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional possibilitam aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

As Práticas de Formação Docente compreendem um total de 27 créditos/405 horas/486 horas-aula a serem cumpridas ao longo do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Podem ser cumpridas: participação em projetos educativos dentro do campo da formação docente; atividades interdisciplinares distribuídas ao longo do curso; participação em oficinas e/ou cursos de capacitação; projetos de pesquisa e participação de monitoria, participação de aluno como bolsista, estagiário ou voluntário, em projetos de ensino, pesquisa e extensão e orientados por professores da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité.

As 405 horas/relógio - 27 créditos de Práticas de Formação estão distribuídas como componentes curriculares integradas às disciplinas: Arte Educação, Conhecimentos Metodológicos e Curriculares, Educação Inclusiva, Educação Ambiental, Educação Infantil II: Teorias, pressupostos e fundamentos legais; Educação Infantil IV: Linguagens da educação infantil e avaliação e Integração Curricular.

O cumprimento da carga horária das Práticas de Formação Docente é de responsabilidade do estudante e constitui componente obrigatório para a formação do licenciado em Pedagogia. Sua orientação está vinculada às disciplinas descritas neste projeto, entretanto o registro das atividades de práticas de formação será atribuição do Núcleo de Integração e Práticas - NIP.

9- Atividades Acadêmico Científico e Culturais – AACC/NIP

As Atividades Acadêmico Científico Culturais/AACC são atividades complementares que devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, dentro e fora do ambiente acadêmico. Compreendem 14 créditos/210 horas e podem ser inclusas: atividades de extensão, prática de estudos, atividades extraclasse e/ou interdisciplinares. Devem considerar as relações acadêmicas, científicas, as diferentes manifestações e expressões culturais e artísticas e inovações tecnológicas.

Trabalho de conclusão de curso – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um dos requisitos obrigatórios para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia e é considerado uma construção acadêmica de iniciação científica que resultará em uma produção na modalidade de monografia ou artigo, em conformidade com as orientações constantes no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), disponível no Apêndice 4, deste PPC.

Nesse contexto, a formação do(a) pedagogo(a) pesquisador(a) é desenvolvida ao longo do curso nos seguintes componentes curriculares, além de outros espaços formativos: inicialmente na Metodologia do Trabalho Científico, perpassando pela Pesquisa em Educação I: Métodos e Epistemologias; Pesquisa em Educação II: Projeto de Pesquisa; e Pesquisa em Educação III: Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso. Na disciplina de Pesquisa em Educação I, os(as) estudantes terão contato com as abordagens, os métodos e as técnicas de pesquisa necessários para a realização de investigações científicas e conhecerão os elementos básicos para construção de um projeto de pesquisa. Na Pesquisa em Educação II, o projeto de pesquisa deverá ser consolidado para que, na Pesquisa em Educação III, transcorra a continuidade do desenvolvimento dos estudos e da finalização do TCC, com a defesa do trabalho, por meio de banca examinadora.

O TCC será uma produção individual ou em dupla. Vale ressaltar que o tema do TCC deverá expressar uma relação com a trajetória da formação do(a) licenciando(a) em Pedagogia, bem como estar em consonância com o perfil do(a) egresso(a), com as legislações vigentes e as orientações oficiais que embasam as diretrizes curriculares do curso. Os detalhes desse componente curricular estão dispostos no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

10-Estrutura curricular

As disciplinas e demais atividades do curso apresentam a carga horária organizada dentro do sistema de créditos, em que 18 horas/aula, que correspondem a 15 horas, equivalem a 1 crédito.

1º Período									
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Hora aula	Hora relógio	Créditos	Pré-requisito
		Teórica	Prática	EaD	Formação docente				
INICIAÇÃO FILOSÓFICA	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
ARTE E EDUCAÇÃO *	OB	18	00	00	18	36	30	02	NAO
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO *	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA I	OB	18	18	00	00	36	30	02	NAO
LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL I	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
FORMAÇÃO E PROFISSÃO DOCENTE *	OB	36	00	00	00	36	30	02	NÃO
EDUCAÇÃO AMBIENTAL*	OB	18	00	00	18	36	30	02	NAO
CORPORIEDADE	OB	18	18	00	00	36	30	02	NAO
INTEGRAÇÃO CURRICULAR I: * COLÓQUIOS DE DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
SUBTOTAL		342	36	00	54	432	360	24	----
ATIVIDADES ACADÊMICO CIENTÍFICO CULTURAL -AACC	OB	---	---	---	---	72	60	04	NÃO
TOTAL		342	36	0 0	54	504	420	28	----

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: **Arte e Educação, Formação e Profissão Docente, Educação Ambiental e Sociologia da Educação** compartilham a regência na Disciplina INTEGRAÇÃO CURRICULAR I: Colóquios de Diversidade e Direitos Humanos.

2º Período									
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Hora aula	Hora relógio	Créditos	Pré-requisito
		Teórica	Prática	EaD	Formação docente				
ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO *	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO I*	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO*	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	OB	36	00	00	00	36	30	02	NÃO
EDUCAÇÃO INCLUSIVA*	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
INTEGRAÇÃO CURRICULAR II: A ESCOLA COMO ESPAÇO SOCIOCULTURAL	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
OPTATIVA I	OP	----	----	----	----	36	30	02	----
SUBTOTAL		360	00	00	36	432	360	24	----
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I: A ESCOLA COMO ESPAÇO SÓCIO-CULTURAL	OB	---	----	----	----	90	75	05	NÃO
TOTAL		360	00	00	36	522	435	29	----

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: **Antropologia e Educação, Psicologia e Educação I, Políticas Públicas e Educação e Educação Inclusiva** compartilham a regência na Disciplina **INTEGRAÇÃO CURRICULAR II: A escola como espaço sociocultural**.

3º Período									
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Hora aula	Hora relógio	Créditos	Pré-requisito
		Teórica	Prática	EaD	Formação docente				
DIDÁTICA I*	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
CMC – ENSINO DE par	OB	54	00	00	18	72	60	04	NAO
CMC – ENSINO DE ARTES I	OB	54	00	00	18	72	60	04	NÃO
ESTUDOS SOBRE A INFÂNCIA	OB	36	00	00	00	36	30	02	NAO
PSICOLOGIA, PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO	OB	36	00	00	00	36	30	02	PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
INTEGRAÇÃO CURRICULAR III: ESTÁGIO, PLANEJAMENTO, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PLANO DE AULA NO ENSINO FUNDAMENTAL.	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
LIBRAS	OB	18	18	00	00	36	30	02	NAO
OPTATIVA II	OP	----	----	----	----	36	30	02	----
SUBTOTAL		360	18	00	54	468	390	26	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II: ESTÁGIO, PLANEJAMENTO, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PLANO DE AULA NO ENSINO FUNDAMENTAL.	OB	---	----	----	----	90	75	05	NÃO
TOTAL		360	18	00	54	558	465	31	

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: **Didática I**, **CMC – Ensino de Educação Física I**, **CMC – Ensino de Artes e Planejamento e Avaliação** compartilham a regência na Disciplina **INTEGRAÇÃO CURRICULAR III: Estágio, Planejamento, Projeto Político Pedagógico e Plano de Aula no Ensino Fundamental**.

4º Período									
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Hora aula	Hor a relógio	Créditos	Pré-requisito
		Teórica	Prática	Ea D	Formação docente				
CMC – ENSINO DE MATEMÁTICA I	OB	54	00	00	18	72	60	04	NÃO
CMC – ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA II	OB	18	00	00	18	36	30	02	CMC I – ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA I
CMC – ENSINO DE ARTES II	OB	18	00	00	18	36	30	02	CMC – ENSINO DE ARTES I
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA II *	OB	18	18	00	00	36	30	02	SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA I
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO *	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
CURRÍCULO *	OB	72	00	00	00	72	60	04	NAO
INTEGRAÇÃO CURRICULAR IV: A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E SEUS EFEITOS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
SUBTOTAL		270	18	00	72	360	300	20	
ATIVIDADES ACADEMICO CIENTIFICO CULTURAL -AACC	OB	---	---	---	---	54	45	03	NÃO
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III: A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E SEUS EFEITOS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	OB	---	----	----	----	90	75	05	NÃO
TOTAL		270	18	00	72	504	420	28	

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: **CMC – Ensino de Matemática I, Sociedade, Educação e Tecnologia II, Alfabetização e Letramento e Currículo** compartilham a regência na Disciplina **INTEGRAÇÃO CURRICULAR IV: A relação professor-aluno e seus efeitos em relação ao processo de alfabetização**.

5º Período									
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Hora aula	Hora relógio	Créditos	Pré-requisito
		Teórica	Prática	EaD	Formação docente				
EDUCAÇÃO INFANTIL I: A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO NO BRASIL *	OB	72	00	00	00	72	60	04	NÃO
CMC – ENSINO DE MATEMÁTICA II	OB	54	00	00	18	72	60	04	MC – ENSINO DE MATEMÁTICA I
CMC – ENSINO DE HISTÓRIA I	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
CMC – ENSINO DE GEOGRAFIA I *	OB	54	00	00	18	72	60	04	NÃO
DIDÁTICA II *	OB	72	00	00	00	72	60	04	DIDÁTICA I
CMC – ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I *	OB	54	00	00	18	72	60	04	NÃO
INTEGRAÇÃO CURRICULAR V: ESPECIFICIDADE DA AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
SUBTOTAL		342	00	00	90	432	360	24	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV: ESPECIFICIDADE DA AÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	OB	---	----	----	----	72	60	04	NÃO
TOTAL		342	00	00	90	504	420	28	

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: Educação Infantil I, CMC – Ensino de Geografia, CMC – Ensino de Língua Portuguesa I e Didática II compartilham a regência na Disciplina INTEGRAÇÃO CURRICULAR V: Especificidade da Ação Docente na Educação Infantil.

6º Período										
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Formação docente	Hora aula	Hora relógio	Créditos	Pré-requisito
		Teórica	Prática	Ea D						
CMC – ENSINO DE MATEMÁTICA III*	OB	18	00	00	18	36	30	02	CMC - ENSINO DE MATEMÁTICA I	
CMC – ENSINO DE HISTÓRIA II *	OB	54	00	00	18	72	60	04	CMC – ENSINO DE HISTÓRIA I	
EDUCAÇÃO INFANTIL II: TEORIAS, PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS *	OB	54	00	00	18	72	60	04	NÃO	
PESQUISA EM EDUCAÇÃO I: METODOS E EPISTEMOLOGIAS	OB	36	00	00	00	36	30	02	NÃO	
CMC – ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II *	OB	54	00	00	18	72	60	04	CMC – ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	OB	36	00	00	00	36	30	02	NÃO	
INTEGRAÇÃO CURRICULAR VI: TEMPOS E ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO	
SUBTOTAL		270	00	00	90	360	300	20		
ATIVIDADES ACADEMICO CIENTIFICO CULTURAL -AACC	OB	---	---	---	---	54	45	03	NÃO	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V: TEMPOS E ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	OB	---	----	----	----	72	60	04	NÃO	
TOTAL		270	00	00	90	486	405	27		

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: CMC – Ensino de Matemática III, CMC – Ensino de História II, Educação Infantil II e CMC – Ensino de Língua Portuguesa II compartilham a regência na Disciplina INTEGRAÇÃO CURRICULAR VI: Tempos e Espaços na Educação Infantil.

7º Período									
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Hora aula	Hora relógio	Créditos	Pré-requisito
		Teórica	Prática	Ea D	Formação docente				
PESQUISA EM EDUCAÇÃO II: PROJETO DE PESQUISA	OB	54	18	00	00	72	60	04	NÃO
CMC – ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS I *	OB	54	00	00	18	72	60	04	NÃO
EDUCAÇÃO INFANTIL III: PRINCÍPIOS NORTEADORES E ESPECIFICIDADES DA CRIANÇA PEQUENA NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL *	OB	54	00	00	18	72	60	04	NÃO
CMC – ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA III *	OB	18	00	00	18	36	30	02	CMC – ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I
ESTATÍSTICA	OB	36	00	00	00	36	30	02	NÃO
CMC – ENSINO DE GEOGRAFIA II *	OB	18	00	00	18	36	30	02	CMC – ENSINO DE GEOGRAFIA I
INTEGRAÇÃO CURRICULAR VII: AS POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS.	OB	18	00	00	18	36	30	02	NÃO
SUBTOTAL		252	18	00	90	360	300	20	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO VI: AS POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS.	OB	----	----	----	----	72	60	04	NÃO
TOTAL		252	18	00	90	432	360	24	

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: CMC – Ensino de Ciências I, Educação Infantil III, CMC – Ensino de Língua Portuguesa e CMC – Ensino de Geografia II compartilham a regência na Disciplina INTEGRAÇÃO CURRICULAR VII: As possibilidades de investigação nos espaços educativos.

8º Período									
Disciplina	Tipo	Carga Horária				Hor a aul a	Hora relógi o	Crédito s	Pré-requisito
		Teóric a	Prátic a	Ea D	Formação docente				
PESQUISA EM EDUCAÇÃO III: SEMINÁRIOS DE PESQUISA E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	OB	18	18	00	00	36	30	02	METODOLOGIA: CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	OB	18	18	00	00	36	30	02	NAO
CMC – ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS II	OB	18	00	00	18	36	30	02	CMC – ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS I
EDUCAÇÃO INFANTIL IV: LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AVALIAÇÃO	OB	54	00	00	18	72	60	04	EDUCAÇÃO INFANTIL I
PEDAGOGIA: aspectos históricos e teóricos-filosóficos	OB	36	00	00	00	36	30	02	NÃO
HISTÓRIA E CULTURA AFRO	OB	36	00	00	00	36	30	02	NÃO
OPTATIVA III	OP	---	----	----	----	36	30	02	NÃO
ELETIVA	EL	---	----	----	----	36	30	02	NAO
SUBTOTAL		180	36	00	36	324	270	18	
ATIVIDADES ACADÊMICO CIENTÍFICO CULTURAL - AACC	OB	---	---	---	---	72	60	04	NÃO
TOTAL		180	36	00	36	396	330	22	

Os docentes responsáveis pelas Disciplinas: CMC – Ensino de Ciências I, Educação Infantil IV, CMC – Ensino de Língua Portuguesa e CMC – Ensino de Geografia II compartilham a regência na Disciplina INTEGRAÇÃO CURRICULAR VII: As possibilidades de investigação nos espaços educativos.

Disciplinas optativas						
Disciplina	Carga Horária			Hora aula	Hora relógio	Créditos
	Teórica	Prática	E a D			
TÓPICOS ESPECIAIS: fundamentos da Educação						
Filosofia da Educação	36	00	00	36	30	02
Temas específicos em Filosofia	36	00	00	36	30	02
História do Brasil	36	00	00	36	30	02
Leitura e Produção Textual II (a distância)	36	00	00	36	30	02
TÓPICOS ESPECIAIS: questões contemporâneas da Educação						
Antropologia da Criança	36	00	00	36	30	02
Educação e Relações de Gênero: reflexões sobre ciência, currículo, tecnologia e trabalho na sociedade contemporânea.	36	00	00	36	30	02
Creche: especificidades da criança de 0 a 3 anos	36	00	00	36	30	02
Fundamentos e Educação à Distância (à distância)	00	00	72	72	60	04
Temas específicos questões contemporâneas da educação	36	00	00	36	30	02
Temas especiais em tecnologia e Educação	36	00	00	36	30	02
TÓPICOS ESPECIAIS: Pesquisa em Educação						
Pesquisas históricas em educação no Brasil: Helena Antipoff e os estudos ecológicos.	36	00	00	36	30	02
Metodologia do trabalho científico II (à distância)	00	00	36	36	30	02
Temas específicos em Pesquisa em educação	36	00	00	36	30	02
TÓPICOS ESPECIAIS: Alfabetização						
Representações sociais e Língua Portuguesa, alfabetização e Inclusão: desafios teórico-metodológicos	36	00	00	36	30	02
Temas específicos em alfabetização	36	00	00	36	30	02

Resumo da carga horária			
Componentes curriculares	Hora aula	Hora relógio	Créditos
Disciplinas Obrigatórias	2.502	2.085	139
Disciplinas Optativas	108	90	06
Disciplinas Eletivas	36	30	02
Estágio Curricular Supervisionado - ECS	486	405	27
Atividades Acadêmico Científico Cultural - AACC	252	210	14
Práticas de Formação Docente - PFD	522	435	29
Total	3.906	3.255	217

11-Ementário

Alfabetização e letramento

EMENTA

História da alfabetização e a evolução da escrita. A leitura e a escrita na alfabetização. Indissociabilidade dos conceitos de alfabetização e letramento. Dimensões da alfabetização e a apropriação da linguagem escrita. Pressupostos teórico-epistemológicos, escolhas metodológicas e concepções de alfabetização na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Abordagens da linguística, da psicologia, da psicolinguística e da sociolinguística para a alfabetização. Consciência fonológica.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Marlene. **Guia Prático do Alfabetizador**. 1ª ed. – São Paulo: Ática, 2010.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Trad.: Diana Myrian Lichtenstein; Liana de Marco; Mario Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

Bibliografia Complementar

MORAIS, Arthur Gomes. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SMOLKA, Ana L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Campinas. Cortez, 1999.

TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana (orgs.). Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. São Paulo: Ática, 2008.

DALLA ZEN, Maria Isabel H.; XAVIER, Maria Luiza M. Alfabeletrar: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Mediação, 2010.

ROCHA, Gladys; VAL, Maria da Graça Costa. (orgs.). Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG, 2003.

Alfabetização de Jovens e Adultos

EMENTA

Concepções e abordagens da educação de jovens e adultos no Brasil; Políticas públicas de EJA. Necessidades de aprendizagens dos educandos. Formação do educador de EJA. Contribuições de Paulo Freire; Educação popular no Brasil – anos 60/70; final do séc. XX e início do séc. XXI. Paulo Freire, alfabetização e suas relações com o alfabetismo / letramento. Alfabetização e Letramento de jovens e adultos. Propostas de alfabetização para jovens e adultos na perspectiva do letramento. Currículo para a EJA. Juventude e educação de jovens e adultos. Políticas públicas, diretrizes curriculares e propostas pedagógicas para esta modalidade de educação.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, Masagão, Vera. Educação de jovens e adultos, novos leitores, novas leituras. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB: Ação Educativa, 2001.

KLEIMAN, Ângela B. SIGNORINI, Inês (org.) O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Cadernos EJA 1 a 6: Trabalhando com a educação de jovens e adultos – Alunas e alunos de EJA. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

SOARES, Leôncio José Gomes (org.) Aprendendo com a diferença – estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, José dos Santos & SALES, Sandra Regina (Orgs.). Educação de jovens e adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora e EDUR, 2011.

UNESCO. Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2008.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular; a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. 4ª. ed. revista. Brasília: Liber Livro, 2008.

Antropologia e Educação

EMENTA

O campo da Antropologia no interior das ciências sociais e humanas – sua especificidade. Estudo de conceitos fundamentais à disciplina, como: cultura, alteridade, diversidade, etnocentrismo e relativismo cultural. A Antropologia e a Educação: a escola como instituição sociocultural. Preconceito e discriminação no contexto escolar.

Bibliografia Básica

LARAIA, R.B. **Cultura – um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2000.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História**. In: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**. In: Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e Tempos de Alunos e Mestres**. Belo Horizonte: Vozes, 2004.

BRANDÃO, C.R. **A Educação como Cultura**. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico** In: Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre Educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989. LÉVI-STRAUSS, C. “Raça e História”. In: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

TASSINARI, Antonella. **“A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira”**. Ilha: Revista de Antropologia. UFSC, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/viewFile/16328/14871>>.

Arte e Educação

EMENTA

Breve estudo histórico da arte no contexto escolar brasileiro. Abordagens e especificidades do componente curricular Arte anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas). A potencialidade artística do professor e o conhecimento em arte em diferentes linguagens, espaços e recursos técnicos e tecnológicos.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos; COUTINHO, Rejane Galvão (Org.). **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: UNESP, 2009.

MARTINS, Miriam Celeste et. al. **Didática do Ensino de Arte - a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Tópicos utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

DE CAMILLIS, Lourdes Stamato. **Criação e docência em arte**. 1ª ed. Araraquara: JM Editora, 2002.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Arte na educação escolar**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Marcos Villela. **A estética da professoralidade**: Um estudo interdisciplinar sobre a subjetividade do professor. Rio Grande do Sul: Editora UFSM, 2013. (Tese)

Planejamento e Avaliação

EMENTA

Planejamento Educacional: concepções e pressupostos. O planejamento na instituição escolar: construção e implementação do projeto pedagógico, planos de curso e planos de aula. Conceitos e sentidos da avaliação educacional. Os processos avaliativos na prática pedagógica e suas relações com os sujeitos, concepções, instrumentos e perspectivas. As políticas de avaliação no Brasil.

Bibliografia Básica

ESTEBAN, Maria Teresa do Valle; AFONSO, Almerindo Janela (Org.). **Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação**. São Paulo: Cortez, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré- escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino- aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar

GANDIM, Danilo et al. **Temas para um projeto pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4º ed. São Paulo: Artmed, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Artes I

EMENTA

Breve estudo histórico das origens da arte brasileira: arte ocidental, arte africana e arte indígena. Arte modernista e contemporânea no Brasil, as expressões artísticas e o diálogo com as tecnologias digitais. Espaços e processos de formação do professor, criação e vivências estéticas no vasto campo das artes visuais: seus elementos, especificidades e abordagens. Elaboração e análise de propostas pedagógicas de artes visuais (planejamento, observação, registro e avaliação) para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas).

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Arte/Educação Contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

LAGROU, Els. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

WILLETT, Frank. **Arte africana**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2017.

Bibliografia Complementar

ARGAN, G. C. **Arte Moderna: do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BUORO, Anamélia Bueno. **Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte**. São Paulo: Educ/Fapesp/Cortez, 2002.

COLL, César; TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo Arte: conteúdos essenciais para o ensino fundamental**. São Paulo: editora Ática, 2002.

RICHTER, Ivone Mendes. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais**. São Paulo: Mercado de Letras Ed., 2008.

SANT'ANA, Cláudio Aparecido. **Arte e cultura**. São Paulo: Erica, 2014.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Artes II

EMENTA

Corpo, movimento e expressão no teatro, na dança, na música e na performance artística. Potencialidades e experiências em artes da cena como componente curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas). Vivências em artes da cena e os espaços de formação do professor. Elaboração e análise de propostas pedagógicas de teatro, dança, música e performance artística para Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental (planejamento, observação, registro e avaliação).

Bibliografia Básica

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**: propostas para formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

NANNI, Dionisia. **Dança educação**: pré-escola à universidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. **Metodologia do ensino de teatro**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

Bibliografia Complementar

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. 3. ed. São Paulo: Global, 2002.

COLL, César; TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo Arte**: conteúdos essenciais para o ensino fundamental. São Paulo: editora Ática, 2002.

PAVIS, Patrice. **A análise dos espetáculos**: teatro, mímica, dança, dança - teatro, cinema. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SPOLIN, Viola. **Jogos teatrais para a sala de aula**: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FONTEERRADA, Marisa. **De tramas e fios**: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Unesp, 2008.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Ciências Naturais I

EMENTA

A História do ensino de Ciências Naturais segundo os documentos oficiais. Conceitos e conteúdos fundamentais para o ensino das ciências Naturais. Saberes atuais das Ciências Naturais. Estratégias didáticas para o ensino de Ciências Naturais. Ensino de Ciência por investigação. O ensino de Ciências Naturais no processo de alfabetização.

Bibliografia Básica

ARANTES, Valéria Amorim; BIZZO, Nélio. **Ensino de ciências**. São Paulo: Summus Editorial, 2013.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensino de ciências por investigação**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

WARD, H.; RODEN, J.; HEWLETT, C.; FOREMAN, J. **Ensino de Ciências**. 2. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Tecnologias digitais na prática pedagógica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

HARLAN, J.D.; RIVKIN, M.S. **Ciências na Educação Infantil**: uma abordagem integrada. 7ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

SILVA, Carla Martins da; PUHL, Cassiano Scott; MÜLLER, Thaísa Jacintho. **Ensino de Ciências da Natureza e de Matemática**: Contribuições Teóricas e Pedagógicas das Tecnologias Digitais. Porto Alegre: Editora EdiPUC-RS, 2020.

SOARES, Cristine. **Metodologias ativas uma nova experiência de aprendizagem**. 1. São Paulo: Cortez, 2020.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Ciências Naturais II

EMENTA

Discussão crítica dos documentos oficiais com o foco nas Ciências Naturais. Análise do livro didático de Ciências Naturais. Alfabetização Científica nos anos iniciais e na Educação Infantil. Avaliação no Ensino de Ciências nos Anos Iniciais e na Educação Infantil.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensino de ciências por investigação**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2021.

VEZZANI, Renata de Macedo. **Alfabetização científica e letramento científico**. São Paulo: Platos Soluções Educacionais, 2021.

Bibliografia Complementar

BACARIN, Lígia Maria Bueno Pereira. **Metodologias ativas**. Curitiba: Contentus, 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

CARVALHO, Marília Pinto (ORG.). **Avaliação escolar, gênero e raça**. Campinas: Papirus Editora 2013.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HARLAN, J.D.; RIVKIN, M.S. **Ciências na Educação Infantil: uma abordagem integrada**. 7ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Educação Física I

EMENTA

Panorama histórico e concepções atuais da educação física escolar. Abordagens pedagógicas da educação física escolar: psicomotricidade, desenvolvimentista, construtivista-interacionista, saúde renovada, cultural, abordagens críticas e educação física escolar como cultural corporal de movimento. Discussão crítica dos documentos oficiais acerca da educação física escolar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da educação física**. Cadernos Cedes: Campinas, ano XIX, nº 48, ago, 1999.

SOARES, Carmen Lucia (et al). **Metodologia do ensino de educação física: coletivo de autores**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012.

DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene. **Educação Física na escola: implicações para prática pedagógica**. 2.ed. - [reimpr.]. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2017.

Bibliografia Complementar

AYOUB, Eliane. **Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil**. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, Suplemento 4, p.53-60, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

CAPARROZ, Francisco. **Entre a educação física da escola e a educação física na escola: A educação física como componente curricular**. 3 ed. Vitória: Ufes, Centro de Educação Física e Desportos, 2007.

DAOLIO, J. A **Educação Física escolar como prática cultural: Tensões e riscos**. Pensar a Prática 8/2: 215-226, Jul./Dez. 2005.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Educação Física II

EMENTA

A organização da educação física escolar – tempos, espaços e práticas. Elementos da cultura corporal de movimento: jogos e brincadeiras, danças, esportes, lutas e ginásticas. Educação Física, saúde e qualidade de vida: aspectos físicos, psíquicos, sócio econômicos, culturais e ambientais da saúde humana.

Bibliografia Básica

SOARES, Carmen Lucia (et al). **Metodologia do ensino de educação física:** coletivo de autores. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012.

DARIDO, Suraya; RANGEL, Irene. **Educação Física na escola:** implicações para prática pedagógica. 2.ed. - [reimpr.]. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2017.

VALLA, Victor. **Educação e Saúde.** Rio de Janeiro; DP&A; 2000.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Temas Transversais-Saúde.** Brasília,1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

CAPARROZ, Francisco. **Entre a educação física da escola e a educação física na escola:** A educação física como componente curricular. 3 ed. Vitória: Ufes, Centro de Educação Física e Desportos, 2007.

NAHAS, Marcus. **Atividade física, saúde e qualidade de vida.**3 ed. Londrina: Midiograf, 2003.

SCLIAR; Moacyr. **História do Conceito de Saúde.** Physis: Revista Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.17, p.29-41, 2007.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Geografia I

EMENTA

A evolução da natureza e a formação histórica do espaço geográfico brasileiro. A relação sociedade natureza e a produção do espaço brasileiro. A construção dos conceitos de espaço e tempo e relações sociais. Conteúdos de Geografia para os anos Iniciais do Ensino Fundamental e para Educação Infantil. A Base Nacional Comum curricular (BNCC) e os Parâmetros da qualidade na Educação Infantil.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimento**. São Paulo: Papirus, 2015.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). **Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Para onde vai o ensino de Geografia?** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

CASTROGIOVANI, Antonio Carlos (org.) e outros. **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

DAMIANI, A.L. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, A.F.A. (org.) e outros. **Geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 2003.

VESENTINI, J.W. Educação e ensino de geografia: instrumentos de dominação e/ou libertação. In: CARLOS, A.F.A. (org.) e outros. **Geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 2003.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Geografia II

EMENTA

Estudo da cartografia enquanto representação de fenômenos espaciais e como linguagem no desenvolvimento das habilidades operatórias no processo de formação dos conceitos geográficos. Conteúdos da cartografia escolar para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Fundamentos éticos, normativos e psicossociais da prática de docência de Geografia no Ensino Médio. Aprendizagem de Geografia na EJA a partir da problematização e contextualização.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 2015.

RESENDE, Márcia Spyer. **A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino**. São Paulo: Loyola, 1986.

VESENTINI, José William (org.) **Geografia e ensino: textos críticos**. Campinas: Papyrus, 1989.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

CASTRO, Iná E. CORREA, Ribeiro. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: BCD União de Editores S. A., 2003.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 2007.

SCHÄFFER, N.O. A cidade nas aulas de geografia. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SIMIELLI, M.E.R. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, A.F.A. (org.) e outros. **Geografia na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 2003.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de História I

EMENTA

A História como ciência e a relação entre a História acadêmica e escolar. Historiografia contemporânea, as correntes historiográficas e suas implicações no ensino. História da disciplina: o ensino de História do início da República aos dias atuais. Sujeitos e temporalidades no ensino de História. Ensinar História para crianças, desafios metodológicos e sua contribuição aos processos de alfabetização e letramento. Fontes históricas e seu uso em sala de aula.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org). **O saber histórico na sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2015

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e ensino de história**. São Paulo: Autêntica, 2013.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar

FERMIANO, Maria Belintane; SANTOS, Adriane Santarosa dos. **Ensino de História para o Fundamental 1: teoria e prática**. Editora Contexto, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 13. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de história: entre saberes e práticas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2010.

PINSKY, Jaime. (Org). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de História II

EMENTA

Reflexão sobre o estado atual do ensino de História no Brasil. O ensino de História nas atuais propostas curriculares. Os conteúdos históricos nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise crítica e reflexiva dos livros didáticos de História. História e o uso didático da tecnologia. Análise de linguagens, materiais e métodos de trabalho com conteúdo de História. Produção de material didático para o ensino de História.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org). **O saber histórico na sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GUIMARÃES, Selva (org.). **Ensino de história e cidadania**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2022.

SILVA, Marcos; SILVA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

Bibliografia Complementar

BARROS, José d'Assunção. **História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira da. **Ensino de história: itinerário histórico e orientações práticas**. Editora Intersaberes, 2017.

FONTOURA JUNIOR, Antonio Jose. **Recursos audiovisuais nas aulas de história**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa I

EMENTA

Contextualização histórica do ensino de Língua Portuguesa e língua brasileira. Concepções de língua, linguagem e discurso no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Diversidade linguística e ensino da língua, na escola. **O significado de linguagem**. Os jogos de linguagem. A Intertextualidade. O papel da oralidade e da escrita. A relação entre oralidade e escrita no ensino da língua. A leitura na escola. A produção de textos orais e escritos, na escola. Diretrizes metodológicas para ensino da língua. Letramento (s) escolar.

Bibliografia Básica

BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

KAUFMAN, Ana María; RODRÍGUEZ, María Helena. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARINHO, Marildes. **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013.

COSTA, Iara Bemquerer; FOLTRAN, Maria José. **A tessitura da escrita**. São Paulo: Contexto, 2013.

FAYOL, Michel. **Aquisição da escrita**. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani (org.) **Letramento, escrita e leitura**. Campinas:SP. Mercado das Letras, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **A produção social da escrita**. Trad.: André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa II

EMENTA

Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua Portuguesa nos documentos norteadores. Conteúdos básicos nas/das diretrizes oficiais para o ensino da Língua Portuguesa. Bases metodológicas para o ensino da Língua Portuguesa. **Expressão oral e escrita: da compreensão à produção de textos.** A linguagem escrita como produção social e como objeto de ensino e de aprendizagem. Didáticas discursivas no ensino da leitura, da escrita, vocabulário e gramática. Formas avaliativas da aprendizagem da escrita e da leitura. Planejamento de atividades. Análise de livros didáticos de Língua Portuguesa. Fundamentos da leitura, escrita, reflexão sobre a língua e oralidade. Letramento acadêmico.

Bibliografia Básica

CALKINS, Lucy McCormick. **A arte de ensinar a escrever: o desenvolvimento do discurso escrito.** Trad.: Deise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: teoria e prática.** Campinas: Martins Fontes, 2012.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura.** Campinas: Pontes Editores, 2012.

Bibliografia Complementar

LACERDA, Mitsi Pinheiro de. **A escrita inscrita na formação docente.** Alvanize Valente Fernandes Ferenc. (Org.). Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

PAULINO, G.; WALTY, I.; FONSECA, M. N.; CURY, M. Z. **Tipos de textos, modos de leitura.** Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

SOLÉ, Isabel; SCHILLING, Cláudia. **Estratégias de leitura.** 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do Letramento no desenvolvimento, na etnografia, na educação.** Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TFOUNI, Leda Verdiani (org.) **Letramento, escrita e leitura.** Campinas: SP. Mercado das Letras, 2010.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Língua Portuguesa III

EMENTA

Gêneros textuais e esferas de circulação. Produção de textos escritos. O texto na sala de aula. **O texto como unidade básica de comunicação e de interação.** Estratégias de correção e revisão de textos. Estratégias de leitura. Ortografia. A especificidade do texto literário. O letramento literário. Gêneros literários. Literatura infantil. Folclore, memória e identidades culturais na literatura infantil. Multiletramentos. Textos multimodais.

Bibliografia Básica

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: **Gostosura e Bobices**. Edit. Scipione 2ª Ed. São Paulo 1991.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. Literatura Infantil Brasileira: **História e Histórias**. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 2004.

SOUZA, Regina Célia; BORGES, Maria Fernanda S. Tognozzi (orgs.) **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 6ª Ed. 1999.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005

Bibliografia Complementar

ETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**: Paz e Terra, 16 ed. Rio de Janeiro: 2002.

CORSO, Mário; CORSO, Diana Lichtebein. **Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil! Abertura para a formação de uma nova mentalidade**. In: _____ Literatura Infantil: teoria-análise-didática. São Paulo: Moderna, 2000 CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura Infantil: Teoria e prática. 18 ed. São Paulo: Ática, 1999

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 49 ed. São Paulo: Cortez, 2008

ZILBERMANN, R.; LAJOLO, M. **Literatura infantil brasileira**. História & histórias. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, V. M. T. **Literatura infanto-juvenil: seis autores, seis estudos**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

SILVA, V. M. T.; MELO, A. M. L.; TURCHI, M. Z. **Literatura infanto-juvenil: prosa & poesia**. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

SILVA, V. M. T.; TURCHI, M. Z. (Org.). **Literatura infanto-juvenil: leituras críticas**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

SILVA, V. M. T. (Org.). **Nas malhas da rede narrativa**. Estudos sobre Lygia Bojunga Nunes. Goiânia: Cãnone Editorial, 2002

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Matemática I

EMENTA

Estuda os pressupostos teórico-epistemológicos subjacentes a prática de ensino de matemática. Alfabetização matemática/ numeramento. Construção do número. Sistema decimal. Operações básicas. Estuda a resolução de problemas no contexto escolar e nos vários contextos culturais. Estratégias de resolução de problemas. Estuda materiais didáticos auxiliares ao ensino da matemática e produção de materiais didáticos.

Bibliografia Básica

KAMII, Constance. **Criança pequenas reinventam a aritmética: implicações da teoria de Piaget**. Porto alegre: Artmed, 2002.

SMOLE, Kátia; DINIZ, Maria Ignez. **Ler, escrever e resolver problemas**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. **Didática da matemática: como dois e dois: a construção da matemática**. São Paulo: FTD, 1997.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Jogos na alfabetização matemática**. Brasília: MEC, SEB. 2014.

CENTURIÓN, Marília. **Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações**. São Paulo: Scipione, 1998.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Campinas: Papyrus, 1985.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da resolução de problemas de matemática**. São Paulo: Ática, 1990.

LOPES, C. E.; NACARATO, A. (Orgs.). **Educação matemática, leitura e escrita: armadilhas, utopias e realidade**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Matemática II

EMENTA

Percepção espacial. Geometrias topológica, projetiva e euclidiana. Geometria plana e espacial. Desenvolvimento do pensamento geométrico. O uso didático da tecnologia. Tratamento da Informação: leitura, interpretação e organização de dados e informações em tabelas, gráficos, diagramas. Introdução de noções de estatística, análise combinatória e de probabilidade. Estuda materiais didáticos auxiliares ao ensino da matemática e produção de materiais didáticos referentes à geometria e tratamento da informação.

Bibliografia Básica

TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. **Didática da matemática: como dois e dois: a construção da matemática.** São Paulo: FTD, 1997.

LINDQUIST, Mary Montgomery. SHULTE, Alberto P. **Aprendendo e ensinando geometria.** São Paulo: Atual, 1994.

SALVADOR, César Coll, TEBEROSKY, Ana. A. **Aprendendo matemática: conteúdos essenciais para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série.** São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

FONSECA, Maria da Conceição F. R., et al. **O ensino de geometria na escola fundamental : três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais /** Maria da Conceição F. R. Fonseca et al. – 3. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2011.

FONSECA, Maria da Conceição F. R & DAVIS, Maria M. M. S. Luzes e sombras: objetivos, possibilidades e limites do ensino de Geometria nas séries iniciais do Ensino Fundamental. **Cadernos Ensino**, Belo Horizonte, n. 2, p. 35 –55, outubro, 1995.

SMOLE, Kátia C S.; DINIZ, Maria I. S V.; CÂNDIDO, Patrícia. **Figuras e formas: matemática de 0 a 6. V.3 – 2 ed. Rev –** Porto Alegre: Penso, 2014.

WALLE, John A. Van. **Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula; tradução: Paulo Henrique Colonese. – 6. ed. –** Porto Alegre: Penso, 2009.

Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Matemática III

EMENTA

Estuda grandezas e medidas: medidas de área, volume, capacidade, comprimento e massa. Estuda números racionais, representações, equivalências e operações. Estuda materiais didáticos auxiliares ao ensino da matemática e produção de materiais didáticos.

Bibliografia Básica

TOLEDO, Marília; TOLEDO, Mauro. **Didática da matemática**: como dois e dois: a construção da matemática. São Paulo: FTD, 1997.

SALVADOR, César Coll; TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo matemática**: conteúdos essenciais para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Grandezas e medidas. Brasília: MEC, SEB, 2014.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Pró-letramento**: programa de formação continuada de professores anos/séries iniciais do ensino fundamental: matemática. ed. rev e ampl. Brasília: MEC/SEB/SEED, 2008.

CENTURIÓN, Marília. **Conteúdo e metodologia da matemática**: números e operações. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: EC/CONSED/UNDIME, 2018.

RAMOS, Luzia Faraco. **Frações sem mistérios**. 19. ed. São Paulo: Ática, 2018.

WALLE, John A. Van. **Matemática no ensino fundamental**: formação de professores e aplicação em sala de aula; tradução: Paulo Henrique Colonese. – 6. ed. – Porto Alegre: Penso, 2009.

Corporeidade

EMENTA

Discussões sobre o processo histórico e cultural de representações sobre o corpo. Análises sobre corporeidade como aspecto da Formação Humana e sua relação com a Educação formal e não formal. Vivência de experiências corporais como reflexão da própria corporeidade, e como possibilidade de aplicação no ambiente escolar.

Bibliografia Básica

ARROYO, M. Silva, M. R. (orgs) **Corpo Infância**: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, M.A.S. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. Campinas: Papyrus, 1994.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar

DAOLIO, J. A. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papyrus, 1994.

COUTINHO, A. M. S. O corpo de bebê como lugar do verbo. In: ARROYO, M. SILVA, M. R. (orgs). **Corpo Infância**: exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G.L. et al. **Corpo, Gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. **Corpo, escola, identidade**. Educação e realidade. Porto Alegre, N. 25, Vol.2, jul/dez 2000. p. 59-76.

SOARES, C.L. **Corpo e História**. Campinas: Autores associados. 2001.

Currículo e Prática Curricular: Ideologia, Cultura, Poder e Cidadania

EMENTA

Bases históricas, sociológicas, epistemológicas do currículo escolar. Teorias do Currículo, Programas e currículos escolares. Currículo e prática curricular: ideologia, cultura, poder e cidadania. O currículo na Educação Básica. Planejamento, execução e avaliação do currículo escolar. Propostas curriculares vigentes para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e Ensino Médio, envolvendo, entre outras, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

Bibliografia Básica

LOPES, Alice C. ; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.s). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu de. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Bibliografia Complementar

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuitas, 2013.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Pesquisas sobre currículos e culturas: temas, embates, problemas e possibilidades**. Curitiba: CRV, 2010.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio B. (orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

Didática I

EMENTA

A trajetória histórica da didática e suas relações com o surgimento da forma escolar moderna. As teorias pedagógicas, suas concepções e pressupostos. O ensino como prática social complexa, que transforma dialeticamente os sujeitos e se efetiva em contextos sociais, culturais, institucionais, espaciais, etc.

Bibliografia Básica

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). **Didática: questões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Forma & Ação, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério – 2º grau. Série Formação do professor).

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A didática em questão**. 18º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DALBEN, Ângela; DINIZ-PEREIRA, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores, trabalho docente**. (Coleção Didática e Prática de Ensino). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1989.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática teórica – didática prática; para além do confronto**. São Paulo: Loyola, 1989.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: EDUCA, 2009.

Didática II

EMENTA

A função social da escola, particularmente a pública, e suas relações com o trabalho docente, entendido como trabalho intelectual. As implicações da cultura, das condições de existência da escola e das condições da profissionalidade docente no cotidiano escolar. A profissão docente e seu comprometimento com a formação humana emancipatória. Sala de aula, lócus privilegiado da atividade de ensinar e aprender.

Bibliografia Básica

DALBEN, Ângela; DINIZ-PEREIRA, Júlio; LEAL, Leiva; SANTOS, Lucíola (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores, trabalho docente.** (Coleção Didática e Prática de Ensino). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Didática – embates contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). **Lições de Didática.** Campinas: Papyrus, 2006.

Bibliografia Complementar

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A didática em questão.** 18º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Magistério – 2º grau. Série Formação do professor).

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa: EDUCA, 2009.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática teórica – didática prática; para além do confronto.** São Paulo: Loyola, 1989.

VEIGA, Ilma Passos Alecastro (Coord.). **Repensando a Didática.** 20ª ed. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2003.

Educação Ambiental

EMENTA

A constituição histórica da crise ambiental. Educação ambiental: marcos históricos e legais. Movimentos socioambientais e diversidade biocultural. Correntes do ambientalismo. Perspectivas epistemológicas da Educação Ambiental. Metodologias e práticas em Educação Ambiental em espaços formais e não formais.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Editora Cortez, 6 edição, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 4 edição, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8ed. Ed. GAIA, 2003.

Bibliografia Complementar

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Vozes/PNUMA, 2001.

BRASIL, Ministério do meio ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do meio ambiente, 2004. Disponível em <https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/livro_ieab.pdf>.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Editora Contexto, 2009.

SOUSA SANTOS, B. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Vol. 4. Editora Record, 2005.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Gaia, 2003

Educação Inclusiva

EMENTA

Fundamentos históricos da educação especial no Brasil; concepções dos aspectos legais da inclusão educacional atual. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Princípios e fundamentos da educação inclusiva; Aspectos necessários para promover acessibilidade e a inclusão escolar.

Bibliografia Básica

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades, superdotação e talentos.** Brasília: MEC/SEE-SP, 1995. 51p.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações.** Petrópolis: Vozes, 2007. 175 p. (Educação inclusiva) ISBN 9788532634320

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. 175 p. ISBN 858706388X

GOFFMAN, E. (1975) **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar.

Lima, Priscila Augusta. (1957) **Educação inclusiva e igualdade social-** são Paulo: avercamp, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

Bibliografia Complementar

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações.** Petrópolis: Vozes, 2007. 175 p. (Educação inclusiva) ISBN 9788532634320

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. 175 p. ISBN 858706388X

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas.** Brasília: SEED, 2007. 60 p. ISBN 9788560331192

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 229 p. ISBN 9788532630223

GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. 210 p. (Questões atuais em educação especial; 6) ISBN 9788575773949

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997. 110p. (Cadernos de autoria) ISBN 8587063227

Educação Infantil I: A constituição do campo no Brasil

EMENTA

Trajetória da Educação Infantil no Brasil; o Departamento Nacional da criança, o Movimento de luta pró creche; os espaços da Educação Infantil: a creche e a Pré escola; Políticas públicas e financiamento da educação Infantil; finalidades, funções sociais e organização da Educação Infantil; formação docente e as especificidades da educação Infantil.

Bibliografia Básica

KRAMER, Sônia. **A Política de Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Zilma. **Educação infantil: muitos olhares**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MICARELLO, Hilda. Formação de professores da Educação infantil: puxando o fio da história. In: ROCHA, E; KRAMER, S.(orgs). **Educação infantil: enfoques em diálogo**. 3ed. Campinas; Papirus, 2011.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Lucymary Bernabé Pedrosa. Educação Infantil: na trilha do direito. In: **Educação Infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DIAS, Regina. Luta, movimento, creches: a história da conquista de direito. In: SILVA, Isa. **Creches comunitárias histórias e cotidiano**. Belo Horizonte, AMEPPE, 1997.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental**. Educação e Sociedade: Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

SILVA, Isabel. **Educação infantil no coração da cidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

KUHLMANN JR, M Moyses. **História da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, n.14, 2000.

Educação Infantil II: Teorias, pressupostos e fundamentos legais

EMENTA

Os teóricos da Educação Infantil: Froebel, Claparede, Decroly, Montessori, Freinet, Malaguzzi; a criança como sujeito sócio, histórico, cultural; A Educação Infantil e os documentos legais (CF, LDB, DCNEI); parâmetros da qualidade na Educação Infantil, Plano Nacional de Educação

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Brasília; MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

Bibliografia Complementar

ABRAMOWICZ, Anete (org.) **Estudos da Infância no Brasil – encontros e memórias**. São Carlos: Edufscar, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

KRAMER, Sonia; ROCHA, Eloisa Candal (org.). **Educação infantil: enfoques em diálogo**. Campinas: Papyrus, 2022.

OLIVEIRA- FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morshida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.) **Pedagogia (s) da Infância- Dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre: Armed, 2007.

VIEIRA, Lívia Fraga; BAPTISTA, Mônica Correia. **Educação infantil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

Educação Infantil III: Princípios norteadores e especificidades do desenvolvimento da criança pequena no espaço da educação infantil

EMENTA

Princípios Norteadores: educar e cuidar; a construção da identidade e da autonomia; o brincar; organização do espaço e do tempo. Concepções de aprendizagem e desenvolvimento infantil; Currículo na Educação Infantil.

Bibliografia Básica

MOYLES, Janet. **Fundamentos da Educação Infantil – enfrentando o desafio**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de. **Educação infantil – fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força – Rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na Educação Infantil**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2001.

DAHLBERG, G; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SALES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. Belo Horizonte: Ática, 2012.

Educação Infantil IV : Linguagens da Educação Infantil e Avaliação

EMENTA

As diversas linguagens da Educação Infantil: oral, escrita, matemática, plástica, visual, musical, movimento, natureza, sociedade; a avaliação na Educação infantil: observação, registro, instrumentos.

Bibliografia Básica

SALES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. Belo Horizonte: Ática, 2012.

ROCHA, Eloisa A. C; KRAMER, Sônia. **Educação Infantil- enfoques em diálogo**. Campinas: Papyrus, 2013.

BASSEDAS, Eulalia; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria das Graças Souza. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERREIRA, Maria Clotilde R. et alii (orgs). **Fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortes, 2002.

KRAMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina (orgs.); **Educação infantil: formação e responsabilidade**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2022.

KRAMER, Sônia et alii. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil**. São Paulo: Ática, 1990.

WEFFORT, M.F. **A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Educação de Jovens e Adultos

EMENTA

Percurso sócio histórico e político da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Perfil dos alunos da modalidade de ensino EJA. Políticas públicas, diretrizes curriculares para esta modalidade de educação.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, PAULO. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HADDAD, Sérgio DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, N14 p.108-130. 2000.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Educação de Jovens e Adultos, novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB: Ação Educativa, 2001.

KLEIMAN, Ângela B. SIGNORINI, Inês (Org.) **O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOARES, Leônicio José Gomes (Org) **Aprendendo com a diferença – estudos e pesquisa em educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

SOARES, Magda B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Estatística

EMENTA

O método científico e a metodologia estatística. Noções de planejamento de experimentos e técnicas de amostragem. Tipos de variáveis aleatórias. Medidas de tendência central e medidas de variabilidade. Construção e interpretação de tabelas. Distribuição de frequências. Construção e interpretação de gráficos (barra, coluna, linha, pizza e histograma). Avaliação de relações entre variáveis. Identificação, análise e interpretação desses métodos estatísticos em artigos científicos e documentos da área.

Bibliografia Básica

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de Estatística**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada às ciências Humanas**. São Paulo: Editora Harbra, 1987.

Bibliografia Complementar

DORIA FILHO, U. **Introdução à bioestatística: para simples mortais**. São Paulo: Elsevier, 1999. Reimpressão.

FARIAS, A.A., SOARES, J.F., CÉSAR, C.C. **Introdução a Estatística**. 2a. ed. Belo Horizonte: Ed. Guanabara, 2003.

LAPPONI J. C. **Estatística Usando Excel**. 13. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. Reimpressão.

MARCONI, M.A. e LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa**. Editora Atlas, 1996.
TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 9ª ed. Ed. LTC, 2008.

Estudos da Infância

EMENTA

Criança e infância em diferentes momentos histórico-culturais, no Brasil e no mundo; as narrativas sobre a infância – infância do campo, indígena, quilombola, urbana; infância como objeto de estudo interdisciplinar: história, sociologia, antropologia, pedagogia, filosofia; processos de socialização na sociedade atual: cidadania, trabalho, brincadeira e produção das culturas da infância.

Bibliografia Básica

ARIES, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SARMENTO, Manoel & GOUVEA, Maria Cristina (org.) **Estudos da infância**. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 97-118

Bibliografia Complementar

RIZZINI, Irma (org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República**. Rio de Janeiro: EDUSU, 2000.

DEMARTINI, Z. B. F.; FARIA, A. L. G. e PRADO, P. D. (Orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

KUHLMANN, Moisés. Et al. **500 anos da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos das crianças no ensino público primário de Belo Horizonte**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

SILVA; Aracy Lopes & MACEDO; Ana Vera & NUNES, Angela (orgs.) **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: Fapesp & Mari, 2002.

Formação e Profissão Docente

EMENTA

Constituição e representações históricas da profissão docente; trajetórias, práticas educativas e identidade profissional. O processo histórico de delimitação dos saberes docentes. A profissão, formação, atuação, lutas, conquistas e desafios dos professores na contemporaneidade. O cotidiano e a cultura escolar: influências nas práticas e ações dos sujeitos. A profissionalização enquanto competência e reconhecimento social. As identidades sócio-profissionais dos professores que atuam na Educação Infantil e Anos iniciais. Profissão Docente e relações de gênero. O desenvolvimento pessoal e profissional do professor reflexivo. As instituições e práticas de formação docente. Memórias e formação docente.

Bibliografia Básica

BUENO, Belmira Oliveira et all. (org.) **A vida e o ofício dos professores, formação continuada, autobiografia e pesquisa colaborativa.** São Paulo: Escrituras, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

TARDIF, Maurice; LEWISSARD, Claude. **Saberes Docentes e Formação profissional.** São Paulo: vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre.** São Paulo: Vozes, 2005.

BUENO, B. et al. Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores. *Psicologia USP*, n. 1/2, v. 4, 1ª USP p. 299-318, jan./dez. 1993.

BRZEZINSKI, Profissão Professores: identidade e profissionalização docente. Brasília: Ed. Plano, 2002.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Portugal: Ed. Porto, 1997.

MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória, história. Possibilidades, leituras.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

História da Educação

EMENTA

Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e da História da Educação. História da Educação no Brasil. Educação na América Portuguesa, no Brasil Imperial e na Primeira República: estudo das instituições escolares, das políticas educacionais e das práticas educativas não escolares. A modernidade republicana: o otimismo pedagógico e a Escola Nova. A educação na Era Vargas. A educação na República Populista. A Educação e o Regime Militar. As Perspectivas e os Desafios da Educação no Brasil na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Centage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e, VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **História da Educação: temas e problemas**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: Herder/Universidade de São Paulo, 1969.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

História e cultura Afro

EMENTA

Trânsitos históricos e culturais nas diásporas negras e indígenas no Brasil colonial. História e historiografia da escravidão brasileira. A construção das identidades negras e indígenas no Brasil. Expressões contemporâneas das identidades afro-brasileiras e indígenas na cultura. Discriminação e desigualdades raciais. Ações afirmativas e cotas raciais.

Bibliografia Básica

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferenças e desigualdades na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis /RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Pablo (coord.) **Fontes e reflexões para o ensino de História Indígena e Afro-brasileira**. Uma contribuição da Área de História do PIBID/FAE/UFMG. Belo Horizonte: UFMG-FAE, 2012.

Bibliografia Complementar

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo, Perspectiva, 1983.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade**. Salvador/Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Iniciação filosófica

EMENTA

Origens do pensamento ocidental: transição da cosmovisão mítica para filosofia; natureza do saber filosófico. A ideia de ciência na Antiguidade Clássica. Ciência moderna e fundamentação filosófica: racionalismo, empirismo e criticismo. Crítica da racionalidade instrumental. A educação e a dimensão ética do agir humano: teorias éticas; questões éticas atuais.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofando: introdução à filosofia**. 4. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Bibliografia Complementar

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Martins Fontes. São Paulo 1998.

DESCARTES, René. **Discurso do método; As paixões da alma; Meditações**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

REALE, Giovanna, ANTISERI, Dante. **História da filosofia: antiguidade e Idade Média**. 6ed. São Paulo: Paulus, 1990.

Integração Curricular I: Colóquios de diversidade e direitos humanos

EMENTA

Colóquios em educação. Diversidade e cotidiano escolar. Direitos Humanos e perspectivas históricas. Educação das Relações Étnico-raciais. Diversidades de gênero, sexual, religiosa e geracional. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Discussão de temáticas apresentados pelo corpo discente.

Bibliografia Básica

GATTI, B. A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental:** instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012).

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas:** combatendo as desigualdades sociais. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2010.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2008 Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004.

VIANA, Ana Cristina Aguilár. **Direitos humanos:** aspectos históricos, conceituais e conjunturais. Curitiba: Contentus, 2020.

Integração Curricular II: A escola como espaço sociocultural

EMENTA

Orientação de estágio; Reflexões sobre as vivências das práticas de formação. A escola como espaço sociocultural. Discussão de temáticas apresentados pelo corpo discente.

Bibliografia Básica

GATTI, B.A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental:** instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e Direitos Humanos:** Construindo escolas promotoras da igualdade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice.; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (org.). **Família e escola:** trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2008.

Integração Curricular III: Estágio, planejamento, projeto político-pedagógico e plano de aula no ensino fundamental

EMENTA

Orientação de estágio. Reflexões sobre as vivências das práticas de formação. Discussão de temáticas apresentados pelo corpo discente.

Bibliografia Básica

GATTI, B.A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental:** instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. **Formação de professores S/A:** Tentativas de privatização da preparação de docentes da educação básica no mundo. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2018.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2000

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs.). **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. 17ª edição. Campinas: Papyrus Editora, 2011.

Integração Curricular IV: Prática docente no processo de alfabetização: a relação professor-aluno

EMENTA

Orientação de estágio. Reflexões sobre as vivências das práticas de formação. Discussão de temáticas apresentados pelo corpo discente.

Bibliografia Básica

GATTI, B.A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental:** instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

ARROYO, Miguel González. **Imagens quebradas:** trajetórias e tempos de alunos e mestres. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MOSÉ, Viviane (org.). **A escola e os desafios contemporâneos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2000

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência.** São Paulo: Cortez, 2008.

Integração Curricular V: Especificidades da ação docente na Educação Infantil

EMENTA

O planejamento das ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos. Orientação de estágio; Reflexões sobre as vivências das práticas de formação. Discussão de temáticas apresentados pelo corpo discente.

Bibliografia Básica

GATTI, B.A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental:** instituições formadoras e seus currículos; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

MACHADO, M^a Lúcia de A. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

KRAMER, S. (Org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação.** 2. imp. São Paulo: Ática, 2010.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2000.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J; KISHIMOTO, T. M. **Formação em contexto: uma estratégia de integração.** São Paulo: Thomson, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2008.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

Integração Curricular VI: Tempos e espaços na Educação Infantil

EMENTA

Tempo e espaço como estruturadores da aprendizagem na Educação Infantil; Organização dos tempos e espaços nos contextos da educação Infantil; Orientação de estágio; Reflexões sobre as vivências das práticas de formação. Discussão de temáticas apresentados pelo corpo discente.

Bibliografia Básica

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Eloisa Acires Candal; KRAMER, Sonia (Orgs.). **Educação infantil: enfoques em diálogo.** 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2013.

Bibliografia Complementar

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2008.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Os fazeres na Educação Infantil.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

THIAGO, L. P. S. Espaço que dê espaço. In: OSTETTO, L. E. (Org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios.** Campinas: Papyrus, 2006.

Integração Curricular VII: As possibilidades de investigação nos espaços educativos

EMENTA

Orientação de estágio; Reflexões sobre as vivências das práticas de formação. A escola como espaço sociocultural. Discussão de temáticas apresentados pelo corpo discente.

Bibliografia Básica

GATTI, B.A. et al. **Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos**; relatório de pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2000

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MOSÉ, Viviane (org.). **A escola e os desafios contemporâneos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

Leitura e Produção Textual I

EMENTA

Língua como atividade social: relação entre oralidade e escrita, variação e norma, gêneros e tipos textuais. A formação do leitor: estratégias e processos associados à leitura. A produção textual: coesão, coerência, elementos da textualidade e aspectos gramaticais. O processo de autoria e a escrita no espaço acadêmico.

Bibliografia Básica

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FARACO, Carlos. A. & TEZZA. C. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 2001.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Bibliografia Complementar

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2004.

MACHADO, Ana Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

MACHADO, Ana Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

Leitura e Produção Textual II

EMENTA

A escrita na esfera acadêmica: leitura, interpretação, planejamento e produção de gêneros discursivos típicos desse espaço.

Bibliografia Básica

FARACO, Carlos. A. & TEZZA. C. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Ana Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

MACHADO, Ana Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

Bibliografia Complementar

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2005.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Libras

EMENTA

O Contexto histórico da LIBRAS no cenário nacional; o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial da comunidade surda, como comunicação e expressão. O percurso histórico educacional, social e legislativo; organização linguística da LIBRAS para usos formais e informais: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico. Noções básicas de escrita de sinais; O currículo na educação de surdos. Propostas de ensino para educação de surdos, com didática e dinâmica na aula com surdos. Materiais adaptados ensino da língua de sinais com atividades práticas e teóricas. Identidade e cultura surda.

Bibliografia Básica

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos?** Ideologia e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autentica 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artemed, 2004.

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em Sinais de Libras.** Rio de Janeiro; Reivinter, 2004.

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F. C; Raphael, W. D. In: **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de sinais brasileira.** São Paulo: Edusp, vol. I e II.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto: Curso Básico.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1988. PIMENTA, N. QUADROS, R. M. **Curso de LIBRAS 1– Iniciante.** 3 ed. Porto Alegre: Pallotti, 2008.

GESUELI, Z.; KAUCHAKJES, S.; Silva I. **Cidadania, surdez e linguagem, desafios e realidades.** São Paulo; Plexus, 2003.

QUADROS, Ronice Muller de; Karnopp, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira; estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

Metodologia do Trabalho Científico

EMENTA

Tipos de conhecimentos. Introdução ao conhecimento científico: história e desenvolvimento das ciências. Fundamentos da Investigação Científica: métodos e técnicas de pesquisa. Organização e Técnicas de Estudo. A redação Acadêmica: aplicação das Normas ABNT para trabalhos científicos.

Bibliografia Básica

FRANÇA, J. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9.ed.. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Reimpressão 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na era da Informática**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Pesquisa em Educação I: Métodos e epistemologias

EMENTA

Abordagens teóricas de pesquisa. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Métodos das ciências sociais. Técnicas de pesquisa em ciências sociais. Estrutura e elaboração do projeto de pesquisa. Artigo, fichamento, resumo, resenha. Comunicações científicas. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica – teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2004.

OILIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo : Editora Pioneira, 2000.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Editora Plano, 2002.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

BAUER, Martin, GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOGDAN, Robert e BILKEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

Pesquisa em Educação II: Projeto de Pesquisa

EMENTA

Consolidação do projeto de pesquisa. Referencial teórico. Instrumentos de coleta de dados. Análise de dados de pesquisa. Estruturação da monografia. Artigo, fichamento, resumo e resenha. Comunicações científicas. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica

BABEI, E. **Métodos de pesquisa survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GAMBOA, Silvio Sanchez (org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GATTI, Bernadete. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Editora Plano, 2002. 86p.

GATTI, Bernadete. Estudos quantitativos em educação: **Educação e Pesquisa**, v.30, n.1, jan./abr. 2004, p.11-30.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações**. 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Pesquisa em Educação III: Seminários de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso

EMENTA

Trabalho monográfico caracterizado como trabalho acadêmico de iniciação científica e de relevância para a formação inicial de futuros docentes para a pesquisa, Indissociabilidade entre ensino e pesquisa no contexto do ensino superior. Proporciona o acompanhamento dos discentes no final da pesquisa e a mediação entre discente e orientador. Organiza o Seminário de Apresentação Pública das Pesquisas realizadas.

Bibliografia Básica

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ZAGO, Nadir, CARVALHO, Marília Pinto de, VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DPA, 2003, p. 33-48.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações**. 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Pedagogia: aspectos históricos e teórico-filosóficos

EMENTA

Aspectos teórico-filosóficos da educação e da pedagogia. Trajetória da Pedagogia e do Curso de Pedagogia no Brasil. Percursos e dilemas da formação do Pedagogo. Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN do curso de Pedagogia. Identidade do pedagogo: abordagens históricas e contemporâneas. As multidimensões de atuação do pedagogo. Formação de professores para a educação básica e o Curso de Pedagogia: a tensão entre instituído e instituinte.

Bibliografia Básica

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: ed. da Unesp, 1999.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas: Papyrus, 2003. (Coleção Entre Nós Professores).

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **A Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Bibliografia Complementar

ROUSSEAU, J. **Emílio ou da educação**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. Campinas: Papyrus, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

LIBÂNEO. José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

Políticas Públicas e Educação

EMENTA

Concepções teóricas de Estado e Governo. Democracia e Cidadania; conceitos. Direitos civis, políticos e sociais, em diferentes Constituições Brasileiras. Estado-Nação e políticas sociais: do Estado do Bem-Estar Social ao Estado Neoliberal e Pós-Neoliberal. Contexto político social do Brasil contemporâneo. Política educacional no Brasil e educação do cidadão. Organização do sistema de ensino brasileiro. Legislação da Educação Básica. Democratização do ensino. Ação política e processos de organização das demandas sociais. Gestão das instituições

Bibliografia Básica

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. Ministério da Educação e Cultura, 2005.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Ministério da Educação e Cultura, 1996.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta T. S.; MARQUES, Eduardo Cesar. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007. 397p. : il. ISBN 9788575411247

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Elisa Bartolozzi. Políticas Educativas no Brasil no tempo de crise. In: FERREIRA, Elisa Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila A. (orgs) **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 253-270.

HOFLING, Heloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES [online]. 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41. ISSN 1678-7110. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-2622001000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

LUIZ, Lindomar Teixeira. **A origem e a evolução da cidadania**. Colloquium Humanarum, v. 4, n.1, Jun. 2007, p. 91-104. Disponível em:
<<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewFile/226/607>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PORTO, Lorena Vasconcelos; DELAGADO, Mauricio Godinho (Org.). **O estado de bem-estar social no século XXI**. São Paulo: LTr, 2007. 200 p. ISBN 9788536109879.

Psicologia e Educação I

EMENTA

O nascimento da Psicologia como ciência e a diversidade teórica das escolas psicológicas. Teorias do desenvolvimento e aprendizagem, suas implicações e problematizações na Educação: o Comportamentalismo, o Construtivismo, a Teoria Sócio histórica e a Psicanálise. Diálogos da Psicologia com as práticas educativas atuais operadas nos espaços formais e informais de Educação, envolvendo a atividade docente, as relações ensino-aprendizagem, a interação professor-aluno e os temas transversais.

Bibliografia Básica

COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. Volume 2. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

CÓRIA-SABINI, M. A. **Fundamentos de Psicologia Educacional**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GOULART, I. B. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

COLL, C. **O Construtivismo em sala de aula**. São Paulo: Ática, 1996.

COUTINHO, M. T. C.; MOREIRA, M. **Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1999.

DAVIDOFF, L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: McGraw – Hill, 1983.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHULTZ, Duane P. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

Psicologia, Psicanálise e Educação

EMENTA

As articulações entre os campos da Psicanálise e da educação. A impossibilidade da Educação. O desejo de saber. A sexualidade infantil e a curiosidade intelectual. A sublimação. A transferência na relação professor-aluno.

Bibliografia Básica

MILLOT, Catherine. **Freud Antipedagogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editoras, 2001

COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação escolar**. Volume 2. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

CÓRIA-SABINI, M. A. **Fundamentos de Psicologia Educacional**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GOULART, I. B. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. (9ªed.). Petrópolis: Vozes, 2002.

Bibliografia Complementar

CORDIÉ, Amy. **Os Atrasados não existem: psicanálise de Crianças com Fracasso Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GUTIERRA, Beatriz C. Cruz. **Adolescência, psicanálise e educação: o mestre "possível de adolescentes**. Editora Avercamp, 2003.

JERUSALINKY, Alfredo. **Psicanálise e Desenvolvimento Infantil: um enfoque transdisciplinar**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **Infância e Ilusão (Psico) Pedagógica: escritos de psicanálise e educação**. Belo horizonte: Autêntica, 1998.

LOPES, Eliane marta Teixeira (org) **A Psicanálise escuta a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Sociedade, Educação e Tecnologia I

EMENTA

A informação e o conhecimento na estruturação e organização da sociedade contemporânea. Tecnologia como processo de transformação cultural e social. Abordagens metodológicas e epistemológicas na Educação mediada pelas Tecnologias Digitais. Educação e Tecnologia: saberes, práticas, habilidades. Fontes de informação na internet, produção e difusão do conhecimento. Avaliação e qualidade das fontes de informação na internet.

Bibliografia Básica

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1 v.

TOMAÉL, Maria Inês. **Fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL, 2008. 176 p.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. **Produção científica e produção/reprodução capitalista no atual contexto latino-americano**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 55, p. 14-33, mar. 2014. Disponível em:
<<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. São Paulo: Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

LEVÍ, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993. 206 p.

LOCATEL, Celso Donizete. AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. **Espaço, Tecnologia e Globalização**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011. Cap. 6, 7, 8. Disponível em:
<http://www.sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/pdf/geografia/Esp_Tec_Livro_WEB.pdf>. Acesso em: 26 set. 2013.

Sociedade, Educação e Tecnologia II

EMENTA

Tecnologias digitais e as novas configurações do processo de ensino e aprendizagem na educação escolar. Competências, habilidades e uso das Tecnologias Digitais para o aprimoramento da prática docente. Mediação digital e informacional. Cultura digital e escola.

Bibliografia Básica

BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastià. **Computadores em sala de aula: métodos e uso**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MAIA, Ari Fernando; Zuin, Antônio Álvaro Soares; Lastória; Luiz Antônio Calmon Nabuco (org.). **Teoria Crítica da Cultura Digital: Aspectos educacionais e psicológicos**. São Paulo: Nankin Editora, 2015.

MORAN, José M.; Masetto, Marcos T.; Behrens, Marilda A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2013.

Bibliografia Complementar

FEITOSA, Sammya Tajra. **Informática na educação: professor na atualidade**. São Paulo: Érica, 2011.

PAIS, Luiz Carlos. Apresentação. In:_____. **Educação escolar e as tecnologias da informática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PALFREY, J.; GASSER, U. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SHARIFF, S. **Cyberbullying: questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VALLE, Luiza E. L. Ribeiro do; Mattos, Maria J. V. Marinho de; Costa, José Wilson da. **Educação Digital: a Tecnologia a favor da Inclusão**. Porto Alegre: Penso, 2013.

Sociologia da Educação

EMENTA

O desenvolvimento do campo científico da sociologia. A contribuição dos autores clássicos para a interpretação da sociedade: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Neoliberalismo e Globalização. A Sociologia da Educação: teorias clássicas e teorias críticas.

Bibliografia Básica

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre Educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Bibliografia Complementar

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, Vozes, 1995.

BOURDIEU, Pierre. “**Condição de classe e posição de classe**”. In: AGUIAR, Neuma. Hierarquia em classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 51-76.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SÁNCHEZ, Antonio Hernández. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.

TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.); **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

11- Optativas

Conforme descrito anteriormente, as Disciplinas Optativas compõem a matriz curricular e serão dispostas no quadro de ofertada a cada semestre.

As Disciplinas Optativas estão organizadas como Tópicos Especiais (TE) e visam proporcionar oportunidades de aprofundamentos de estudos ligados as temáticas da área educacional. Sua oferta será flexível como o objetivo de possibilitar adaptação aos percursos formativos discentes, às linhas de pesquisa e projetos do Corpo Docente do curso.

O Departamento e o Colegiado de Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG/Unidade Ibirité terão autonomia para flexibilizar a oferta dos Tópicos Especiais (TE), bem como a ênfase de cada tópico de acordo com as demandas do período. Os Tópicos Especiais estão divididos da seguinte maneira:

- ☐ TÓPICOS ESPECIAIS: fundamentos da Educação
- ☐ TÓPICOS ESPECIAIS: questões contemporâneas da Educação
- ☐ TÓPICOS ESPECIAIS: Pesquisa em Educação
- ☐ TÓPICOS ESPECIAIS: Alfabetização
- ☐ TÓPICOS ESPECIAIS: trabalho, educação e cultura

As Disciplinas Optativas serão distribuídas nos tópicos relacionados anteriormente, e disponibilizarão vagas para matrícula isolada de alunos de outros cursos da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG e para demais membros da comunidade acadêmica.

11.1- Ementário – Disciplinas Optativas

Antropologia da criança

EMENTA

Apresentação do campo de pesquisa e metodologia da abordagem antropológica da criança. Noções sociais de infância. A criança e sua agência na produção de relações e sentidos sobre o mundo.

Bibliografia Básica

COHN, Clarice. “Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil” In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, maio-ago. 2013. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/15478/10826>>

IRES, Flávia. “Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica”. *Revista de Antropologia*. v. 50, n. 1., 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100006&lng=en&nrm=iso>.

TASSINARI, Antonella. “Concepções indígenas de infância no Brasil”. *Tellus. Núcleo de Estudos e Pesquisas das populações Indígenas – NEPPI*, Campo Grande: UCDB, ano 7, n. 13, 2007, 11-25.

Bibliografia Complementar

BEGNAMI, Patrícia. “As crianças como interlocutoras das pesquisas antropológicas”. In: *II Seminário de grupos de pesquisa sobre crianças e infâncias*. Rio de Janeiro, 2010.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.
FIORAVANTI, Raphael H. “**Voluntários do coração**”: **uma abordagem antropológica sobre o trabalho voluntário no Hospital Pequeno Príncipe**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 2006.

GREGORI, María Filomena. **Viração. Experiências de meninos de rua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MIRAGLIA, Paula. “**Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude**”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 72, p. 79-98, jul. 2005.

Creche: especificidades da criança de 0 a 3 anos

EMENTA

A criança de 0 a 3 anos e suas especificidades. O cotidiano da creche. Visão geral da ação pedagógica desenvolvida nas creches. A educação dos bebês na vida cotidiana das instituições.

Bibliografia Básica

BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susana (org). **Manual de Educação Infantil - de 0 a 3 anos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.

ROSSETI-FERREIRA, Clotilde (org). **Os fazeres na educação Infantil**. São Paulo, Cortez, 2007

FOCHI, Paulo. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário?** Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

Bibliografia Complementar

MOYLES, Janet. **Fundamentos da Educação Infantil: enfrentando o desafio**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FARIA, Ana Lúcia G.; MELLO, Suely Amaral. (Orgs.) **Linguagens Infantis: outras formas de leitura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GOLDSCHMIED, Elionor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. São Paulo: JM, 2004.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella & cols.. **Bambini: A abordagem italiana à educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002

Educação e Relações de Gênero: reflexões sobre ciência, currículo, tecnologia e trabalho na sociedade contemporânea

EMENTA

Diversidade no contexto da escolarização formal. Relações de gênero. Currículo e relações de gênero. História da tecnologia e suas configurações atuais. História do trabalho. Tipos de trabalho. Trabalho e educação. Trabalho, técnica e tecnologia. Trabalho e ciência. Divisão sexual do trabalho.

Bibliografia Básica

QUIRINO, Raquel. **Relações de trabalho, educação e gênero**. Belo Horizonte: Paco Editorial, 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Antônia Vitória S.; CUNHA, Deisy Moreira; LAUDARES, João Bosco (Org.s). **Diálogos sobre trabalho**: perspectivas multidisciplinares. Campinas: Papyrus, 2005.

HIRATA, Helena *et al.* (Org.s). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

LOURO, Guacira L; FELIPE, Jone; GOELLNER, Silvana V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORO, Claudia Cristiane. **A questão de gênero no ensino de ciências**. Chapecó: Argos, 2001.

SOUZA, Márcio Ferreira (Org.). **Desigualdades de gênero no Brasil**: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

Filosofia da Educação

EMENTA

As relações entre filosofia e educação no pensamento filosófico ocidental. Concepções pedagógicas e de formação do ser humano em autores clássicos da filosofia. Os conceitos de educação, autonomia e esclarecimento.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2013.

KANT, Immanuel; MENDELSSOHN, Moses; KANT, Immanuel; HAMANN, Johann Georg; WIELAND, Christoph Martin; RIEM, A.; HERDER, Johann Gottfried; LESSING, Gotthold Ephraim; ERHARD, Johann Benjamin; SCHILLER,. **O que é esclarecimento?**. 1.ed. Rio de Janeiro: Via Verita, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emilio, ou, Da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia Complementar

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Fundamentos da Educação a Distância (a distância)

EMENTA

Educação a Distância: Historicidade e Legislação. Didática do Ensino a Distância. A Universidade Virtual: Ambientes Informatizados de Aprendizagem. Telepresença: Interações, Interfaces e Mediação Pedagógica. Objetos de Aprendizagem e Modelagem de Cursos a Distância. Tecnologias Digitais e Educação Inclusiva.

Bibliografia Básica

COOL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da educação a distância virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FILATRO, Andréa. **Design instrucional contextualizado**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

PETER, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS. 2006.

Bibliografia Complementar

FILATRO, Andréa. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2008.

RAIÇA, Darcy (org). **Tecnologias para a educação inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008.

SILVA, Marco (org). **Educação a distância on-line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2006.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Qartet, 2006.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas ao governo**. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

História do Brasil

EMENTA

Introdução ao estudo da constituição da História como campo de conhecimento, ao longo dos séculos XIX e XX, e como campo profissional na contemporaneidade. Breves reflexões sobre fontes e métodos de pesquisa em História. Estudo da formação da sociedade brasileira, entendendo esse processo como inserido no contexto de formação e desenvolvimento do capitalismo, desde fins do século XV até a contemporaneidade, com ênfase nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. A fase colonial, a conquista do território e a imposição da ordem. O período monárquico: a direção Saquarema, a Guerra do Paraguai e a Abolição da Escravatura. A instauração do regime republicano, ideais e contestações. A República Oligárquica e os movimentos insurgentes: Canudos, Revolta dos Marinheiros, Coluna Prestes. 1930 e a antesala do Brasil Moderno. A Ditadura de Vargas e a redemocratização. O Populismo e a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985. A Nova República e os movimentos sociais: negros, indígenas, sem terra. Estudo das diferentes interpretações sobre a cultura brasileira e as disputas sociais no processo de construção da identidade nacional.

Bibliografia Básica

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SCHWARCZ, Lilia M., STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Bibliografia Complementar

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SCHWARCZ, Lilia M., GARCIA, Lucia. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos**. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos: o povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995.

Leitura e Produção Textual II (a distância)

EMENTA

A Escrita Na Esfera Acadêmica: Leitura, Interpretação, Planejamento E Produção De Gêneros Discursivos Típicos Desse Espaço.

Bibliografia Básica

FARACO, Carlos. A. & TEZZA. C. **Prática de texto para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, Ana Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

MACHADO, Ana Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. **Resenha**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009.

Bibliografia Complementar

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 2004. KOCH, Ingedore Villaça. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2005.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

Metodologia do Trabalho Científico II (a distância)

EMENTA

A pesquisa social e a pesquisa em educação. O trabalho acadêmico. Pesquisa Qualitativa e Quantitativa em educação: especificidades e métodos. A prática de documentação pessoal: fichamento. Modalidades textuais: resumos, resenhas, sínteses, artigo, ensaio, monografia, documentário. Normatização técnica e formatação de trabalhos acadêmicos e científicos. Elaboração do projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOGDAN, Robert e BILKEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

DENZIN, Norman K, LINCOLN, Yvonna S (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, Bookman, 2006.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Editora Plano, 2002.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

Pesquisas históricas em educação no Brasil: Helena Antipoff e os estudos escolológicos

EMENTA

As contribuições da psicologia para a educação no Brasil. Apropriações da Escola Ativa na educação brasileira e a rede de colaboradores de Helena Antipoff. O social no processo de inclusão e expansão da educação primária na primeira metade do século XX em Minas Gerais. Escolologia: estudos sobre a organização das escolas e do atendimento à criança nas escolas mineiras. O complexo educacional da Fazenda do Rosário como laboratório de experiências práticas de psicologia e educação.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Marilene Oliveira. **O ENSINO DE ARTE EM MINAS GERAIS (1940-1960):** diálogos e colaborações entre a arte e a educação nova, 2013. 226 f. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CAMPOS, Regina H.F. (2012). **Helena Antipoff (1892-1974):** uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes/Biblioteca Nacional. (Coleção Memória do Saber CNPq).

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **HELENA ANTIPOFF (1892-1974) E A PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO.** 2010. 269 f. Tese (Professor Titular do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Therezinha. Diálogos entre teoria e prática na formação de professores – a experiência de Helena Antipoff. In: NASSIF, Lílian; NUNES, Maria Therezinha (Orgs.) **Formação de professores: diálogos com a experiência antipoffiana.** Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2008, p. 95-124.

BORGES, Adriana Araújo Pereira. **Entre tratar e educar os excepcionais:** Helena Antipoff e a Psicologia na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932-1942). (Dissertação) Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2014.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas; ASSIS, Raquel Martins de; LORENÇO, Érika. Lourenço Filho: A escola Nova e a Psicologia. In: LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da Escola Nova:** bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 14. Ed., Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 15-53

LOURENÇO, Érika. Os ideais e interesses das crianças mineiras de 1929 a 2009: os 80 anos de trajetória de uma perspectiva proposta por Helena Antipoff. In: SANTIAGO, Ana Lydia; CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Educação de crianças e jovens na contemporaneidade:** pesquisas sobre sintomas na escola e subjetividade. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p.19 – 26.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola Nova: A invenção de tempos, espaços e sujeitos. In: In: PEIXOTO, Ana Maria CASASANTA; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). **LIÇÕES DE MINAS: 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da educação de Minas Gerais, 2000. p.49-65

Representações sociais e Língua Portuguesa, alfabetização e Inclusão: desafios teórico-metodológicos

EMENTA

Representações sociais sobre alfabetização e inclusão. Prática de ensino da Língua Portuguesa na perspectiva da inclusão. Os usos sociais da escrita e a educação inclusiva no Brasil. A pessoa com deficiência motora frente ao processo de alfabetização. A alfabetização da pessoa com deficiência intelectual. Estratégias de ensino da pessoa cega e com baixa visão. A alfabetização da pessoa surda: desafios e possibilidades. O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais.

Bibliografia Básica

ARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita De Cássia Reckziegel. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2001

Bibliografia Complementar

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio – Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil**. Giz editorial, 2008.

JUNKES, Amélia de Oliveira. **Formação de professores e condições de atuação em educação especial**. Florianópolis: Insular, 2006.

OLIVEIRA, Marinalva Silva. **Pensamento e linguagem em crianças com síndrome de Down: um estudo de caso da concepção das professoras**. Ciências & Cognição, 15 (2), 216-227, 2010.

PIRES, G.N. L; MELO, F. R. L. V. (orgs.). **Inclusão compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 2006.

REILY, Lúcia Helena. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. Papyrus editora, 2004.

Tópicos específicos da educação: temas específicos e questões contemporâneas

EMENTA

Disciplina de conteúdo variado que visa discutir temas específicos da contemporaneidade: inclusão escolar, gênero, currículo, trabalho, culturas e filósofos da educação.

Bibliografia Básica

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Bibliografia Complementar

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Tópicos específicos em Pesquisa em Educação

EMENTA

Disciplina de conteúdo variado que visa discutir temas específicos da pesquisa no campo educacional tais como: investigações históricas, etnográficas, educação comparada, violência escolar e ecopedagogia.

Bibliografia Básica

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Bibliografia Complementar

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Tópicos específicos em Alfabetização

EMENTA

Disciplina de conteúdo variado que visa discutir temas específicos de alfabetização e letramento como: alfabetização política, alfabetização científica, alfabetização cartográfica, alfabetização em ambientes digitais, teóricos da alfabetização.

Bibliografia Básica

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Bibliografia Complementar

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Temas especiais em Tecnologia e Educação

EMENTA

Discussão e problematização de temas atuais e relevantes relacionados a temática tecnologia e educação.

Bibliografia Básica

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

Bibliografia Complementar

As referências irão variar de acordo com o tema abordado.

12- Metodologia de ensino

A elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso de Graduação ocorreu através de processos democráticos e coletivos entre os docentes, tais ações evidenciam utilizando que as concepções do coletivo de professores do Curso de Pedagogia estão pautadas em metodologias participativas. Este aspecto deve ser ressaltado para embasar as proposições das práticas de ensino desenvolvidas no curso.

As metodologias de ensino propostas se orientarão pelos objetivos de cada disciplina, que é responsável por acompanhar, orientar, acolher discussões e propor reflexões sobre seus fundamentos e o campo de atuação do professor. E deverão ser descritas no Plano de Curso enviado semestralmente ao Departamento a qual se vincula a disciplina.

As metodologias de ensino contarão com atividades: de extensão e pesquisa; trabalhos em grupo; aula expositiva e dialogada; aulas práticas; dinâmicas; discussões; debates, estudo de caso; fórum; produção e estudo de textos; seminários e produção de artigo, metodologia da problematização/aprendizagem baseada em questões/problemas (partindo da realidade, do estudo de casos/problemas); pesquisa como princípio educativo; aulas semipresenciais com suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e da Educação à Distância (EaD); uso da Plataforma Moodle.

O docente precisa observar que as metodologias utilizadas contribuem para a formação do perfil desejado para o egresso.

Também, é importante que as atividades promovam integração entre os componentes curriculares, os espaços de laboratórios disponíveis no curso e as atividades de pesquisa, extensão e ensino da Unidade Acadêmica de Ibirité e da Fundação Helena Antipoff.

As turmas nas quais estão matriculados estudantes com deficiência, o plano de curso deve prever as adaptações necessárias nas metodologias de ensino e de avaliação. Considerando o princípio de que devem ser adotadas metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação que levem em conta que os estudantes de cada turma.

12.1 Avaliação de desempenho discente

A concepção de avaliação presente nesta proposta baseia-se na compreensão de que a aprendizagem deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática para ter como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Assim, o processo de avaliação deve ser contínuo, processual e cumulativa. Partimos do princípio de que o licenciando constrói a seu próprio percurso avaliativo, Assim como as metodologias de ensino são atribuições do docente, o processo avaliativo será orientado pelo professor e descrito previamente no plano de curso entregue ao Departamento.

Tendo em vista o caráter processual da avaliação, é necessário informar os critérios de avaliação usados.

Os critérios de aprovação como: a nota e frequência mínima exigida, direito a avaliação substitutiva e recuperação, estão nos termos do que se encontra estabelecido pelo Regimento da UEMG.

Compete ao Colegiado de Curso, em parceria com Núcleos de Apoio Estudantil promover ações de apoio ao discente, modos de acompanhamento de estudos daqueles que precisem de atenção especializada, combate à evasão, nivelamento, além de divulgar os programas institucionais previstos para formação e apoio ao discente.

12.2 Avaliação Institucional

A RESOLUÇÃO CONUN 419/2018 cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA/UEMG e estabelece suas atribuições e condições de funcionamento. Conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UEMG (2023/2027), os cursos ofertados pela Universidade são constantemente avaliados pela CPA/UEMG, com o auxílio das Comissões Próprias de Avaliação constituídas em cada uma das Unidades Acadêmicas. A CPA/UEMG é composta por representantes do corpo docente, discente, servidores técnico-administrativos e representantes da Sociedade Civil Organizada. As Comissões trabalham com um instrumento de avaliação geral, comum para todas as Unidades (Autoavaliação Institucional) e com um instrumento adicional específico para cada Unidade (Avaliação da Unidade). Os instrumentos de avaliação são respondidos por docentes, discentes e servidores técnico-

administrativos e abarcam 5 (cinco) eixos e 10 (dez) dimensões de análise:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional Dimensão: - Planejamento e Avaliação
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional Dimensões: - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional - Responsabilidade Social da Instituição
- Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensões: - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão - Comunicação com a Sociedade - Política de Atendimento aos Discentes
- Eixo 4: Políticas de Gestão Dimensões: - Políticas de Pessoal - Organização e Gestão da Instituição - Sustentabilidade Financeira
- Eixo 5: Infraestrutura Física Dimensões: - Infraestrutura Física

O instrumento de avaliação elaborado pelas Unidades Acadêmicas compreende, principalmente, a avaliação dos estudantes sobre o corpo docente e componentes curriculares ofertados nos cursos, além da autoavaliação discente e docente. Os relatórios de autoavaliação são enviados para o Conselho Departamental, no qual são discutidos e analisados juntamente com a CPA da Unidade. Em seguida, elaboram-se comunicados específicos para as representações acadêmicas de forma a divulgar, da forma mais ampla possível, os resultados da avaliação. Ressalta-se a importância desta devolutiva para as representações acadêmicas e, posteriormente, para as ações implementadas pela gestão a partir dos relatórios, de forma a incentivar a participação de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.

Os instrumentos de avaliação das Unidades Acadêmicas são respondidos com periodicidade semestral, de forma a acompanhar, ao fim de cada semestre letivo, as dinâmicas desenvolvidas e as possibilidades de aprimoramento para o desenvolvimento dos cursos, contribuindo, também, para a melhoria dos cursos em conjunto com os pareceres do Conselho Estadual de Educação nos processos de renovação de reconhecimento de curso.

Com base nos instrumentos de avaliação, elabora-se, para cada uma das Unidades Acadêmicas, o Relatório de Autoavaliação Institucional, estruturado nas dimensões de análise, e também o resultado agregado, que compõe o relatório global de autoavaliação da Universidade. Ressalta-se que o relatório apresenta, ainda, um plano de ações proposto pela CPA, de forma a contribuir com a gestão e com o aprimoramento das dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão.

b) Avaliação dos egressos

Durante o trabalho da Comissão de Reforma Curricular elaboramos um questionário para avaliação e acompanhamento dos egressos dos cursos, que possibilitaram saber a área de atuação, as percepções sobre a formação recebida, divulgando possíveis atividades de formação continuada, dentre outros.

A Comissão de Reforma Curricular indica o acompanhamento de egressos ocorra anualmente com acompanhamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE e o Colegiado do Curso de Pedagogia.

c) Pesquisa de desenvolvimento de disciplinas da graduação:

Recomenda-se Avaliação Institucional do curso e das disciplinas, no âmbito de acompanhamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

d) Avaliação do PPC

Tem como objetivo a autoavaliação do processo, gerando dados para elaboração/reelaboração ou implementação do PPC e, ainda, a previsão de ações que implicam melhorias para o curso, que podem gerar dados para o Plano de Ação Pedagógica (PAP) do curso.

A gestão do projeto político-pedagógico requer um acompanhamento sistemático, realizado de forma contínua por uma equipe designada pelo colegiado de curso e pelo NDE.

O processo deverá envolver professores, alunos, funcionários e, quando possível, profissionais interessados na realização de reuniões, encontros e oficinas, visando analisar o seu desempenho, fazer os ajustes necessários e o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento da proposta. Também tem como objetivo ressaltar os modos de atuação do NDE nesse processo de acompanhamento, informando as ações e as metas decorrentes dos processos de avaliação do curso.

e) A avaliação de rendimento escolar do estudante

Será realizada em cada disciplina, em função de seu aproveitamento em atividades avaliativas, trabalhos e atividades exigidas. O aluno que não tiver frequentado pelo menos setenta e cinco por cento (75%) das atividades escolares programadas no semestre estará automaticamente reprovado e não poderá realizar as avaliações finais. A frequência às aulas é obrigatória. Não há abono de faltas.

A avaliação do rendimento escolar é feita em cada disciplina, em função do aproveitamento verificado em provas e trabalhos decorrentes das atividades exigidas do aluno. E adequando-se ao Regimento Geral da UEMG, CAPÍTULO I (seção VI), será assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade de Ensino;

A revisão de provas e trabalhos deverá ser feita, de preferência, na presença do aluno. É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e às demais atividades previstas no § 1.º do art. 7.º do Regimento Geral da UEMG.

O aluno que não tiver frequentado pelo menos setenta e cinco por cento das atividades escolares programadas estará automaticamente reprovado.

A avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos cumulativos, em uma escala de zero (0) a cem (100). Nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a quarenta (40) pontos.

Para aprovação na disciplina o estudante deverá obter nota igual ou superior a sessenta (60) pontos, acrescido de frequência mínima obrigatória.

13- Atendimento ao estudante

Ciente de seu papel social, a UEMG reafirma seu compromisso com a pleno direito de acesso e permanência do estudante ao ensino superior, e, por meio das Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão, planeja ações que visam à estruturação de uma política de assistência ao estudante.

Aprovado pelo Conselho Universitário – CONUN, Resolução Nº 201/2010, o NAE busca atender à Comunidade Estudantil, contribuindo para sua integração psicossocial, acadêmica e profissional. Além disso, desenvolve mecanismos que possibilitam a interlocução dos egressos com a Universidade.

NAE- Atendimento ao estudante

O Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE) da Universidade possui programas e projetos que buscam apoiar os discentes e inseri-lo no ambiente universitário e profissional. Este Núcleo conta com profissionais para orientação e acompanhamento psicológico e social. Os alunos da Unidade de Ibitaré têm a possibilidade de serem atendidos, individualmente ou em grupos, por estes profissionais, em dias e horários previamente agendados. O apoio aos discentes com necessidades especiais é

realizado por meio da contratação de monitores para acompanhar e ajudá-los em suas atividades acadêmicas.

No ano de 2015, institucionalizou-se na Unidade o Núcleo de Apoio ao Estudante Intercambista (NAI), cuja função é divulgar informações relacionadas aos programas de intercâmbio e incentivar a participação dos discentes nestes programas.

Em fevereiro de 2016, todos os estudantes da UEMG, incluindo os da Unidade de Ibirité passaram a contar com seguro contra acidentes pessoais em caso de imprevistos na participação de aulas práticas, atividades de pesquisa, extensão, estágio e visitas técnicas.

Como forma de favorecer a permanência dos estudantes na Universidade e melhorar sua formação acadêmica, a Unidade busca incentivá-los a participar das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A participação dos docentes em editais de fomento à pesquisa estimula a participação dos estudantes em projetos científicos e tecnológicos. Os estudantes que participam da iniciação científica são contemplados com bolsas e auxílios fornecidos pelos órgãos de fomento e, também com recursos da Universidade para participarem de eventos (seminários, congressos, encontros, palestras e outros) internos e externos. Além de terem a oportunidade de serem bolsistas de projetos de extensão, os estudantes da Unidade podem concorrer a bolsas e auxílio financeiros oferecidos pelos Programas Institucionais de Apoio à Extensão da Universidade, alguns dos quais são coordenados por professores de Ibirité.

Destaca-se também o empenho em instituir parcerias e convênios com instituições públicas e privadas para viabilizar oportunidades de estágios e monitorias aos estudantes do Unidade de Ibirité. Outra forma de atendimento ao estudante implantada na Unidade de Ibirité é a monitoria voluntária, que foi regulamentada pelos Colegiados de Cursos. A monitoria é uma atividade acadêmica que permite o desenvolvimento de competências básicas para o exercício da docência. O aluno monitor tem a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante, exercer apoio pedagógico aos colegas sobre questões apresentadas em sala, bem como auxiliar o professor da disciplina na elaboração e execução do plano de trabalho e de tarefas acadêmicas.

14- Regime Especial de Estudos - RE

Em acordo com o disposto no Regimento da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, o Colegiado do Curso de Pedagogia deliberou normas para a justificativa de faltas dos alunos no Curso de Pedagogia/Unidade Ibirité. É obrigatório que os alunos frequentem as aulas na modalidade presencial, não havendo abono de faltas. Conforme o documento que rege a instituição, no seu Art. 35, “É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas e às demais atividades previstas no § 1.º do Art. 7.º. Parágrafo único - **O aluno que não tiver frequentado pelo menos setenta e cinco por cento das atividades escolares programadas estará automaticamente reprovado**”.

O dispositivo prevê ainda que a justificativa para faltas necessita ser realizada por meio de requerimento a ser protocolado na Secretaria Acadêmica da Unidade. O formulário específico deverá estar acompanhado do atestado médico ou declaração que comprovem os dias de afastamento **em até 48 horas a partir da data descrita no documento comprobatório**. Na impossibilidade de o aluno se apresentar à instituição para protocolar os documentos, o trâmite deverá ser realizado por seu representante legal.

Com o objetivo de organizar e viabilizar o trabalho da Coordenação Pedagógica com relação à entrega e de atestados médicos e declarações dos alunos que justifiquem suas faltas às aulas, o Colegiado estabeleceu que os afastamentos que compreenderem **o período até 07 dias** deverão ser justificados via Secretaria Acadêmica, onde os documentos deverão ser arquivados na pasta do aluno solicitante. Os atestados com 07 ou mais de 07 dias devem ser enviados por meio do link tree da secretaria e obedecem à Resolução COEPE 249/2020.

Durante a vigência da excepcionalidade nos estudos, o estudante deverá apresentar trabalhos de natureza individual e prestar avaliações e manter contato frequente com os professores e com a Coordenação do Curso para cumprir as atividades solicitadas. O professor encaminhará as atividades acadêmicas aos alunos via e-mail, estipulando prazos para a entrega. Para formalizar o processo de envio de atividades para os alunos, os e-mails deverão ser encaminhados em cópia para a Secretaria Acadêmica e Coordenação de Pedagogia.

TODOS os lançamentos na plataforma Web Giz relativos ao Regime Especial de Estudos e solicitações e/ou reclamações dos estudantes deverão ser realizados no

período letivo do afastamento. Não há regime especial de estudos retroativo.

15-Órgãos colegiados do Curso de Pedagogia e Núcleo docente estruturante (NDE)

A Resolução COEPE Nº 162/2016, de 15 de fevereiro de 2016, determinou a instituição, no âmbito de cada curso de graduação da Universidade, o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Trata-se de um órgão consultivo responsável por acompanhar os processos de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). Em atendimento a esta Resolução, em 2016, foram implantados os NDEs, dos cursos de licenciatura da Unidade de Ibitaré.

O Núcleo docente estruturante, composto pelos professores que atuam no curso foi criado em Assembleia de professores no dia 21 de junho de 2016 foi instituído o Núcleo Docente Estruturante - NDE em cumprimento à Resolução /COEPE nº 162/2016.

Colegiado de curso

O Colegiado de Curso da Pedagogia possui as seguintes representatividades: **Coordenação e Subcoordenação**; dois professores titulares representantes do **Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH)** e seus respectivos suplentes, um(a) professor(a) representante titular do Departamento de Ciências Biológicas (DCBio) e um(a) suplente a serem designados pela chefia departamental; um(a) professor(a) representante titular do Departamento de Letras e Linguística (DELL) e um(a) suplente a serem designados pela chefia departamental; um(a) professor(a) representante titular do Departamento de Ciências Exatas (DCE) e um(a) suplente a serem designados pela chefia departamental; quatro representantes titulares dos(as) professores (as) que atuam no curso e seus respectivos suplentes e dois representantes do corpo discente.

16-Infraestrutura do Curso de Pedagogia

Instalações físicas, laboratórios e biblioteca

O Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), é desenvolvido no município de Ibitaré, cidade que integra a Região Metropolitana de

Belo Horizonte, com população estimada pelo IBGE para 2021 de 184.030 pessoas³.

A Unidade acadêmica conta com condições infra estruturais condizentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG com parceria estabelecida com a Fundação Helena Antipoff (FHA). O terreno em que se situa possui quarenta e nove hectares e instalações apropriadas para atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Com abundante área verde, oferece, ainda, amplos espaços para o desenvolvimento de atividades de socialização e recreação, diuturnamente vigiados por câmeras e funcionários de segurança contratados pela FHA e pela MGS.

As atividades do Curso de Pedagogia são realizadas nos períodos da manhã, tarde e noite. As aulas são ministradas no Prédio Central, onde também se dão as orientações, os serviços administrativos de secretaria e coordenação do curso. Ainda contamos com 8 salas de aula no prédio da ADAV, recentemente adquirido por comodato de 20 anos e que estão disponíveis para o uso de atividades do curso. À procura de descrever sucintamente o espaço, o prédio onde se dão as atividades do Curso de Pedagogia conta com seis salas de aula, banheiros e anexos com dois laboratórios de informática, ampla sala de artes, instalações da biblioteca e a sala do Diretório Acadêmico.

O prédio central é constituído por dois andares e 15 salas para atividades administrativas diversas, a grande maioria com banheiros próprios, destinadas à direção acadêmica, secretaria, aos setores de recursos humanos, compras, patrimônio, empréstimo de equipamentos, informática e à presidência da Fundação Helena Antipoff. Abriga, ainda, salas de aula, uma delas com noventa assentos estofados e lousa digital e outras reservadas aos professores, à pesquisa e à extensão, ao núcleo de estágio, às orientações de TCC e aos Departamentos de Letras e Linguística, Ciências Exatas e Ciências Humanas. O prédio central dispõe, também, de banheiros coletivos, um refeitório e uma cantina. A Fundação Helena Antipoff disponibiliza almoço e jantar a preços populares para seus funcionários e estudantes e para os da UEMG. Quase em frente ao refeitório, encontra-se o corredor que leva ao espaço físico do Museu Helena Antipoff e do Museu da Criança.

Sala de professores

Está localizada no prédio central. Ela é bem iluminada, ventilada e adequada

³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ibirite.html>

para o número de docentes e dispõe de computadores com acesso à internet, micro-ondas, geladeira, cadeiras e mesas de reunião e escaninhos.

Coordenações de cursos, gabinetes, chefias de departamentos e núcleos de estágio

Uma sala de coordenação é reservada e também temos gabinetes para chefias de departamentos. A sala reservada para as atividades de pesquisa e de extensão está equipada com dois computadores com acesso à internet, impressora ligada em rede, mesa de reunião, armários, cadeiras almofadadas e giratórias. Já o Núcleo de Estágio possui um computador com conexão à internet e a uma impressora em rede e mobiliários como mesas, cadeiras giratórias e armários e compartilha o espaço com o Núcleo de estágio não obrigatório

Salas de aula

O curso de Pedagogia possui 08 salas de aulas. Destaca-se que a Unidade possui, ao todo, vinte e oito salas de aula, todas com quadro branco, ventiladores, telas de projeção e *Data shows*.

Secretaria acadêmica

A Secretaria acadêmica da Unidade é totalmente informatizada e integrada ao Sistema de Secretarias da UEMG com a utilização da tecnologia AIX Sistemas, dedicada a desenvolver soluções para a administração de cursos, escolas e faculdades. Por meio desse suporte são gerados os históricos escolares, declarações, relatórios, listas de presença e emitidos os documentos necessários à gestão acadêmica. Essa Secretaria conta, para isso, com ampla área física e com seis computadores conectados à internet e a uma impressora multifuncional.

Sala Master

Essa sala se compõe de quatro diferentes ambientes ou estúdios, cada qual destinado a videoconferências, ao controle geral, a gravações e à produção de conteúdo. Ela tem sido utilizada pela UEMG e FHA para desenvolver cursos de qualificação profissional destinados à comunidade como parte do UAITEC, programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico destinado a promover a inclusão digital e social. Ela também tem sido usada para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. O Curso de Pedagogia a utiliza em algumas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Auditório

Possui capacidade para 300 pessoas e está equipado com microfones sem fio, mesa de som com doze canais, seis caixas de som, amplificador de 2500 KW, *micro system*, púlpito, mesa de conferência, tela de projeção e vários tipos de cabeamentos necessários para sistema de áudio e vídeo. Esse anfiteatro é um local propício para receber o público interno e externo, participante dos eventos de socialização da produção acadêmica do Curso.

Recursos disponíveis de Informática e Multimídia

A sala multimídia está equipada com *kit* multimídia (lousa digital, *Datashow*, sistema de som e computador) e também com 50 poltronas modernas e confortáveis, sendo duas delas especiais

Setor de Audiovisual

O setor de Audiovisual disponibiliza, para uso no curso, de onze *datashows*, quatro *notebooks*, dez aparelhos para DVDs, cinco *micro systems*, quatro televisões, treze caixas de som, cinco caixas acústicas, quatro caixas amplificadoras além de armários e mesas.

Rede computacional

O Curso de Pedagogia conta, para seu funcionamento, com uma propícia rede computadores oferecida pela Unidade Ibirité da UEMG. Ela está composta por 112 equipamentos utilizados pelo setor administrativo, professores, coordenadores, chefes de departamentos, direção e alunos, sendo treze para uso exclusivo dos servidores técnico-administrativos e 77 à disposição dos estudantes da Unidade. Ainda conta com um laboratório de informática no prédio da ADAV, já estabelecido o uso por meio de comodato.

Biblioteca

19. Com área de 253,16 m², encontra-se instalada em local iluminado e confortável. Possui ventiladores, janelas amplas com cortinas e rampa para facilitar o acesso de pessoas com deficiências. Conta com doze computadores para uso da comunidade acadêmica e três para uso dos funcionários sendo dois no setor de atendimento e um destinado à sala de preparo técnico. A biblioteca da Unidade acadêmica de Ibirité da UEMG localiza-se entre o prédio da Pedagogia e o prédio Central. A comunidade acadêmica possui acesso a todas as bases do Portal de Periódicos da Capes, com afluência remota disponibilizada aos docentes por meio do Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Capes e em processo de liberação também para os discentes.

Possui acervo de 6.914 títulos de livros e 13.124 exemplares. A Biblioteca utiliza o sistema Pergamum para controle de empréstimo, renovação, reserva de material, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e de catalogação. Além do acervo físico, são disponibilizados materiais por meio de Bibliotecas Digitais cujos contratos vigentes são: Biblioteca Virtual Pearson, Minha Biblioteca, Revista dos Tribunais, Biblioteca Digital ProView, Portal de Periódicos CAPES, Coleção de normas técnicas da ABNT, NBR, NBRISO e Mercosul.

Quadro 1 - Número de títulos por curso

Assunto	Nº de títulos	Nº de exemplares
Ciências Biológicas	314	751
Matemática	296	930
Educação Física	333	829
Letras	1180	2005
Pedagogia	1604	3653
Núcleo comum	3187	4956
Total	6914	13124

Fonte: Documentos internos da Unidade Acadêmica de Ibitaré da UEMG.

A biblioteca possui também um total de 142 títulos de periódicos, somando 2.424 exemplares. Esse acervo é proveniente de doações de professores, alunos, instituições de ensino e comunidade, não configurando coleção ou sequência de exemplares. A UEMG tem assinatura da Revista dos Tribunais. A indexação e catalogação dos periódicos nas bases do *Sistema Pergamum* estão em curso. Seu horário de funcionamento, de segunda a sexta-feira das 7h às 22h e aos sábados das 7h às 12h, é bastante dilatado, fator importante para garantir o acesso a todos os que enfrentam dificuldades para conciliar jornadas de estudo e trabalho.

Laboratórios e área física construída

No quadro abaixo, estão listados os laboratórios que dão suporte às práticas

de ensino, pesquisa e extensão na Unidade acadêmica de Ibirité e que são utilizadas de forma a expandir as ações de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Pedagogia.

QUADRO 2 - Laboratórios de práticas

Laboratórios	Área física
Laboratório de Práticas Pedagógicas Helena Antipoff	4,50L X 4,30C = 19,35 m ²
Laboratório de Artes	7,60L X 8,20C = 62,32 m ²
Laboratório de Biologia Geral	5,70L X 9,15C = 52.155 m ²
Laboratório Anatomia/Embriologia/Fisiologia Humana	5,70L X 9,10C = 51,87 m ²
Laboratório de Biologia Celular	50 m ²
Laboratório de Fisiologia do Exercício	55 m ²
Laboratório de Línguas	62,64 m ²
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Educação Matemática – LEPEM	48 m ²
Laboratórios de Informáticas Laboratório 66 Laboratório 67 Laboratório Caio Martins	67 m ² 48 m ² 95 m ²
Laboratório de Química / Bioquímica	50 m ²
Laboratório de Botânica Aplicada	50 m ²
Laboratório de Zoologia, Ecologia e Geociências	50 m ²
Laboratório de Microbiologia Aplicada	50 m ²

Fonte: Documentos internos da Unidade Acadêmica de Ibirité da UEMG.

A realização de atividades experimentais possibilita às/aos licenciadas/os, um aprendizado significativo, a oportunidade de desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais à sua atuação profissional. A oferta de disciplinas optativas e eletivas provoca o multiuso desses espaços de formação.

De forma resumida, o Quadro 3, logo abaixo, apresentam os números sobre as

instalações físicas da UEMG- Unidade Ibirité:

QUADRO 3- Instalações físicas e prédios da Unidade acadêmica de Ibirité-UEMG

INFRAESTRUTURA		QUANTIDADE
1. Salas de aula	Prédio Ed. Física – Caio Martins	8
	Prédio Ciências Biológicas, Letras e Matemática	12
	Prédio Pedagogia	6
	Prédio Central	3
	Prédio da UEMG na ADAV	8
2. Gabinete(s) de trabalho para coordenadores de Colegiados de Cursos		1
3. Gabinete(s) de trabalho para Chefes de Departamentos		5
4. Gabinetes de trabalho para professores em regime de tempo integral		11
5. Salas de professores		3
6. Auditório		2
7. Sala Multimídia		1
8. Sala Master – UAITEC		1
9. Secretaria		2
10. Setor Administrativo		1
11. Direção		1
12. Almoxarifado		2
13. Sala de Pesquisa e Extensão		1
14. Núcleo de Estágio		1
15. Núcleo de Ações Intercambistas		1
16. Biblioteca		1
17. Laboratório de Informática 66		1
18. Laboratório de Informática 67		1

19. Laboratório de Informática _Prédio UEMG/ADAV	1
20. Laboratório de Informática – Prédio Educação Física	1
21. Sala dos Centros Acadêmicos – Prédio central	1
22. Sala do Centro Acadêmico – Educação Física	1
23. Audiovisual	2
24. Recepção	2
25. Depósito de material esportivo	1
26. Ginásio Poliesportivo*	1
27. Sala de dança	1
28. Campo de Futebol*	1
29. Piscina*	1
30. Galpão Minas Olímpica*	1
31. Refeitório*	1
32- Museu Helena Antipoff	1

*Espaços de uso compartilhado com a Fundação Helena Antipoff
Fonte: Documentos internos da Unidade Acadêmica de Ibirité-UEMG

17-Laboratório de Práticas Pedagógicas Helena Antipoff - LAPPHA

A Unidade acadêmica de Ibirité-UEMG tem como principal finalidade a formação de professores para a educação básica pautada na estreita articulação entre teoria e prática. Ao dar o nome de Helena Antipoff ao laboratório do seu curso de Pedagogia, a intenção foi de reverenciar a importância histórica dessa educadora e do seu trabalho no campo de formação de professores em Minas Gerais.

O laboratório que leva seu nome foi idealizado para promover a pesquisa e reflexões sobre a prática docente durante a formação dos licenciandos e é utilizado principalmente nas disciplinas voltadas às metodologias e práticas de ensino. Sua utilização será, portanto, estendida aos mestrandos e seus professores.

Mesmo com os avanços tecnológicos e o aperfeiçoamento das metodologias de ensino-aprendizagem, nota-se a prevalência nas escolas de uma cultura tradicionalista e de resistências à mudança nas práticas docentes.

A criação desse laboratório contou com grande participação de docentes e

discentes do curso de Pedagogia nas discussões e produção de seus primeiros materiais e com doações feitas pela comunidade. Atualmente, está em andamento a criação de uma brinquedoteca.

O LAPPHA tem possibilitado diversificar e ampliar a formação dos licenciandos em Pedagogia, a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, o entrosamento de esforços de professores e alunos, a reflexão sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas consoantes com a realidade atual das escolas brasileiras, o atendimento de demandas da comunidade, a implementação de grupos de pesquisa e extensão voltados para a prática pedagógica.

Esse laboratório promove diversas atividades, tais como cursos, palestras e empréstimos de materiais pedagógicos, destinadas a estudantes universitários e a escolas de educação básica, seus alunos e professores, especialmente as do entorno, como a Escola Sandoval Soares de Azevedo (ESSA).

O Laboratório se constitui em espaço formativo complementar à sala aula e de interlocução com a lógica das disciplinas e está constantemente disponível aos alunos e professores para fins de suas experimentações, reflexões sobre práticas pedagógicas e estudo sistemático.

A metodologia implementada pelo laboratório se baseia na tríade ensino, pesquisa e extensão, considerando três eixos:

- I. A formação dos alunos durante o desenvolvimento das disciplinas do curso, principalmente as voltadas às metodologias e práticas de ensino, tomando como objeto a relação teoria e prática enfocada durante as aulas.
- II. A atividade de pesquisa com base no resgate das práticas pedagógicas de laboratório de ensino criadas e utilizadas por Helena Antipoff.
- III. A formação por meio de atividades extensionistas em que os alunos, acompanhados pelos professores do curso, atendem estudantes da educação básica, ministram cursos destinados aos docentes desse nível de ensino e produzem materiais didáticos.

O LAPPHA também funciona como laboratório itinerante deslocando-se para atendimento de diversas demandas. Todo esse trabalho conta com o suporte de um professor coordenador, professores orientadores das atividades, monitores e estagiários.

Por meio das disciplinas Conhecimentos Metodológicos Curriculares – CMCs abrem-se espaços para a reflexão sobre o ensino de Ciências da Natureza, História,

Geografia, Educação Física, Língua Portuguesa e Matemática, articulando as práticas de formação, pesquisa e extensão.

Assim o Laboratório de Práticas Pedagógicas - LAPPHA tem se configurado como um importante instrumento de ampliação da sala de aula, proporcionando momentos para a reflexão, discussão e construção de práticas pedagógicas, fundamentais também para a formação dos futuros mestres a partir da implementação desta proposta de curso.

Esse Laboratório tem contribuído para a formação dos alunos que atuarão como educadores na educação básica, particularmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, na realidade prática do dia a dia da comunidade em que estão inseridos, promovendo mudanças no contexto local.

18- Laboratório de Arte e Educação

A arte na educação tem tido importância ímpar na formação dos licenciandos da Unidade acadêmica de Ibirité-UEMG e sua preparação para o exercício da docência na educação básica, para a práxis amparada pela permanente reflexão teórico-prática. Assim também será compreendida na formação dos mestrandos de que trata esta proposta de curso novo.

Segundo Helena Antipoff, a partir de sua atuação na região de Ibirité iniciada em 1939, a integração entre arte e educação tem como fim maior estimular a formação integral dos alunos, futuros professores, por ser um importante fator de estímulo à percepção, à expressão criadora e à imaginação.

Esse laboratório busca, dessa forma, dar continuidade às atividades de Helena Antipoff e propiciar a vivência em arte aos licenciandos da Unidade acadêmica de Ibirité da UEMG.

Para tanto, se empenhará na ampliação da articulação das quatro áreas da disciplina Arte e Educação por meio dos Conhecimentos Metodológicos Curriculares – CMCs em Arte (Artes Visuais, Música, Dança e Teatro), tendo como norte a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme se descreve nos seguintes eixos:

- I. Formação – busca estimular a interdisciplinaridade, um enfoque particularmente caro à Área de Ensino da Capes, e propiciar vivências de processos de ensino-aprendizagem nas diferentes linguagens, ampliando o aproveitamento do espaço físico do atelier para adequá-lo às turmas e propiciar o acesso a diferentes suportes e

materiais didáticos: projetor de multimídia, caixa acústica, computador, prateleiras e armários aéreos, mesas modulares, piso adequado, etc.

- II. Pesquisa – busca apoiar projetos de pesquisa que integrem arte e educação e permitam a reflexão da prática pedagógica nas diferentes linguagens e incentivar a participação dos alunos do curso de Pedagogia no Grupo de Trabalho Infância, Arte e Educação: diálogos possíveis com o Memorial Helena Antipoff, por meio do qual se faz o conhecimento da história do ensino de arte no Brasil. Assim também poderão os mestrandos participar dessas propostas.
- III. Extensão – busca compartilhar com a comunidade acadêmica e da região de Ibitaré os resultados dos projetos desenvolvidos nas disciplinas de Arte e Educação e Conhecimentos Metodológicos Curriculares do Ensino de Artes I e II ao longo do Curso de Pedagogia, como exposições dos trabalhos desenvolvidos na disciplina.

19- Laboratório de Informática

A Unidade de Ibitaré da UEMG possui atualmente três Laboratórios de Informática. O primeiro e o terceiro encontram-se em salas de 49,2 m² e, o segundo, numa outra de 65,0 m². Possuem 21, 17 e 20 computadores respectivamente, todos ligados à rede mundial de computadores.

O acesso à rede é feito de acordo com o usuário específico de cada curso, permitindo autonomia e segurança dos trabalhos. Todas as máquinas têm no mínimo 4 GB de memória RAM, HD de 320 GB, *drive* de *cd-rom* e kit multimídia. Todas estão equipadas com o Windows 10 Professional e *softwares* básicos como o *Microsoft Office*, *Antivírus*, *Acrobat reader* e *Winrar*, além de outros com finalidades educacionais, adquiridos para atender solicitações de professores.

Os três laboratórios também possuem acesso à internet, por rádio e velocidade de 15 Mbps. Monitorados por um programa de *firewall*, os alunos têm suas afluências negadas a *sites* considerados inapropriados para o ambiente acadêmico. Os laboratórios possuem, também, um projetor multimídia (*datashow*), para apresentações de trabalhos e afins. Os laboratórios de informática também são laboratórios de didática, tendo-se em vista a forte tendência de se trabalhar a educação também com usos das TDICs.

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. SEF. Referenciais para formação de professores. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE APOIO

Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais
http://uemg.br/downloads/Estatuto_UEMG.pdf

Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais
http://uemg.br/downloads/Regimento%20Geral_UEMG.pdf

Resolução COEPE/UEMG Nº 132, de 13 de dezembro de 2013. Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula. <http://www.uemg.br/arquivos/2013/pdf/Rcoepe132-13.pdf>

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. *Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, de graduação plena.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Lei n.9.394/96, de 20.12.1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, v. 134, n.1.248, p.27.833- 27.841, 23 dez. 1996. BRASIL. Conselho Nacional de Educação.

_____. Parecer CNE/CP 5, 13.12.2005. Brasília, 2005. . Resolução n.1, 15.5.2006. Diário Oficial da União, n.92, seção 1, p.11- 12, 16 maio 2006.

_____. Minuta de resolução de diretrizes curriculares da pedagogia divulgada pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília, 17 mar. 2005.

MINAS GERAIS (Estado), Conselho Estadual de Educação. *Resolução CEE nº 459, de 10 de dezembro de 2013*. Consolida normas relativas à educação superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cee.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=144> Acesso em: maio, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação. MEC, 1997.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. As dimensões constitutivas da Pedagogia como campo de conhecimento. **Educação em foco**, ano 14, n. 17, p. 55-78, jul. 2011.

FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF. A FHA. Disponível em: <http://www.fha.mg.gov.br/institucional/a-fha.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

LEITE, Daiane Maria do Nascimento. **Práticas pedagógicas para o ensino de ciências**. 2015. LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2002.

MALDANER, Otavio Aloísio. **A Formação inicial e Continuada de professores de Química – Professores/Pesquisadores**. Ijuí, UNIJUI, 2000.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.352, de 25 de novembro de 2013. Aprova o Estatuto da Universidade do Estado de Minas Gerais. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 26 nov. 2013.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.361, de 30 de novembro de 2013. Dispõe sobre a incorporação à Universidade do Estado de Minas Gerais dos cursos de educação superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 03 dez. 2013.

SANTOS, Karina N.; SANTOS, Bruno F. **Uma reflexão teórica: epistemologia e a didática das ciências na formação de professores como “epistemólogos auxiliares”**. Aula Universitaria, n. 16, p. 35-41, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007.

PERUGINI, Maria da Conceição Gontijo; BARROS, Gislene Valério. Relatório de verificação “in loco” Renovação de Reconhecimento Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura. Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira. Fundação Helena Antipoff, Ibirité, 2013.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. História. Disponível em: <http://www.uemg.br/apresentacao.php>>.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002. WERNECK, Hamilton. **Ensinamos demais, aprendemos de menos**. Editora Vozes, Petrópolis 2002.

APÊNDICE 1

Regulamentação do Estágio Curricular no Curso de Pedagogia-UEMG- Unidade Ibirité

CAPÍTULO I

Da concepção de Estágio Curricular

Art. 1º - O Estágio Curricular é elemento obrigatório para a integralização do curso de Pedagogia.

Parágrafo Único - O Estágio Curricular é, portanto, compreendido, no âmbito do curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ibirité, como basilar para a formação das professoras e professores da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental que constroem suas formações iniciais no contexto da referida Unidade Acadêmica.

Art. 2º - O Estágio Curricular é o conjunto de atividades que propicia a articulação da práxis docente de modo a consolidar o tripé: Universidade, Escolas de Educação Básica e Licenciandas/os.

Art. 3º - O Estágio Curricular é compreendido como atividade viva e imbrincada no contexto da formação docente.

Art. 4º - O Estágio Curricular é constituído também como o momento em que licenciandas/os e professoras/es tanto da Educação Básica, quanto da Universidade aprendem, debatem e problematizam as especificidades, fundamentações e justificativas dos atos e atitudes docentes ali no contexto em que elas se desvelam e fazem laços em prol de uma educação transformadora.

CAPÍTULO II

Da Legislação de Estágio

Art. 5º - As atividades de Estágio Curricular do curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ibirité respeitam integralmente a Lei 11.788 de 2008 e as demais disposições aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CAPÍTULO III

Da estrutura de formalização do Estágio Curricular

Art. 6º - O Estágio Curricular prevê 405 horas de atividades realizadas em instituições escolares e não escolares, a depender do período do curso de Pedagogia.

Parágrafo Único - Serão listados e detalhados a seguir os Estágios Curriculares referentes a cada período do curso de Pedagogia:

- I.** Estágio Curricular I – A escola como espaço sócio-cultural. 2º Período. 75 horas. Local de realização: Escolas de Educação Infantil; Anos iniciais do Ensino Fundamental; ou Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- II.** Estágio Curricular II – Estágio, Planejamento, Projeto Político Pedagógico e Plano de Aula no Ensino Fundamental. 3º período. 60 horas. Local de realização: Anos iniciais do Ensino Fundamental; ou Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- III.** Estágio Curricular III – A relação professor-aluno e seus efeitos em relação ao processo de alfabetização. 4º período. 75 horas. Local de realização: Anos iniciais do Ensino Fundamental; ou Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- IV.** Estágio Curricular IV – Especificidade da ação docente na Educação Infantil. 5º período. 60 horas. Local de realização: Escolas de Educação Infantil.
- V.** Estágio Curricular V – Tempos e espaços na Educação Infantil. 6º período. 75 horas. Local de realização: Escolas de Educação Infantil.
- VI.** Estágio Curricular VI - As possibilidades de investigação nos espaços educativos. 7º período. 60 horas. Local de realização: Escolas de Educação Infantil; Anos iniciais do Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos (EJA); ou Instituições não escolares.

Art. 7º - O Estágio Curricular é formalizado com a entrega da documentação de Estágio Curricular.

§ 1º - Compõem o rol de documentação inicial de Estágio Curricular os documentos que seguem listados:

- I.** Carta de Apresentação;
- II.** Termo de Compromisso de Estágio Curricular (3 vias);

- III. Ficha de Registro da Escola-Campo de Estágio Curricular (ou Instituição não escolar – casos exclusivamente referentes ao 7º período);
- IV. Declaração de Entrega de Documentos Iniciais;
- V. Protocolo de Entrega de Documentos Iniciais.

§ 2º - Compõem o rol de documentação final de Estágio Curricular os documentos que seguem listados:

- I. Ficha de Atividades de Estágio Curricular;
- II. Ficha de Avaliação das Atividades de Estágio Curricular;
- III. Declaração de Entrega de Documentos Finais;
- IV. Protocolo de Entrega de Documentos Finais.

§ 3º - Detalhamento de cada documento de Estágio Curricular:

- I. **Carta de Apresentação:** Este documento tem como finalidade a apresentação da/o estudante da UEMG – Unidade Ibirité à escola em que o estágio será realizado. A cópia deve ser carimbada e assinada por integrante do Núcleo de Estágio Curricular;
- II. **Termo de Compromisso de Estágio Curricular:** Documento que ajusta o exercício das atividades de Estágio Curricular entre as três partes interessadas: UEMG – Unidade Ibirité; Estudante Estagiária/o; e Escola-campo de Estágio Curricular.
 - a. O Termo de Compromisso de Estágio deve ser cuidadosamente preenchido com os dados da escola-campo de Estágio Curricular e os dados pessoais da/do estudante estagiária/o.
 - b. As datas de início e término do Estágio Curricular devem ser preenchidas de acordo a realidade de cada estudante.
 - c. A data de início deve, obrigatoriamente, ser posterior à entrega da documentação inicial ao Núcleo de Estágio Curricular;
 - d. A data de término deve, obrigatoriamente, respeitar o prazo final estabelecido pelo Núcleo de Estágio Curricular;
 - e. O campo referente às assinaturas e carimbos deverá ser cuidadosamente preenchido por cada participante indicado, a saber, responsável legal pela escola-campo de estágio, estudante estagiária/o e professora/r supervisora/r de Estágio Curricular.

- III. Ficha de Registro da Escola-Campo de Estágio Curricular:** Documento que visa à sistematização dos dados institucionais das escolas-campo de Estágio Curricular (ou Instituições não escolares – casos exclusivamente referentes ao 7º período). Este documento deverá ser preenchido e carimbado pela escola após a conferência da correção dos dados.
- IV. Declaração de Entrega dos Documentos Iniciais de Estágio Curricular:** Documento que visa a comprovar a entrega dos documentos iniciais para conferência pela/o professora/r supervisora/r. Este documento será assinado e carimbado no Núcleo de Estágio Curricular no ato da entrega dos documentos iniciais.
- V. Protocolo de Entrega dos Documentos Iniciais de Estágio Curricular:** Documento que formaliza a conferência dos documentos iniciais ratificada pela/o professora/r supervisora/r de Estágio Curricular.
- VI. Ficha de Atividades de Estágio Curricular:** Este documento terá como principal objetivo o relato sucinto e objetivo das atividades realizadas pela/o estudante estagiária/o.
- a. NÃO SERÃO ACEITOS registros que informem dados vagos, por exemplo: OBSERVAÇÃO; INTERVENÇÃO; AULA DE CIÊNCIAS; AULA LIVRE; ADIÇÃO; GRAMÁTICA; entre outros. A/O estudante estagiária/o deverá descrever as atividades observadas ou as práticas de intervenção realizadas.
 - b. As/Os estudantes deverão imprimir quantas fichas forem necessárias para registrar as atividades realizadas e correspondentes à totalidade de horas de Estágio Curricular de cada período.
- VII. Ficha de Avaliação das Atividades de Estágio Curricular:** Instrumento que tem como finalidade a verificação da aptidão e competência da/o estagiária/o ao longo da prática de suas atividades. Este documento deverá ser preenchido pela/o professora que recebeu e acompanhou o/a estagiário/a dentro do campo de estágio Curricular ou pela pessoa responsável pela supervisão do Estágio Curricular na escola-campo. As informações deverão ser seguidas da data, da assinatura da/o professora/r (ou pessoa responsável pela supervisão na escola-campo de Estágio Curricular) avaliadora/r e do carimbo da escola.
- VIII. Declaração de Entrega dos Documentos Finais de Estágio Curricular:** Documento que visa a comprovar a entrega dos documentos finais para

conferência pela/o professora/r supervisora/r. Este documento será assinado e carimbado no Núcleo de Estágio Curricular no ato da entrega dos documentos finais de Estágio Curricular.

IX. Protocolo de Entrega dos Documentos Finais de Estágio Curricular:

Documento que formaliza a conferência dos documentos finais ratificada pela/o professora/r supervisora/r de Estágio Curricular.

Art. 8º - Os prazos para entrega dos documentos iniciais e finais serão estabelecidos pela equipe do Núcleo de Estágio Curricular.

Art. 9º - As aptidões nos Estágios Curriculares dependem da entrega da documentação preenchida corretamente e dentro do prazo estabelecido.

Art. 10 - A integralidade das horas de Estágio Curricular deve ser realizada no período cronológico correspondente ao semestre letivo.

Parágrafo Único - O não cumprimento da integralidade das horas previstas resultará em INAPTIDÃO da/do estudante estagiária/o.

Art. 11 – As/Os estudantes de Pedagogia que já são professoras ou professores referência de turma na Educação Básica têm direito a um abatimento de 50% da carga horária de estágio de cada período do curso de Pedagogia.

§ 1º - Para fazer jus ao abatimento citado, as/os estudantes que já são professoras/es referência da escola de Educação Básica precisam apresentar os seguintes documentos:

- I. Declaração de Atividade de Trabalho Docente;
- II. Comprovante de vínculo profissional com uma unidade escolar de Educação Básica.

§ 2º - A Declaração de Atividade de Trabalho Docente é um documento criado pelo Núcleo de Estágio Curricular que confere o abatimento de 50% da carga horária de estágio de cada período do curso de Pedagogia.

§ 3º - A Declaração de Atividade de Trabalho Docente deve ser devidamente preenchida, assinada e carimbada pela/o representante legal da escola em que as atividades de trabalho docente são realizadas.

§ 4º - O comprovante de vínculo profissional com uma unidade escolar de Educação Básica é qualquer tipo de documento formal e oficial que ateste a atividade de trabalho da/do estudante estagiária/o que pleiteia o mencionado abatimento.

§ 5º - Somente será concedido o abatimento para estudantes estagiárias/os que realizem atividades de trabalho docente concomitantemente à matrícula e realização das atividades de Estágio Curricular.

Art. 12 - As/Os estudantes em Regime Especial de Estudos (RE) não podem realizar as atividades de Estágio Curricular enquanto vigorar o período de afastamento.

Parágrafo Único - Essa vedação está prevista, positivada e amparada no artigo 4º, parágrafo 2º da Resolução COEPE/UEMG Nº 249 de 06 de abril de 2020.

CAPÍTULO IV

Do Núcleo de Estágio Curricular

Art. 13 - O Núcleo de Estágio Curricular é órgão consultivo e deliberativo em relação ao Estágio Curricular no âmbito da UEMG – Unidade Ibirité, constituído e formalizado pela Portaria 05/2020 de 16 de junho de 2020.

Art. 14 - O Núcleo de Estágio Curricular é responsável pela elaboração e implementação da política de estágio curricular da Unidade Acadêmica Ibirité.

Parágrafo Único - É também função do Núcleo de Estágio Curricular:

- I. A elaboração dos documentos de estágio curricular dos cursos da Unidade;
- II. O encaminhamento dessa documentação para a comunidade discente que realiza esse elemento formativo;

III. O recebimento, conferência e arquivamento da referida documentação que faz parte do histórico formativo de cada licencianda e licenciando do curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica Ibirité.

Art. 15 - O curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ibirité é representado em ambos os turnos em que é ofertado para a comunidade discente (manhã e noite) por professoras ou professores que pensam, debatem e buscam vias para a implementação de uma política de Estágio Curricular que esteja intimamente articulada com as especificidades desse elemento formativo.

§ 1º - Cada Professora/r Supervisora/r de Estágio Curricular tem destinadas 10 horas semanais de trabalho para a realização de todas essas atividades essenciais para formulação e formalização do Estágio Curricular no âmbito do curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ibirité.

§ 2º - As professoras ou os professores supervisoras/es de Estágio Curricular são o principal elo formal estabelecido com as/os estudantes do curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ibirité.

CAPÍTULO V

Das Disciplinas de Integração Curricular

Art. 16 - As disciplinas de Integração Curricular do 2º ao 7º períodos do curso de Pedagogia constituem espaços de discussão que representam um viés de orientação pautada no próprio processo constitutivo docente, eminentemente formativo, democrático e interativo.

§ 1º – As disciplinas de Integração Curricular são espaços de acolhimento e promoção de franco debate, problematizações, ratificações, considerações e aprendizagens acerca das atividades de trabalho concernentes à Pedagogia.

§ 2º - É, portanto, no contexto de cada Integração Curricular que as vivências de estágio curricular são ressignificadas e proporcionam assim um importante impacto formativo para estudantes e professoras/es formadoras/es envolvidas/os.

CAPÍTULO VI

Do Programa de Residência Pedagógica

Art. 17 - O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é um programa de iniciação à docência destinado às/aos licenciandas/os que cursam a metade final do curso de Pedagogia.

Parágrafo Único - A oferta do PRP está atrelada à participação em processo seletivo institucional, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e processo seletivo local para seleção de estudantes residentes e professoras preceptoras.

Art. 18 - No PRP as/os licenciandas/os fazem parte de uma experiência imersiva no contexto de uma ou mais escolas públicas de Educação Básica sob a supervisão de uma/um professora/r preceptora/r e efetivo acompanhamento de todas as atividades de trabalho docente desempenhada por esta, desde o planejamento das aulas, passando pela execução e culminando na avaliação dos processos de aprendizagem de estudantes da Educação Básica.

Art. 19 - As vivências relativas ao PRP são acompanhadas proximamente por uma/um docente orientadora/r, professora/r formadora/r do curso de Pedagogia da UEMG – Unidade Ibirité com o intuito de ampliar tanto as perspectivas de estudos e diálogos com as professoras preceptoras, quanto a visibilidade e publicidade de todas as produções e ações realizadas no contexto desse Programa de iniciação à docência.

Art. 20 - As horas relativas à realização das atividades do PRP podem ser utilizadas para contemplar as horas referentes aos Estágios Curriculares, desde que:

- I. Aprovado o aproveitamento no âmbito do Colegiado do Curso de Pedagogia;
- II. A/O estudante residente esteja matriculada/o no Estágio Curricular no semestre letivo em que realiza as atividades do PRP.

APÊNDICE 2

Regulamento do Núcleo de Integração e Práticas

O Núcleo de Integração e Práticas – NIP do Curso de Licenciatura em Pedagogia é responsável pelo registro e supervisão das atividades de Integração Curricular, Práticas de Formação Docente (PFD) e Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais – AACC. Destaca-se que a carga horária das Práticas de Formação Docente é de responsabilidade do estudante e constitui componente obrigatório para a formação do licenciado em Pedagogia.

Quanto a estrutura do NIP é estabelecida a composição com um professor coordenador e professores vinculados às disciplinas de Integração Curricular para atuarem no Núcleo. Os componentes do NIP são responsáveis por acompanhar e orientar os estudantes nas atividades integradoras e de práticas docentes. Este Núcleo também é responsável por toda documentação referente as atividades de PFD e AACC.

Cabe ao Núcleo de Integração e Práticas – NIP:

- Acompanhar o processo de desenvolvimento e registro de atividades integradoras, práticas, científicas e culturais no curso de graduação de Pedagogia da UEMG/Unidade Ibirité;
- Estabelecer intercâmbio entre os cursos de licenciatura e as instituições de ensino que propiciem vivências práticas, científicas e culturais aos alunos de graduação;
- Organizar e manter atualizado o registro dos documentos referentes à realização das Práticas de Formação docente/PFD e Atividades Acadêmico Científico Culturais /AACC no Curso de Pedagogia na UEMG/Unidade Ibirité.
- Estabelecer normatizações para acompanhamento das Práticas de Formação docente/PFD e Atividades Acadêmico Científico Culturais /AACC no Curso de Pedagogia na UEMG/Unidade Ibirité.

O Núcleo de Integração e Práticas Pedagógicas – NIP está constituído da seguinte estrutura administrativa e deliberativa: Coordenação do Núcleo de Integração e Práticas – NIP; Docentes Supervisores e Discentes Estagiários e Monitores. A regulamentação, competência de seus membros e manuais serão elaborados com o Colegiado de Curso da Pedagogia, sendo publicados por meio de portaria interna.

As Atividades Acadêmico Científico Culturais/AACC são atividades complementares que devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, dentro e fora do ambiente acadêmico. Compreendem 14 créditos/210 horas e podem ser inclusas: atividades de extensão, prática de estudos, atividades extraclasse e/ou interdisciplinares. Devem considerar as relações acadêmicas, científicas, as diferentes manifestações e expressões culturais e artísticas e inovações tecnológicas.

O licenciando em Pedagogia precisa vivenciar diversos ambientes durante a sua formação. Tais atividades possibilitam estreitar o vínculo do ensino e da pesquisa com a extensão, e podem ampliar o campo de possibilidades dos estuantes com grupos da comunidade acadêmica.

A carga horária destinada à AACC pode ser cumprida entre o 1º e 8º períodos, mas é recomendado que a integralização dos créditos de AACC deva ocorrer até o 7º período. Neste período de curso o Colegiado fará análise das cargas horárias já integralizadas e recomendará ao estudante que integralize os créditos mínimos indicados antes da matrícula no último período.

O cumprimento da carga horária de AACC é opção do estudante, porém, ele deverá experimentar diferentes vivências. Sua orientação está vinculada o Núcleo de Integração e Práticas – NIP, que elaborará e divulgará normatização com objetivo de promover a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, além do registro das atividades. As Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais (AACC)⁴ estão distribuídas da seguinte forma:

⁴ As atividades da tabela foram revistas em 2020 no contexto da pandemia da Covid-19 para atender a participação em atividades on-line e ampliar a carga horária dessas atividades. Após sua aprovação em Colegiado e no Núcleo Docente Estruturante foram imediatamente atualizadas.

ITEM I – ATIVIDADES ACADEMICAS			
TIPO DE ATIVIDADE	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Estágio extracurricular	Contrato ou aditivo de estágio com carga horária mínima de 40 horas e relação com a área do curso	40 h	80h
Organização de eventos <ul style="list-style-type: none"> • Na UEMG • Fora da UEMG 	Certificado da Extensão ou documentos comprobatórios com assinatura e carimbo do responsável (na UEMG) ou carimbo e CNPJ (fora da UEMG)	20 h	80h
Monitoria na área do curso	Documentos comprobatórios com carga horária	20 h	80h
Iniciação à docência, atividades em escolas públicas e privadas	Documentos comprobatórios com carga horária e aprovação da Coordenação do NIP	20 h	80h
Cursos de extensão ministrados na área do curso (presencial)	Documentos comprobatórios com carga horária e CNPJ	10 h	40h
Cursos de extensão ministrados na área do curso (a distância)	Documentos comprobatórios com carga horária e certificado	5h	40h
Cursos de informática	Documentos comprobatórios	10 h	40h
Cursos de idiomas (presenciais ou a distância)	Cursos de idiomas (presenciais ou a distância)	10 h	60h
Aprovação de disciplinas em domínios conexos, com duração mínima de 36 h em outra IES e não aproveitadas em Estudo Curricular	Documento da Coordenação de Curso (Solicitação mediante protocolo)	20h por disciplina	60h
Participação em oficinas na área do curso <ul style="list-style-type: none"> • na UEMG • em outras IES 	Declaração de participação ou certificado do evento	4h 2h	40h 20h
Participação em Minicursos na área do curso <ul style="list-style-type: none"> • na UEMG • em outras IES 	Declaração de participação ou certificado do evento	5h 2h	40h 20h
Participação como ouvinte nas apresentações de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).	Certificado ou declaração	2h	20h
Participação em diretório acadêmico, central do estudante, representante de turma ou colegiados	Documentos comprobatórios relativos ao mandato completo do acadêmico	10h	60h
Obtenção de prêmios acadêmicos	Certificado ou documento comprobatório	20h	40h

ITEM II – ATIVIDADES CIENTÍFICAS			
TIPO DE ATIVIDADE	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Resumo em anais publicados	Certificado ou Declaração da apresentação do trabalho	20h por resumo	80h
Apresentação de Resumo em Congresso	Certificado ou Declaração da apresentação do trabalho	10h por apresentação	40h
Artigos em revista científica.	Revista científica com nome constando Em autoria e data de publicação	20h	80h
Publicações em Jornais e Revistas	Apresentação do jornal ou da revista com o nome do jornalista responsável	10h por publicação	40h
Capítulos de livros escritos pelo aluno	Apresentação de documentos comprobatórios	20h por capítulo	80h
Participação em Congressos – sem apresentaçã de trabalhos	Declaração ou certificado	5h por congresso	20h
Participação em Congressos – Com apresentação de trabalhos	Declaração ou certificado	10h	20h
Iniciação científica <ul style="list-style-type: none"> • como bolsista • como voluntário 	Cópia do trabalho publicado ou Declaração do professor orientador	20h por projeto 10h por projeto	80
Participação em Mesa Redonda, Minicursos, Workshops	Participação em Palestras, Mesa Redonda, Workshops ou Treinamentos (presenciais, em áreas relacionadas ao curso)	2h por mesa	20h
Participação em Palestras / Webnários / Lives	Certificado ou declaração	2h por palestra	80h
Ministrar palestras, minicursos	Certificado ou declaração	10h por palestra	40h
Visitas técnicas, em Exposições ou Feiras tecnológicas na área.	Certificado ou declaração	5h por visita	30h
Participação em projetos, programas ou atividades de extensão na área do curso	Participação em projetos, programas ou atividades de extensão na área do curso	20h	80h

ITEM III – ATIVIDADES CULTURAIS			
TIPO DE ATIVIDADE	DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Atividades ou eventos culturais (teatro, shows, cinema, museus, exposições, mostra, concerto musical, sarau, lives)	Declaração, folder carimbado pela instituição responsável, bilhete original de ingresso ou certificado	2h	10h
Doação de sangue	Documento comprobatório	5h	30h
Doação de livros para a biblioteca da UEMG	Declaração da Biblioteca da Universidade (desde que a doação seja aceita)	2h por livro	20h
Participação voluntária em ações sociais	Documentos comprobatórios a ser analisado pela coordenação do NIP	6h	60h
Participação como aplicador de provas no ENEM ou Mesário em processo eleitoral	Declaração de participação	8h	40h
Outras Atividades ⁵	Avaliação e Aprovação da coordenação do NIP	-	-

O NIP elaborará e divulgará a proposta para distribuição dos créditos nas Atividades Acadêmicas Científicas Culturais – AACC em consonância com o Colegiado do Curso de Pedagogia. A conferência das horas ocorrerá sempre a partir do sexto período do curso ou quando o aluno solicitar para fim de colação de grau. O registro e arquivamento ocorrerão no NIP, que repassará para a Secretaria Acadêmica a carga horária totalizada, por cada estudante, no semestre. A carga horária integralizada será registrada no campo Enriquecimento Curricular, no Histórico dos estudantes.

⁵ Exemplo de outras Atividades: visitas a outros países, intercâmbio Cultural, participação como atleta, participação como músico e outras atividades a serem julgadas pelo Núcleo de Integração e Práticas.

APÊNDICE 3
**Estatuto do Núcleo de Integração e Práticas do Curso de Pedagogia - UEMG-
Unidade Ibirité**

O presente estatuto estabelece o conjunto de regras e leis para organização e regulamentação do Núcleo de Integração e Práticas – NIP do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que é responsável pelo registro e supervisão das atividades de Integração Curricular, Práticas de Formação Docente (PFD) e Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais – AACC.

CAPÍTULO I

As atribuições do Núcleo de Integração e Práticas

Art. 1º - Acompanhar o processo de desenvolvimento e registro de atividades integradoras, práticas, científicas e culturais no curso de graduação de Pedagogia da UEMG/Unidade Ibirité.

Art. 2º - Estabelecer intercâmbio entre os cursos de licenciatura e as instituições de ensino que propiciem vivências práticas, científicas e culturais aos alunos de graduação.

Art. 3º - Organizar e manter atualizado o registro dos documentos referentes à realização das Práticas de Formação docente/PFD e Atividades Acadêmico Científico Culturais /AACC no Curso de Pedagogia na UEMG/Unidade Ibirité.

Art. 4º - Estabelecer normatizações para acompanhamento das Práticas de Formação docente/PFD e Atividades Acadêmico Científico Culturais /AACC no Curso de Pedagogia na UEMG/Unidade Ibirité.

Art. 5º - Elaboração e divulgação da proposta para distribuição dos créditos nas Atividades Acadêmicos Científicos Culturais – AACC em consonância com o Colegiado do Curso de Pedagogia.

CAPÍTULO II

As atribuições dos discentes

Art. 6º - A carga horária das Práticas de Formação Docente é de responsabilidade do estudante e constitui componente obrigatório para a formação do licenciado em Pedagogia.

Art. 7º - A carga horária destinada à AACC pode ser cumprida entre o 1º e 8º períodos.

Parágrafo único - É recomendado que a integralização dos créditos de AACC deva ocorrer até o 7º período.

Art. 8º - O cumprimento da carga horária de AACC é uma opção do estudante.

Parágrafo único – Para resguardar a diversidade de saberes na formação fica estabelecida a diversidade de atividades para que o discente experimente múltiplas vivências em sua formação.

- I. As Atividades Acadêmico Científico Culturais/AACC são atividades complementares que devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, dentro e fora do ambiente acadêmico.
- II. Para conclusão das AACC os discentes deverão compreender 14 créditos, 210 horas mínimo.
- III. Serão validadas atividades de extensão, prática de estudos, atividades extraclasse e/ou interdisciplinares. Serão consideradas atividades que contemplem as relações acadêmicas, científicas, as diferentes manifestações e expressões culturais e artísticas, e inovações tecnológicas.

Art. 9º - É de responsabilidade do discente manter-se informado sobre as datas de entrega das atividades (AACC) e prazos regulamentados pelo NIP para cada semestre letivo.

Art. 10º - Realizar a entrega de suas atividades a partir do 6º período letivo do curso.

Art. 11º - Os alunos irregulares deverão solicitar a coordenação de curso, via secretaria acadêmica, a avaliação de suas atividades e situação para a dispensa e validação das AACC oriundas de outros cursos ou instituição.

CAPÍTULO III

Da distribuição das Atividades Acadêmicas Científicas e Culturais (AACC) e sua carga horária limite.

Art. 12º - Estabelece como atividade acadêmica e sua respectiva carga horária limite o seguinte:

- I. Estágio extracurricular, máximo de 80 horas.
- II. Organização de evento, máximo de 80 horas.
- III. Monitoria na área do curso, máximo de 80 horas.
- IV. Iniciação à docência em escolas públicas e privadas, máximo de 80 horas.
- V. Cursos de extensão ministrados, máximo de 40 horas.
- VI. Curso de informática, máximo de 40 horas.
- VII. Curso de idioma, máximo de 60 horas.
- VIII. Aprovação de disciplinas em domínios conexos, com duração mínima de 36 horas em outra IES e não aproveitadas em Estudo Curricular, máximo de 60 horas.
- IX. Participação em oficinas, máximo de 40 horas.
- X. Participação em minicursos, máximo de 40 horas.
- XI. Participação como ouvinte em apresentação de trabalhos de conclusão de curso, máximo de 20 horas.
- XII. Participação em diretório acadêmico, central do estudante, representante de turma ou colegiados, máximo de 60 horas.
- XIII. Prêmios acadêmicos, máximo de 40 horas.

Art. 13º - Estabelece como atividade científica e sua respectiva carga horária limite o seguinte:

- I. Resumo em anais publicados, máximo de 80 horas.
- II. Apresentação de resumo em congresso, máximo de 40 horas.
- III. Artigos em revistas científicas, máximo de 80 horas.
- IV. Publicação em jornais e revistas, máximo de 40 horas.
- V. Capítulo de livro escrito pelo aluno, máximo de 80 horas.
- VI. Participação em Congressos – com apresentação de trabalhos, máximo de 20 horas.

- VII. Iniciação científica como bolsista ou voluntário, máximo 80 horas.
- VIII. Participação em Mesa Redonda, Minicursos, Workshops ou Treinamentos, máximo de 20 horas.
- IX. Participação em Palestras, Webinários e Lives, máximo de 80 horas.
- X. Ministras palestras, minicursos ou Workshops na área do curso, máximo de 40 horas.
- XI. Visitas técnicas, em Exposições ou Feiras tecnológicas na área, máximo 30 horas.
- XII. Participação em projetos, programas ou atividades de extensão na área do curso, máximo de 80 horas.

Art. 14º - Estabelece como atividade acadêmica e sua respectiva carga horaria limite o seguinte:

- I. Atividades ou eventos culturais (teatro, shows, cinema, museus, exposições, mostra, concerto musical, sarau, lives), máximo de 10 horas.
- II. Doação de sangue, 5 horas por doação com o máximo de 30 horas.
- III. Doação de livros para a biblioteca da UEMG, 2 horas por livro, máximo de 20 horas.
- IV. Participação voluntária em ações sociais, máximo de 60 horas.
- V. Participação como aplicador de provas no ENEM ou Mesário em processo eleitoral, 8 horas por dia de aplicação com o máximo de 40 horas.

Art. 15º - Fica estipulado que atividades não contempladas neste estatuto serão avaliadas e julgadas pelos membros do Núcleo de Integração e Práticas sem o limite máximo de horas para tais experiências.

APÊNDICE 4

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia presencial da Unidade Ibirité

Regulamenta a elaboração e defesa obrigatória do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para integralização do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEMG - Unidade de Ibirité.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como atividade acadêmica, constitui requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ibirité e será desenvolvido de acordo com o presente regulamento.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO E DAS FINALIDADES DO TCC

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade de iniciação científica, de cunho obrigatório, realizada pelos (as) graduandos (as) nos percursos dos 6º, 7º e 8º períodos do curso de Licenciatura em Pedagogia, cujo objeto de estudo deve estar ligado a um ou mais temas relacionados à Educação, em conformidade com as áreas de atuação do (a) pedagogo (a) descritas nas legislações e orientações oficiais vigentes, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia ou artigo e será elaborado em três etapas sequenciais:

I - Elaboração de um Pré-Projeto de Pesquisa, na disciplina de Pesquisa em Educação I: Métodos e Epistemologias;

II - Consolidação do Projeto de Pesquisa e qualificação da pesquisa, na disciplina de Pesquisa em Educação II: Projeto de Pesquisa;

III – Continuidade do desenvolvimento da pesquisa, conclusão da escrita e posterior defesa em banca examinadora, na disciplina de Pesquisa em Educação III: Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º O projeto de pesquisa será elaborado pelos (as) graduandos (as), ao longo dos 6º e 7º períodos, com orientação do(a) professor(a) orientador(a) e do(a) professor(a) das disciplinas Pesquisa em Educação I e II.

§ 2º O TCC (monografia ou artigo) deverá ser desenvolvido tendo como base as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em vigor.

§ 3º É condição básica para a matrícula na disciplina Pesquisa em Educação I, a frequência e a aprovação na disciplina Metodologia do Trabalho Científico. Assim como é condição básica para matrícula na disciplina Pesquisa em Educação II, a frequência e a aprovação na disciplina Pesquisa em Educação I, e para matrícula na disciplina Pesquisa em Educação III, a frequência e a aprovação na disciplina Pesquisa em Educação II.

§ 4º Caso o (a) aluno (a) tenha sido dispensado (a) da disciplina de Pesquisa em Educação II, deverá apresentar Projeto de Pesquisa no início das atividades da disciplina Pesquisa em Educação III.

§ 5º A modalidade de artigo será considerada como válida para desenvolvimento do projeto de pesquisa e produto final do TCC do curso de Pedagogia se estiver, comprovadamente, vinculado a projeto de pesquisa ou de extensão coordenado pelo(a) professor(a) orientador(a).

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla.

Art. 5º São finalidades do Trabalho de Conclusão de Curso:

I - Despertar o interesse dos(as) alunos(as) pela Pesquisa Científica relacionada às áreas de atuação do Curso de Pedagogia, com base nas aulas teóricas e práticas, evidenciando a ética, a estética, o planejamento, a organização, a redação e a edição do trabalho em moldes científicos.

II - Oferecer ao(à) graduando(a) a oportunidade de aplicação de conhecimentos adquiridos nas várias disciplinas do curso, bem como em projetos de ensino, de pesquisa e de extensão oferecidos pela Unidade Acadêmica de Ibirité e a Universidade como um todo.

CAPÍTULO III

DO TCC E SEU CONTEÚDO

Art. 6º O TCC deverá ter caráter autoral e, sendo assim, a verificação de plágio e/ou cópia de trabalhos já publicados resultará na reprovação do(a) graduando(a). Desse modo, a declaração de autoria própria (modelo 4) deve ser preenchida e entregue antes da defesa do TCC ao(à) professor(a) de Pesquisa em Educação III.

Art. 7º O TCC deverá apresentar delimitação e problematização de um tema, dentre as áreas e experiências vivenciadas durante o Curso, seguindo o rigor próprio de um trabalho científico, conforme Normas da ABNT vigentes.

Parágrafo Único. A monografia deverá conter: (i) Elementos pré-textuais; (i) Elementos textuais e; (ii); Elementos pós-textuais, de acordo com a NBR14724⁶ vigente, que dispõe sobre a apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme modelo disponível no Manual do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia da UEMG - Unidade Ibirité. Já o artigo deverá conter: (i) Elementos pré-textuais; (i) Elementos textuais; (ii) e; Elementos pós-textuais, de acordo com a NBR6022⁷ vigente, que versa sobre a apresentação de artigo em publicação periódica técnica e/ou científica, conforme modelo disponível no Manual do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia da UEMG - Unidade Ibirité.

Art. 8º A qualificação da pesquisa é obrigatória e será realizada durante o Seminário de Pesquisa do curso - organizado pelo (a) professor (a) da disciplina de Pesquisa em Educação II e coordenação do curso de Pedagogia - por meio de apresentação de comunicação científica em formato de pôster. Participarão da qualificação da pesquisa pelo menos dois docentes convidados (as) para avaliação do projeto de pesquisa apresentado em pôster.

Art. 9º A apresentação pública do TCC é obrigatória e será realizada com base nas recomendações do Capítulo IX deste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO TCC

Art. 10º O processo de elaboração do TCC abrange os seguintes percursos:
I – Participação nas disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa em

⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

⁷ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

Educação I, II e III.

II – O(a) discente deverá escolher o(a) orientador (a) a partir de uma de lista de orientadores (as) disponibilizada pelos(as) professores(as) de Pesquisa em Educação I e II.

III – Escolha da área de pesquisa e contato inicial com o(a) orientador(a).

IV – Preenchimento e entrega do Termo de Aceite (modelo 1) para o(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação I ou II.

V- Elaboração do Projeto de Pesquisa e do TCC, sob a supervisão dos(as) professores(as)

orientadores(as), de acordo com o cronograma estabelecido pelo(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação.

VI - O projeto de pesquisa de TCC elaborado pelo (a) aluno (a) deve apresentar um perfil acadêmico, composto por introdução – em que é imprescindível, entre outros elementos contextuais e de problematização do tema investigado – a apresentação de uma questão de pesquisa, os pressupostos ou hipóteses de pesquisa, objetivos geral e específicos, justificativa, referencial teórico, procedimentos metodológicos, cronograma e referências. (Estes elementos são obrigatórios e únicos, conforme NBR 15287⁸: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação)

VII - Envio de agendamento de defesa ao(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação III, com um prazo mínimo de 10 dias de antecedência da defesa pública.

VIII - Adoção de providências pelo(a) orientador(a), professor(a) da disciplina de TCC e coordenação de curso, referentes às instalações e aos recursos técnicos necessários à apresentação pública do TCC.

IX - Apresentação pública dos TCCs pelos(as) graduandos(as) perante a banca examinadora, com correspondente atribuição de conceitos – Aprovado ou Reprovado.

X – Atendimento às correções sugeridas pelos membros da banca de qualificação do Projeto de Pesquisa e da banca examinadora de defesa dos TCCs, após diálogo com professor(a) orientador(a).

XI – Entrega da versão final do TCC no formato digital deve ser realizada, preferencialmente, em até 10 dias corridos após a defesa do TCC ou conforme prazo a ser estipulado a partir da articulação entre orientador (a), professor (a) da disciplina de Pesquisa em Educação III e coordenação de curso.

⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

XII – Entrega da ata de defesa pelo (a) orientador (a), preenchida e assinada por todos (as) os (as) participantes.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES E DAS COMPETÊNCIAS DO(A) PROFESSOR(A) DA DISCIPLINA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Art. 10º Os trabalhos serão supervisionados pelo(a) Professor(a) da disciplina Pesquisa em Educação II e III a quem compete:

I - Acompanhar as atividades relacionadas aos projetos de pesquisa e ao TCC;

II - Atualizar e divulgar as diretrizes e documentos relacionados aos projetos de pesquisa e ao TCC;

III – Manter os(as) professores(as) orientadores(as) informados(as) sobre o cronograma referente à elaboração e defesa dos projetos de pesquisa e do TCC, considerando o calendário da instituição;

IV - Manter uma lista atualizada, em que conste o nome e dados de identificação dos(as) graduandos(as) em fase de elaboração dos projetos de pesquisa e do TCC, contendo título do trabalho e nome do(a) orientador(a);

V – Receber dos(as) discentes o relatório quinzenal das orientações (modelo 2) e repassar para os(as) professores(as) de Pesquisa em Educação II e III (estes deverão encaminhar os relatórios à coordenação de curso ao final do semestre);

VI - Comunicar ao(a) coordenador(a) do curso de Pedagogia e à comunidade acadêmica as datas das bancas de defesa pública.

VII – Receber dos(as) orientadores a versão final do TCC após a banca de defesa pública, no formato digital para arquivamento e envio à coordenação de curso;

VIII – Enviar à coordenação de curso, após a defesa pública dos TCCs, uma planilha com informações atualizadas e completas dos TCCs para fins de lançamento correto no sistema de registro acadêmico.

IX - Receber dos(as) orientadores(as) as atas e encaminhá-las à Coordenação do curso para assinatura, que, por sua vez, encaminhará para a Secretaria Acadêmica.

X – Solicitar à coordenação de curso a emissão de certificados ou as declarações de participação aos membros das bancas examinadoras e dos(as) orientadores(as) de TCC.

XI – Emitir declaração ou certificado para o público que participam como ouvintes de

bancas de TCCs, nesse contexto refere-se ao(à) professor(a) de Pesquisa em Educação III.

XII – Emitir declaração ou certificado de apresentação de comunicação científica, no formato de pôster no Seminário de Pesquisa do curso de Pedagogia, nesse contexto refere-se ao(à) professor(a) de Pesquisa em Educação II.

XIII – Emitir declaração ou certificado para professor(a) avaliador(a) de comunicação científica apresentada no Seminário de Pesquisa do curso de Pedagogia, nesse contexto refere-se ao(à) professor(a) de Pesquisa em Educação II.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DOS (AS) ORIENTADORES (AS)

Art. 11º O TCC será desenvolvido sob a orientação de um(a) professor(a) da instituição, escolhido(a) pelo(a) discente a partir da lista apresentada pelo(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação, respeitando-se a área de formação e atuação do(a) docente e sua vinculação com a área temática escolhida.

§ 1º O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos(as) professores(as) à atividade de orientação, representando um quantitativo de encargos, conforme legislação vigente da UEMG.

§ 2º Ao assinar o Termo de Aceite de Orientação (modelo 1), o(a) professor(a) estará formalizando sua concordância em orientar os(as) graduandos(as).

§ 3º A desistência do(a) professor(a) orientador(a), durante o processo de orientação, deverá ser comunicada, por escrito, ao(a) professor(a) de Pesquisa em Educação, para os encaminhamentos necessários.

Art. 12º A troca de orientador(a) só será viabilizada quando outro(a) professor(a) assumir

formalmente a orientação, mediante a sua aquiescência, a do(a) orientador(a) substituído(a) e a do(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação.

Art. 13º O(a) Professor(a) Orientador(a) tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - Orientar a elaboração do projeto de pesquisa do TCC (monografia ou artigo), com base neste Regulamento, prestando auxílio para a superação das dificuldades;

II - Atender, conforme agenda prévia, seus(suas) orientandos(as), em horário estabelecido;

- III - Relatar ao(a) Professor(a) da Pesquisa em Educação eventuais problemas e demandas;
- IV - Encaminhar, mensalmente, ao(a) Professora da Pesquisa em Educação II e III, relatório das orientações efetuadas;
- V - Solicitar a marcação da banca de defesa do TCC ao(à) professor(a) de Pesquisa em Educação III, com antecedência mínima de dez dias;
- VI - Indicar os(as) membros(as) da banca de qualificação e defesa pública;
- VII - Convidar os(as) membros(as) que comporão as bancas de defesa pública e responsabilizar-se pela confirmação de suas presenças;
- VIII - Participar como presidente da banca examinadora da defesa pública de seus(suas) orientandos(as);
- IX - Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata de defesa pública;
- X - Dar suporte para adequações do TCC após a banca de defesa pública, caso ocorram indicações pelos membros da banca;
- XI - Enviar, por meio de formulário próprio fornecido pelo(a) professor(a) de Pesquisa em Educação III, a versão final do TCC após banca de defesa pública.
- XII - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 14º A responsabilidade pela elaboração do Projeto de Pesquisa e do TCC é integralmente dos(as) orientandos(as), o que não exime os(as) orientadores(as) de desempenharem adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes de suas atividades de orientação.

CAPÍTULO VII

DAS RESPONSABILIDADES DOS GRADUANDOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 15º É considerado(a) aluno(a) em fase de realização do TCC todo(a) aquele(a) regularmente matriculado(a) na disciplina Pesquisa Educacional I, II e III oferecidas nos 6º, 7º e 8º períodos do curso de Pedagogia.

Art. 16º O(a) graduando(a) em fase de realização do TCC tem os seguintes deveres:

- I - Comparecer às aulas teóricas da disciplina Pesquisa em Educação I, II e III;
- II - Comparecer às reuniões de orientações;
- III - Manter contato, de acordo com o calendário pré-fixado, com o Orientador (a) para

- discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- IV - Cumprir o cronograma divulgado pelo(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação I, II e III, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e do TCC;
- V - Elaborar o projeto de pesquisa e o TCC de acordo com as Normas da ABNT;
- VI - Submeter o TCC à revisão ortográfico-gramatical, adequando-o às normas gramaticais vigentes;
- VII - Enviar ao(à) professor(a) orientador(a), com antecedência mínima de 10 dias da data de defesa pública, o TCC, a Declaração de autoria própria (modelo 4) e a ficha de agendamento (modelo 3);
- VIII - Comparecer no dia, na hora e no local determinados para apresentar e defender o TCC;
- IX – Fazer as correções sugeridas pela banca examinadora;
- X - Cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17º O TCC será avaliado por, no mínimo, dois membros(a) convidados(as).

§ 1º Todos(as) os(as) professores(as) da Instituição podem ser convidados para participar das bancas examinadoras, como membros convidados, em suas respectivas áreas de atuação, bem como docentes de outras Instituições que tenham relação com o tema investigado e titulação mínima, preferencialmente, de Mestre(a).

§ 2º O(a) professor(a) orientador(a) é membro nato e presidente(a) da banca examinadora do TCC.

Art. 18º A banca examinadora somente poderá iniciar e executar seus trabalhos com os três membros presentes.

Parágrafo Único. Não comparecendo algum dos(as) professores(as) designados(as) para a banca examinadora, a defesa pública será adiada, observando-se o cronograma para encerramento das atividades curriculares da Instituição.

Art. 19º A banca examinadora é soberana em suas decisões, competindo a ela decidir pela aprovação ou reprovação do trabalho apresentado.

§ 1º. Aos trabalhos apresentados serão auferidos conceitos: Aprovado(a) ou Reprovado(a). O conceito Aprovado abrangerá a atribuição de, no mínimo 60 e de, no máximo, 100 pontos. O conceito reprovado refere-se à pontuação abaixo de 60

pontos. Os membros da banca poderão expor, publicamente, o conceito Aprovado ou Reprovado, porém, fica vedado aos (às) membros da banca examinadora de exporem, publicamente, a relação numérica de nota atribuída ao TCC.

§ 2º. Os membros da banca receberão um formulário com a descrição pontual de critérios de avaliação (modelo 5), fornecido pelo(a) professor(a) de Pesquisa em Educação III ao(à) professor(a) orientador(a), em que constará a distribuição de pontos considerando duas dimensões: a escrita do texto e a apresentação do trabalho, totalizando 60, os quais são atribuídos pela banca examinadora e a outra dimensão diz respeito ao desempenho do(a) estudante na disciplina de Pesquisa em Educação III, totalizando 40 pontos, os quais são atribuídos pelo(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação III.

§ 3º. Os membros da banca examinadora indicarão a destinação do trabalho nas seguintes modalidades: arquivamento simples, incorporação ao acervo da biblioteca da UEMG/Unidade Ibirité, incorporação ao acervo de repositório digital próprio do curso ou da Unidade, indicação de publicação em periódico acadêmico-científico ou similar.

CAPÍTULO IX DA QUALIFICAÇÃO E DA DEFESA PÚBLICA

Art. 20º As sessões de qualificação dos projetos de pesquisa serão realizadas por meio de exposição de pôster, em que poderá ocorrer arguição do trabalho pelos(as) membros(as) da banca examinadora e comunicação das considerações, correções e recomendações a serem efetuadas.

Art. 21º A sessão final de defesa do TCC é pública, compreendendo a apresentação do trabalho pelos(as) graduandos(as), seguida da apreciação da banca examinadora, e posterior comunicação das considerações e recomendações.

§ 1º. Trabalhos que, comprovadamente, forem plagiados, serão desqualificados e o(a) graduando(a), automaticamente, reprovado(a).

§ 2º. Trabalhos que envolverem diretamente seres humanos, preferencialmente, deverão seguir a normativa nº 510 de 2016⁹.

⁹ BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília,

§ 3º. As defesas públicas devem ocorrer, preferencialmente, na modalidade presencial.

§ 4º. Não é permitido aos (as) membros(as) das bancas examinadoras tornar público os conteúdos dos trabalhos de conclusão antes de sua apresentação em banca de defesa pública do TCC.

Art. 23º A qualificação do Projeto de Pesquisa e a defesa pública do TCC ocorrerá, impreterivelmente, em consonância com o cronograma estabelecido nas disciplinas de Pesquisa em Educação II e III, respectivamente.

Art. 24º Os(as) membros(as) das bancas examinadoras terão o prazo mínimo de, preferencialmente, 10 dias corridos para realizarem a leitura dos trabalhos, antes da defesa.

Art. 25º Na defesa pública, os(as) graduandos(as) terão vinte minutos para a apresentação de seu trabalho, dispondo ainda de quinze minutos para responder aos(às) examinadores(as). Ao final, após reunião particular entre os membros da banca examinadora, o(a) presidente(a) da banca deverá anunciar publicamente o conceito de Aprovado(a) ou Reprovado(a) aos (às) graduandos(as) e ao público presente. A comunicação de notas será realizada pelo(a) professor(a) da disciplina de Pesquisa em Educação III por meio do sistema de registro acadêmico.

Art. 26º A atribuição do conceito dar-se-á imediatamente após o encerramento da defesa pública em reunião particular entre membros da banca e posterior comunicação ocorrerá ao público presente.

Art. 27º A ata final (modelo 6), deve ser totalmente preenchida pelo(a) orientador(a) e assinada por todos os membros da banca examinadora.

Art. 28º O(a) graduando(a) que não se apresentar para defesa pública, sem motivo justificado, e/ou não entregar a versão final do TCC, de acordo com este Regulamento, será reprovado na disciplina Pesquisa em Educação III.

Parágrafo Único. Caso o motivo da ausência na qualificação e/ou na defesa pública, seja

justificado, segundo o parecer do(a) Coordenador(a) do curso, o(a) orientador(a) do TCC, em conjunto com o(a) professor(a) da disciplina, tomará as providências para que o processo se conclua.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso, revogando as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso, e aplica-se a todo(a) graduando(a) ingressante nesta instituição a partir do ano letivo de 2023.

Art. 32º Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de curso.

**MODELO 1 - TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

Eu, (digitar o nome do professor(a) orientador(a)), docente do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité, lotado no Departamento (digitar o nome do departamento), declaro estar de acordo em assumir a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do(a)/s discente(s) abaixo discriminado(a)/s, conforme o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

DADOS DO(A) DOCENTE-ORIENTADOR(A)

Nome:

E-mail:

Telefones:

Titulação:

DADOS DOS(AS) ORIENTANDOS(AS)

Nome:

Nome:

E-mail:

Telefones:

Ibirité, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) docente-orientador(a)

Assinatura dos(as) orientandos(as)

MODELO 2 - RELATÓRIO QUINZENAL DE ORIENTAÇÃO

Professor(a) Orientador(a):	Data:
Aluno(a)/s:	Período:

Título do trabalho:

Registro de Atividades realizadas durante os 15 dias;
Observações do(a) professor(a)-orientador(a) sobre o que foi realizado pelo(a)/s aluno(a)/s ;
Recomendações sobre o que deverá ser realizado pelo(a)/s aluno(a)/s.
Andamento da pesquisa: () atividades de acordo com o cronograma estabelecido entre orientador – orientando. () atividades atrasadas em relação ao cronograma estabelecido entre orientador – orientando. Justifique o atraso:
Assinatura do(a) docente-orientador(a)

MODELO 3 - AGENDAMENTO DE BANCA EXAMINADORA

Título:

Autor(es):

Data:

Local:

Horário:

BANCA EXAMINADORA:

Professor(a) orientador(a)

Nome, titulação, e-mail

Membro da banca examinadora

Nome, titulação, vínculo institucional, se houver (Exemplo: Professor (a) da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola)

Membro da banca examinadora

Nome, titulação, vínculo institucional, se houver (Exemplo: Professor (a) da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Carangola)

MODELO 4 - DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, *(nome do(a) aluno(a), regularmente matriculado(a)*, sob o número de matrícula *(número da matrícula)*, e frequente no componente de Pesquisa em Educação III, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade de Ibirité, Minas Gerais, autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado "*título do TCC*", declaro que, com exceção das citações diretas e indiretas, as quais foram claramente indicadas e referenciadas, tal trabalho foi integralmente escrito por mim, não contendo plágio, nem outra participação e envolvimento autoral. Demonstro ciência que a utilização de material de terceiros sem a devida indicação das fontes e que o envolvimento de outro(s) autor(es) na referida produção são graves faltas disciplinar e ética, acarretando a imediata anulação do trabalho apresentado. Além disso, tais violações são passíveis de punição criminal nos termos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sendo igualmente possível a geração de responsabilidade civil.

Assinatura do(a) discente

Ibirité, Minas Gerais, _____ de _____ de _____.

MODELO 5 - FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC

Título do Trabalho:

Graduandos(as):

Orientador(a) TCC:

Avaliação da Banca Examinadora	1º Avaliador/a	2º Avaliador/a	3º Avaliador/a
1. Critério relativo à apresentação oral e à arguição (10 pontos)			
Demonstra habilidades de comunicação, de expressão e domínio do conteúdo. Há coerência entre o trabalho escrito e a apresentação oral. Foi observado o tempo determinado. Responde adequadamente aos questionamentos e às indicações reflexivas da banca examinadora.			
2. Critérios relativos ao documento textual			
2.1 Introdução (10 pontos)			
Apresenta e contextualiza o tema; evidencia o problema de pesquisa e possíveis pressupostos ou hipóteses; expõe a justificativa e os objetivos (geral e específicos) que foram traçados para desenvolver o TCC; descreve, sucintamente, os procedimentos metodológicos; e finaliza com uma estruturação capitular, enfocando os principais elementos que compõem o TCC.			
2.2 Referencial Teórico (10 pontos)			
Discorre sobre os elementos teóricos de base da área do conhecimento investigado e/ou vivenciado, bem como, a definição dos termos e conceitos pertinentes ao referido campo do TCC, de forma a alcançar os objetivos propostos e elucidar o(s) tema(s) abordados.			
2.2 Procedimentos Metodológicos (10 pontos)			
As abordagens, os métodos e as técnicas de pesquisa utilizados estão explícitos, bem como os critérios de análise dos resultados estão condizentes com os objetivos propostos.			
2.2 Análise (10 pontos)			
Descreve a realidade (empírica, teórica, documental, etc.) encontrada com objetividade, de maneira simultânea, correlaciona com o Referencial Teórico de forma a responder ao problema de pesquisa e aos objetivos.			
2.3 Considerações Finais (5 pontos)			
Apresenta uma síntese pessoal, de modo a expressar uma compreensão sobre o assunto que foi objeto deste TCC.			
2.4 Estética e adequação aos aspectos formais e às normas da ABNT (5 pontos)			
A escrita do texto apresenta formatação adequada, fluência e domínio da norma culta. O texto apresenta a totalidade das fontes de informação citadas e está de acordo com a NBR6023 vigente.			
Nota final atribuída ao TCC (60 pontos)			

Nota da disciplina de TCC e orientações (máximo 40 pontos):

_____ (_____)

Nota da Banca (máximo 60 pontos) = _____ (_____)

Nota Final: Nota da disciplina de TCC + Nota da Banca = _____

(_____)

Parecer da comissão: ()Aprovado ()Reprovado

Parecer da comissão sobre o destino da monografia:

() Arquivamento simples () Incorporação ao acervo da biblioteca da UEMG/Unidade Ibirité

() Incorporação ao acervo de repositório digital próprio do curso ou da Unidade () Publicação em periódico acadêmico-científico ou similar.

Comissão Examinadora:

1. _____
2. _____
3. _____

MODELO 6 - ATA DE DEFESA

Aos.....dias do mês de.....do ano de,
às. horas, realizou-se a banca examinadora constituída pelos professores: (NOME DO(A) PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)), Presidente, (NOME DO PRIMEIRO MEMBRO DA BANCA) e (NOME DO SEGUNDO MEMBRO DA BANCA), para defesa da monografia intitulada....., de autoria do(a)/s graduando(a)/s, discente(s) regularmente matriculado(a)/s no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Unidade Ibirité. Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, o(a)/s candidato(a)/s foi/foram, com nota.....conferida pela banca Examinadora. Foi concedido um prazo de 10 dias, para o(a)/s candidato(a)/s efetuar(em) as correções sugeridas pela Comissão Examinadora e apresentar o trabalho em sua redação definitiva ao(à) professor(a) orientador(a), sob pena de não expedição do Diploma. Eu, professor(a)..... , na qualidade de orientador(a) e presidente da banca lavrei a presente ata que será abaixo assinada por mim e pelos demais professores componentes da banca.

Prof.(a) Orientador(a) - Presidente:

1º Membro Examinador:

2º Membro Examinador:

APÊNDICE 5

Curricularização da Extensão Universitária

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão possibilita, nas licenciaturas, que o(a) estudante tenha uma trajetória formativa em constante contato com a sociedade, fortalecendo as experiências pedagógicas e retroalimentando as questões de pesquisa e ensino pelas demandas suscitadas pelo universo da práxis do magistério, da ação pedagógica e da realidade sociocultural.

O curso de Pedagogia compreende a Extensão Universitária na perspectiva adotada pela Pró-reitoria de Extensão como sendo

um conjunto de processos educativos, culturais ou científicos, muitas vezes interdisciplinares, que, articulados ao Ensino e à Pesquisa, produzem conhecimento por meio de ações dirigidas a estudantes, professores, e à comunidade em geral. Assim, a extensão é responsável por estreitar a distância entre Universidade e comunidade, abrindo uma via de mão dupla. Nela, a comunidade em que a Universidade se insere passa a participar da vida acadêmica. Por outro lado, a própria vida acadêmica passa a nutrir-se dos materiais de que dispõe a comunidade que a acolhe. É esse trânsito de saberes que viabiliza uma relação transformadora entre a UEMG e as diferentes regiões do estado de Minas Gerais onde se situam suas Unidades Acadêmicas (UEMG, 2022).

Observando a legislações que versam sobre a curricularização da extensão Universitária nos cursos de graduação, a saber:

- Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- Resolução UEMG/COEPE nº 287 de 04 de março de 2021 - que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais;
- Resolução CEE nº490, de 26 de abril de 2022 - que dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- O curso de Pedagogia da Unidade de Ibirité considera 396 horas/aula

(330 horas/relógio) de atividades vinculadas à extensão Universitária. As atividades extensionistas estarão vinculadas às disciplinas teóricas e práticas, que promoverão atividades que integrem conhecimentos e sua articulação com a Comunidade Acadêmica, dentre as atividades promovidas por essas disciplinas, destacam-se os seguintes eventos abertos à comunidade que já são promovidas institucionalmente e fazem parte do cronograma do curso:

Jornada Pedagógica: evento anual promovido pelo Curso de Pedagogia da UEMG Unidade Ibirité desde 2015. A Jornada resgata traços das raízes históricas do lugar atualmente ocupado pela UEMG com sua Unidade Ibirité. As origens dessa Unidade Acadêmica, vocacionada a formar professores, se remete ao movimento educacional e social iniciado pela educadora e psicóloga russa Helena Antipoff. O nome do Encontro, Jornada Pedagógica, foi inspirado nos documentos do acervo do Museu/Centro de Documentação Helena Antipoff - CDPHA, que reúne um importante corpus documental que atrai pesquisadores de todo o mundo, e que nos dão a dimensão da relevância do trabalho desenvolvido no Complexo da Fazenda do Rosário, desde sua criação, em 1939. Especialmente, a região de Ibirité sempre teve o mérito de ter sido beneficiada com o movimento de inúmeros encontros com profissionais brasileiros e estrangeiros que tratavam de discutir questões educacionais, desde a década de 1940. Nesse sentido, a Jornada Pedagógica visa dar continuidade a esse movimento, trazendo para o debate a comunidade acadêmica de nossa Unidade, em diálogo com interessados em socializar, problematizar e inovar no campo educacional. Em retrospectiva do evento podemos encontrar as seguintes abordagens de temáticas:

2022- VII Jornada Pedagógica: Educação como direito. Presente.

2020 – VI Jornada Pedagógica: Educação em Tempos de Pandemia

2019 – V Jornada Pedagógica: Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira

2018 – IV Jornada Pedagógica: 200 anos de Karl Marx (1818 – 2018)

2017 – III Jornada Pedagógica: Contradições de uma Educação Silenciada

2016 – II Jornada Pedagógica: Diversidade em Foco: Saberes e Experiências na Pesquisa, Ensino e Extensão

2015 – I Jornada Pedagógica: Pedagogia em Foco: a(s) Identidade/Identidades do

curso de Pedagogia.

Demais informações sobre Jornada Pedagógica podem ser encontradas em <https://jornadapedagogicauemg.blogspot.com/p/submissao-de-trabalhos.html>

Seminário de Práticas: O Seminário de Práticas Pedagógicas é uma iniciativa do Curso de Pedagogia da UEMG/Ibirité que tem como objetivo estabelecer a interação entre professores em formação e professores já atuantes na Educação Básica, propondo uma interlocução com a práxis docente. Fundamenta-se numa epistemologia da práxis que considera a unidade teoria/prática na formação de professores como possibilidade de formação crítica e emancipatória. Um de seus princípios é considerar a complexidade da profissão docente em todas as suas dimensões e promover o encontro entre professores que atuam na Educação básica e os professores em formação acadêmico-profissional, uma vez que *“não é possível aprender a profissão docente sem a presença, o apoio e a colaboração dos outros professores.”* (Nóvoa, 2019). O Seminário de Práticas Pedagógicas acontece anualmente e propõe o debate sobre diferentes temas relacionados à atuação docente na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como sobre a atuação dos Pedagogos em espaços formais e não-formais de educação. Conta com a participação de todas as turmas do Curso de Pedagogia da UEMG/Ibirité e faz parte das atividades fixas do calendário do curso.

Seminário de Educação de Jovens e Adultos: é uma ação extensionista anual, vinculada ao curso de Pedagogia da UEMG Ibirité, que tem como principal objetivo contribuir para o avanço das discussões acerca da problemática dessa modalidade educativa. O evento é voltado para os estudantes dos cursos de licenciatura da UEMG Ibirité, bem como para a comunidade externa que atua no campo da EJA e/ou se interessa pelo mesmo. De maneira mais ampla, o referido seminário favorece a integração universidade – comunidade e possibilita à comunidade universitária conhecer a problemática social e atuar na busca de soluções plausíveis.

Seminário de Pesquisa: tem por objetivo exercitar a reflexão e a discussão sobre Projeto de Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, analisando sua problematização, seus objetivos, seu quadro teórico e as instâncias metodológicas necessárias para sua viabilização. O movimento que se instala com este trabalho é

de congregar debates sobre a especificidade da Pesquisa em Educação, que permitam ao estudante experimentar o caminho da pesquisa articulado às discussões de ensino e de extensão. Assim, abrange os estudantes que cursam, especialmente, a disciplina de Pesquisa em Educação II, mas também todos que se interessam pela análise das temáticas abordadas. O formato metodológico do seminário é orientado pelas docentes que participam da construção do Projeto de Pesquisa e pelos professores responsáveis pelas orientações de TCC.

Feira do Livro: *Feira do Livro* é uma atividade de encerramento do CMC de Língua portuguesa I e III. A ação consiste em pesquisar, analisar e escolher um livro literário que supostamente seria trabalhado pelo docente da Pedagogia, tanto na educação para crianças, quanto para os adultos. Como forma de revelar a apreensão dos conceitos literários, as alunas/os são convidadas/os a apresentarem o livro, durante a Feira, envolvendo os visitantes com argumentos sobre os efeitos simbólicos do livro escolhido, o jogo entre as palavras, a importância do enredo e os motivos pelos quais a obra é encantadora e vale a pena lê-la. Para isso, usam como artifício, objetos e utensílios decorativos que servem como símbolos para favorecer o interesse do público pela leitura. Além disso, há também a apresentação de um pôster contendo uma sinopse de autoria das/os estudantes, além de uma pergunta instigante que desperta a curiosidade sobre o livro e uma justificativa que esboce o que há de encantador nele. Na edição de 01/2023, contamos com a participação do CMC de Geografia e da Educação infantil III. Neste caso, as/os alunas/os são convidadas/os a buscarem livros que dialogam com tais conteúdos de forma interdisciplinar.

Período	Disciplina	Tipo	Hora aula	Carga horária extensionista	Créditos
1	Integração Curricular I: colóquios de diversidade e direitos humanos	OB	36	36	02
2	Integração Curricular II: a escola como espaço sócio-cultural	OB	36	36	02
3	Integração Curricular III: estágio, planejamento, projeto político pedagógico e plano de aula no ensino fundamental.	OB	36	36	02
4	Integração curricular IV: a relação professor-aluno e seus efeitos em relação ao processo de alfabetização	OB	36	36	02
5	Integração curricular v: especificidade da ação docente na educação infantil	OB	36	36	02
6	Educação de jovens e adultos	OB	36	36	02
6	Integração curricular VI: tempos e espaços na educação infantil	OB	36	36	02
7	Integração Curricular VII: as possibilidades de investigação nos espaços educativos.	OB	36	36	02
8	Pesquisa em educação III: seminários de pesquisa e trabalho de conclusão de curso	OB	36	36	02
8	Alfabetização de jovens e adultos	OB	36	36	02
8	Pedagogia: aspectos históricos e teóricos-filosóficos	OB	36	36	02
TOTAL			396	396	22

Regulamentação das Atividades extensionistas

I – Das Atividades de Extensão:

Art. 1º: O curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Ibirité compreende as atividades de Extensão como “um conjunto de processos educativos, culturais ou científicos, muitas vezes interdisciplinares, que, articulados ao Ensino e à Pesquisa, produzem conhecimento por meio de ações dirigidas a estudantes, professores, e à comunidade em geral” (UEMG, 2022). Tais processos educativos envolvem:

- I – Programas de Extensão;
- II – Projetos de Extensão;
- III - Cursos e oficinas ofertados à comunidade em geral;
- IV – Eventos científicos e culturais;
- V - Prestação de serviços à comunidade.

Art. 2º: São objetivos das Atividades Extensionistas oferecidas pelo curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Ibirité:

- I - Interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade;
- II – Estímulo a formação cidadã, crítica e responsável dos estudantes;
- III – Construção de conhecimento de modo interativo, entre a Unidade Acadêmica e os demais setores da sociedade;
- IV - Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º: A carga horária obrigatória das atividades extensionistas ofertadas pelo curso de Pedagogia corresponde a 396 horas/aula.

Art. 4º: Para o cumprimento da carga horária prevista, o curso de Pedagogia ofertará em seu calendário anual atividades extensionistas, conforme quadro a seguir:

Atividades extensionistas propostas pelo Curso	Disciplinas vinculadas	Período	Carga Horária
Rodas de conversa abertas à sociedade em geral (professores, gestores, estudantes de graduação de outras instituições, grupos culturais, ONG's, demais pessoas interessadas nos debates educacionais). Jornada Pedagógica Feira do Livro	Integração Curricular I: Colóquios de diversidade e direitos humanos	1º	36h
	Integração Curricular II: A Escola como espaço sociocultural	2º	36h
	Integração Curricular III: Estágio, planejamento, Projeto Político Pedagógico e Plano de Aula no Ensino Fundamental	3º	36h
	Integração Curricular IV: A relação professor-aluno e seus efeitos em relação ao processo de alfabetização	4º	36h
	Integração Curricular V: Especificidade da ação docente na Educação Infantil	5º	36h
	Integração Curricular VI: Tempos e espaços na Educação Infantil	6º	36h
	Integração Curricular VII: As possibilidades de investigação nos espaços educativos.	7º	36h
Seminário de Práticas Jornada Pedagógica	Pedagogia: Aspectos históricos e teóricos-filosóficos	8º	36h
Seminário de EJA Jornada Pedagógica	Educação de Jovens e Adultos	6º	36h
	Alfabetização de Jovens e Adultos	8º	36h
Seminário de Pesquisa Jornada Pedagógica	Pesquisa em Educação III: Seminário de Pesquisa	8º	36h

Art. 5º: As Atividades extensionistas propostas pelo curso de Pedagogia serão oferecidas a todos os estudantes regularmente matriculados.

Art. 6º: As atividades Extensionistas devem ser cumpridas pelos estudantes por meio de ações como:

I - Organização dos seminários, rodas de conversa e demais eventos (intermediação dos estudantes junto à comunidade externa, elaboração de folders, organização de blogs / sites, confecção de peças de publicidade e vídeos de divulgação, contato direto com as

escolas campo de estágio e do entorno da universidade, manutenção e alimentação de redes sociais, atividades de cerimonial, entre outras);

II - Intermediação entre a universidade e os grupos culturais do entorno da universidade;

III - Participação em rodas de conversa, relatos de experiências, oferta de minicursos entre outras formas; por meio de apresentação de trabalhos, narrativas, proposição de temáticas para debate, entre outros.

Art. 7º: Os professores vinculados às disciplinas descritas devem certificar a participação dos estudantes nas atividades extensionistas ofertadas pelo curso registrando-as no Plano de ensino.

Parágrafo único: A carga horária dedicada a extensão Universitária não gerará um novo controle, senão os já previstos no PPC, que são os acompanhamentos e avaliações inerentes as disciplinas feitas pelos professores. Assim, as cargas horárias das disciplinas listadas no quadro anterior constituirão essas disciplinas de caráter extensionistas que tem como foco a promoção das atividades de extensão na promoção dos eventos descritos. A matrícula do discente na disciplina e o seu cumprimento serão elementos suficientes para a integralização da carga horária dedicada a esse fim.

Art. 8º: Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

COMISSÃO PARA PROPOSIÇÃO DO ADENDO AO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA:

MEMBROS DO NDE (NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE)

Adálcio Carvalho de Araújo

Adelson Afonso da Silva França

Júnior Douglas Tomácio Lopes

Monteiro Patrícia Karla Soares

Santos Dorotéo Welessandra

Aparecida Benfica

Observação: O presente adendo proposto pelo Núcleo Docente Estruturante foi aprovado, por unanimidade, na reunião do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia ocorrida na data de 05 de julho de 2023.

